



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 003

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE FEVEREIRO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Elio Rusch*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Partido Democratas *Plauto Miró*
PT *Pedro Ivo*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
Bloco PPS/PMN *Douglas Fabrício*
Bloco PSB/PRB/PV *Reni Pereira*
Bloco PTB/PR *Jocelito Canto*

Representação Partidária

PMDB - 16: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 003

4ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 03

Vice-Governador Orlando Pessuti .

Expediente:

Ofícios..... 07

Mensagens 12

Requerimentos 40

Projetos de Resolução 45

Projetos de Lei 46

Pequeno Expediente:

Dep. Péricles de Mello..... 54

Dep. Dr. Batista..... 55

Dep. Antonio Belinati 56

Dep. Neivo Beraldin 58

Dep. Tadeu Veneri..... 58

Dep. Waldyr Pugliesi 60

Dep. Luiz Eduardo Cheida 60

Dep. Reni Pereira..... 61

Dep. Jocelito Canto..... 62

Dep. Stephanes Júnior 63

Dep. Enio Verri 64

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati57

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto.....62

Liderança do PMDB

Dep. Stephanes Júnior64

Dep. Cleiton Kielse.....65

Liderança do PT

Dep. Enio Verri65

Liderança do PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício68

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli70

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente71

Discussão/Votação

3ª Discussão72

2ª Discussão72

1ª Discussão72

Requerimentos76

Encerramento da Sessão78

Publicações:

Comissão Executiva

Atos.....78

Diretoria Geral

Portarias78

DIÁRIO Nº 003**4ª SESSÃO ORDINÁRIA****4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
08 DE FEVEREIRO DE 2010***(segunda-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, secretariado pelos Srs. Deputados Teruo Kato e Dr. Batista.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Durval Amaral, Edson Strapasson, Enio Verri, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Artagão Júnior, Duílio Genari, Elio Rusch e Fernando Scanavaca (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão, com a presença dos nossos ilustres visitantes e do Vice-Governador, Orlando Pessuti, que fará a leitura de algumas mensagens do nosso Governador Roberto Requião.

Saúdo os Secretários de Estado aqui presentes, as nossas Chefes de Núcleos da Educação, principalmente as mulheres, que embelezam nossas galerias.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Não faremos, como de praxe, a leitura do Expediente. Sei que temos um Expediente muito extenso, então deixaremos para lê-lo durante ou ao final da Sessão, antes da Ordem do Dia. Isso porque hoje esta Casa recebe, com muita satisfação, a presença do Dr. Rafael Iatauro, nosso Secretário-Chefe da Casa Civil, e ao mesmo tempo o Deputado Nelson Garcia, titular desta Casa, a quem cumprimentamos, que retorna a esta Casa não ainda reassumindo o seu mandato, mas vem porque a leitura que o Vice-Governador e futuro Governador fará da tribuna diz respeito ao interesse da população paranaense, e são três projetos que se referem ao piso salarial do Estado do Paraná, que é exemplo para o Brasil.

Saúdo os líderes sindicais, Prefeitos, Vereadores, Secretários, Deputados e imprensa! Concedo a palavra ao nosso querido Governador Orlando Pessuti, que fará da tribuna a leitura, quebrando um protocolo, mas com a presença de tanta gente que representa a população, principalmente a classe trabalhadora, é assim que nós presidimos, como Deputado do PMDB, na qualidade de Vice-Presidente desta Casa.

O Sr. Vice-Governador Orlando Pessuti

O SR. ORLANDO PESSUTI

O Presidente Antonio Anibelli nos solicita para que também, representando os demais Secretários, possa o Secretário Nelson Garcia, da Secretaria do Emprego, Trabalho e Promoção Social, assentar-se ao lado esquerdo do nosso Presidente.

Também pede o Presidente que convidemos para que se posicionem de pé, atrás da tribuna e da mesa principal, o Adir de Souza, Presidente da União Geral dos Trabalhadores; o Zenir Teixeira, da Central dos Trabalhadores do Brasil; da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, Juvenal Pedro Sim; da Nova Central Sindical, o companheiro Denílson Pestana; da Central Única dos Trabalhadores, o Roni Barbosa; da Força Sindical, o companheiro Sergio Butika. E representando também todos os Prefeitos que estão aqui presentes, ele que também com a sua presença dá um reforço maior a nossa luta, o empresário e Prefeito de São José dos Pinhais, peço que se posicione ao lado dos representantes das centrais sindicais.

Quero, Presidente Antonio Anibelli; 1º Secretário desta Sessão, Deputado Teruo Kato; 2º Secretário, Deputado Dr. Batista, Srs. Deputados, Sras. Deputadas aqui presentes, cumprimentar o nosso Secretário Rafael Iatauro, nosso Secretário Nelson Garcia, todos os demais Secretários que nos acompanham nesta reunião que já mencionamos. Mas quero desde já, em nome do Governador Roberto

Requião, agradecer ao Presidente Nelson Justus, com quem conversamos ainda há pouco, e ele está a caminho desta Sessão Plenária, assim como o Deputado Alexandre Curi que é o 1º Secretário desta Assembleia, Deputado Augustinho Zucchi que também representa a Mesa, agradecer a todos que compõem as lideranças, tanto do Governo quanto da Oposição, e as lideranças de partidos políticos.

Essa vinda nossa à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná reveste-se, na minha opinião, de uma simbologia bastante grande realmente e de uma ação não apenas do Governo do Estado, mas da classe trabalhadora, da classe empresarial, assim como da classe política, dos partidos políticos, das forças sindicais aqui representadas, porque é uma forma de nós, diante da Assembleia Legislativa, dizermos que, no Estado do Paraná, queremos sim, a cada momento, estabelecer uma política que reconheça e valorize os trabalhadores do nosso Estado em todos os segmentos, seja no meio rural, seja na prestação de serviço, no comércio, na indústria, seja lá na casa de cada um de nós com as nossas trabalhadoras domésticas.

Queremos que este nosso gesto, que já foi aqui desenvolvido em momentos anteriores pelo Governador Roberto Requião, que ele possa, mais uma vez, suscitar aquilo que já suscitou no passado, de uma manifestação unânime, de uma manifestação de apoio sincero dos nossos Deputados e Deputadas quando em 2009, 2008 e 2007 fixamos o piso regional de salário-mínimo para o Estado do Paraná.

Tenho orgulho de dizer que por 20 anos estive nesta Casa como Deputado Estadual e tenho visto, ao longo desses 27 anos, já que cumpro meu sétimo ano como Vice-Governador, tendo observado que a cada instante a Assembleia Legislativa avança no seu posicionamento, na sua postura de se colocar ao lado das classes trabalhadoras, do desenvolvimento do Estado do Paraná, do crescimento socioeconômico que temos experimentado e visto acontecer no nosso Estado, para satisfação das classes produtivas, das classes dos trabalhadores e de nós que estamos na função pública, eleitos pelo povo do Estado do Paraná.

Quis esta Assembleia Legislativa somar-se ao Governo do Paraná quando instituímos políticas públicas através de uma reforma fiscal e tributária, que estabeleceu a isenção absoluta de imposto para cerca de 50 mil empresas, e que estabeleceu uma escala muito suave de impostos pagos de 2%, 3% de 4% para empresas que, no Estado do Paraná, são consideradas pequenas e microempresas. Quando fizemos isso, quando a Assembleia Legislativa somou-se a nós, diziam algumas pessoas que teríamos uma queda na arrecadação, que estaríamos provocando, quem sabe, a quebra de empresas do Estado do Paraná, das finanças públicas do nosso Estado. E o que vimos acontecer foi exatamente o contrário: vimos surgir novas empresas no Estado do Paraná, novos postos de trabalho, porque ao trocarmos impostos por empregos foi possível uma pequena microempresa, um ou mais dois empregos criar e melhorar, desta forma, a condição de geração de emprego e renda no Estado do Paraná.

Quando ainda no ano passado 95 mil itens de produtos comercializados na rede de varejo, nas redes de magazines, nas lojas de eletrodomésticos tiveram seus impostos reduzidos de 28, de 25, de 18% para 12%, de novo apareceram vozes que afirmavam que estaríamos provocando a redução da arrecadação no Estado do Paraná.

O que constatamos no ano passado, através daquilo que arrecadamos? E aqui está o Deputado Enio Verri, que até o final do ano era o nosso Secretário do Planejamento, junto com o Dr. Eron Arzua, junto com Dr. Nestor Bueno, acompanharam todo o movimento, toda a arrecadação do Estado. Pode ele aqui nos assegurar que, mesmo e apesar de uma crise internacional, de uma crise brasileira que afetou também a nós paranaenses, tivemos um incremento, um crescimento na arrecadação do nosso ICMS no Estado do Paraná, beirando esse crescimento a casa dos cinco pontos percentuais, um pouco menos, um pouco mais, os números estão sendo fechados pela nossa secretaria.

Enquanto no mundo inteiro assistimos uma quebra, o fechamento de empresas, viamos aqui no Estado do Paraná, para nossa alegria e nossa satisfação, inclusive dos trabalhadores, as indústrias do nosso Estado tendo um crescimento superior àquele verificado na média das indústrias brasileiras. Crescemos, em alguns meses, mais do que o Rio Grande do Sul e Santa Catarina somados. Os empregos com carteira assinada, em muitos meses, aqui no Paraná, foram superiores aos empregos criados nos vizinhos e irmãos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Por quê? Porque a Assembleia Legislativa, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, foi sensível aos reclamos da classe empresarial do Estado do Paraná. V. Exas. foram sensíveis aos nossos trabalhadores e à proposta do Governo do Estado do Paraná, que aqui promoveu, para exemplo do Brasil, uma completa e verdadeira reforma fiscal e tributária.

Enquanto no Brasil não tínhamos a lei geral das pequenas e microempresas, aqui no Paraná, cinco anos antes, já praticávamos aquilo que a lei geral das pequenas e microempresas estabeleceu, após a votação do Congresso e a sanção do nosso Presidente Lula.

Portanto, Presidente Anibelli, Srs. Deputados que aqui estão, Presidente Nelson Justus, demais companheiros, quero dizer a vocês que venho aqui, em nome do Governo do Paraná, em nome do Governador Requião, com alegria e com muito entusiasmo, para apresentar e oficialmente entregar aos nossos Deputados uma proposta que, certeza absoluta tenham, fará com que o emprego possa prosperar no Paraná, fará com que a renda possa ser melhor distribuída em todas as camadas de trabalhadores do nosso Estado.

Faremos com que o nosso Estado, com melhor distribuição de renda, com um salário regional praticado de forma melhor do que em outros Estados do País, possamos ver aqui no Paraná o círculo virtuoso da economia acontecendo. O trabalhador recebendo mais vai poder consumir mais; consumindo mais, precisa a agricultura e a pecuária mais produzir; precisa a indústria mais produ-

zir, precisa o comércio melhor se estruturar para atender às compras que serão demandadas. Os prestadores de serviço, terão que se organizar melhor porque as pessoas irão buscar seus serviços, porque terão melhor renda, melhor salário para buscar esses serviços. No comércio, os trabalhadores vão comprar produtos produzidos no Paraná ou fora do Paraná, para consumirem. Portanto, não vejo nenhum risco de que tenhamos o desemprego estabelecido, como querem alguns anunciar.

Hoje mesmo, se vocês não tiverem oportunidade de ler que leiam, saiu na Gazeta do Povo uma reportagem de página inteira que mostra com clareza, com clarividência, todos os avanços que nós no Estado do Paraná estamos promovendo ao estabelecer um piso regional de salário-mínimo que, diga-se de passagem, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, é um piso regional modesto, é um piso regional que não avança além daquilo que nos recomendaram os institutos bem avaliados, como é o caso do DIEESE, como é o caso do nosso IPARDES, como é o conjunto dos nossos secretários que cuidam da área econômica.

São índices que estão trazendo aos trabalhadores, em especial aqueles trabalhadores que não tem a sua convenção coletiva, aqueles trabalhadores que ainda não são sindicalizados e que muitas vezes ficam à mercê das políticas do nosso País ou ficam a mercê dos avanços proporcionados pela convenção coletiva, pela conquista oriunda de trabalho das nossas centrais sindicais, das nossas federações, como é o caso da Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Paraná, que vejo aqui representada pelo meu companheiro Jairo, integrantes daquela diretoria. É um índice que dá a todos nós, ainda no dia de hoje, uma margem para continuarmos crescendo, porque o piso regional de salário-mínimo. E depois vamos dar a cada um de vocês esses números em material que estaremos distribuindo, esse índice e esse salário hoje estabelecido em quatro fixas de 663 a 765, ele fica abaixo do nível médio, da média, dos salários praticados no Estado do Paraná praticado pelos nossos empregadores.

Portanto, não estamos criando nenhuma situação de risco para o empresariado, mas estamos criando para os trabalhadores uma segurança de que recebam um mínimo digno através desse piso que estamos estabelecendo. Portanto, Sr. Presidente, a primeira proposta, a Mensagem n° 003/10, estabelece os pisos que queremos ver praticados no Estado do Paraná neste ano de 2010. A segunda mensagem, a Mensagem n° 007, traz uma novidade bastante importante, no meu modo de ver, ela procura inserir na Constituição, ela procura constitucionalizar, ela procurar perenizar, uma política de correção do piso regional de salário-mínimo para os anos subsequentes.

Para o ano de 2010 vamos votar essa lei que estamos entregando, através da Mensagem n° 003 e depois para os anos 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e subsequentes, a proposta é que venhamos a ter uma emenda à Constituição aprovada, onde se estabeleça que, no futuro ao se reajustar o piso regional de salário-mínimo se leve em consideração, pelo menos, dois, índices, dois fatores que

regulam a nossa economia: o Produto Interno Bruto verificado dois anos antes do ano que o piso sendo fixado. Portanto em 2011 vamos considerar o Produto Interno Bruto, o avanço, o crescimento do PIB que tivemos no ano de 2009 e vamos considerar também o IPCA verificado no ano imediatamente anterior, ou seja, em 2011, quando formos corrigir o piso regional de salário tomaremos por base o IPCA e o PIB verificados em 2009. É uma maneira, é uma fórmula, é um critério, é uma base que poderá ser melhorada.

Sempre a mais poderemos fazer, nunca a menos do que esses dois parâmetros, de forma que venhamos a assegurar aos trabalhadores que terão uma correção com índices justos que possam dar a eles a segurança de um salário-mínimo no Estado do Paraná na forma de um piso melhor a cada ano. E dar aos empregadores parâmetros para que eles também possam nortear o empreendedorismo através das suas empresas. Portanto, peço às lideranças, aqui, constituídas, a todos os Deputados, que possamos votar essa emenda à Constituição, que possamos estabelecer como para outros setores já estabelecemos, aqui, nesta Casa, da nossa Receita Tributária para os investimentos da área da Educação.

Um avanço que poucos Estados do Brasil tiveram a coragem de fazer, a regulamentação como fizemos aqui em anos anteriores, eu ainda era Deputado Estadual daquele artigo, senão me falha a memória, o 215 ou 214, que estabelece 2% da Receita Tributária para Ciência e Tecnologia. Hoje, nós no Estado do Paraná, também diferente de outros Estados, podemos acompanhar uma revolução fantástica, dentro das nossas universidades e faculdades, onde investimentos que outrora não aconteciam estão acontecendo, diretamente, na construção de salas de aula, de novos laboratórios e bibliotecas, na aquisição de novos equipamentos e na implantação de um fantástico programa chamado Universidade Sem Fronteira, que promove além da cátedra da aula na sala de aula, da pesquisa no laboratório, a extensão universitária, onde professores e alunos das nossas universidades e faculdades vão ao encontro daqueles que precisam do conhecimento delas.

Esta Assembleia sempre foi sábia, sensível e se colocou ao lado da causa justa. Tenho certeza absoluta, que votaremos esse piso que votaremos esse piso para o piso de 2010, do jeito que está proposto, até de uma forma melhor. E que também haveremos de constitucionalizar parâmetros, para em um futuro tenhamos já uma base estabelecida, de como serão os reajustes do piso regional do salário-mínimo no Paraná.

Finalizo dizendo a vocês que também uma terceira mensagem estamos entregando, de n° 008, Esta talvez se reveste de uma condição de conquista social, de recolhimento de cidadania a pessoas que hoje não têm esse direito ainda assegurado, através que se fazem de salário no Estado do Paraná ou no Brasil. São os trabalhadores na condição de terceirização, que na maioria dos locais onde trabalham, inclusive, hoje ainda no Governo do

Paraná, não recebem dos seus patrões e salário-mínimo regional estabelecido para a sua faixa de trabalho.

O Governador Requião, nós e nossa equipe elaboramos uma proposta de projeto de lei, que diz o seguinte: Todas as pessoas física ou jurídicas, que venham participar ou já participaram de processo licitatório, para serviços em órgãos, em empresas da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Paraná, inclusive, as autarquias e as sociedades de economia mista, deverão remunerar seus funcionários com, no mínimo, o valor atribuído ao piso salarial do Estado do Paraná. É uma conquista dos nossos autorizados.

(Aplausos)

Quero deixar um apelo, aqui. Estamos atendendo as manifestações, que nesta Assembleia aconteceram, que cobravam, do Estado do Paraná, que nós pagássemos aos terceirizados também o piso regional para estabelecidos, para a sua categoria, que é de 668. Estamos fazendo um apelo para que o Governo do Estado do Paraná, o Governo Federal do nosso Presidente Lula, a as Prefeitura, de João José do nosso Governo do Estado do Paraná, o Governo São José dos Pinhais, de Campo Magro que tem o Vice-Prefeito aqui presente, de Curitiba e todas do Estado do Paraná também possam mandar as suas Câmaras de Vereadores, lei igual a esta. Que a nossa Assembleia Legislativa do Paraná, da mesma forma que nos cobrou isso que proposta ela também estabelecer que o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, O Ministério Público, as classes empresariais, os empresários, possam dar aos trabalhadores terceirizados o mesmo tratamento que dão aos seus funcionários contratados e sindicalizados, que passam por convenção coletiva de trabalho.

É uma proposta que dá dignidade a um segmento de trabalhadores, que no dia a dia cuida para que tenhamos uma condição de trabalho mais confortável, sadia e produtiva em favor de todos.

São estas, Presidente Nelson Justus, nosso Vice-Presidente Antonio Anibelli, nossos demais Deputados e Deputadas, as considerações que eu gostaria de fazer, dizendo e reafirmando a todos que um piso de salário melhor, que um a renda maior para o trabalhado já está provado ao longo de sua história, que faz com que o círculo virtuoso da economia se estabeleça. Com maior salário renda, mais compra, maior o consumo, mais produção, mais venda. Todos saem ganhando. E este piso regional vem diretamente beneficiar milhares de trabalhadores e injetar na economia do Paraná, pelo menos os R\$ 150 todos os meses. Isso fará bem à nossa economia, a todo o segmento produtivo, comercial, prestador de serviço e agropecuário do Paraná.

Contamos com os Srs. Deputados, assim como contamos com os nossos empregadores e trabalhadores para que o Paraná continue sendo exemplo de política fiscal e tributária, exemplo dos lucros com de trabalhadora. Era isso, Srs. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência num primeiro momento quer agradecer ao Vice-Presidente Antonio Anibelli, que iniciou os trabalhos nesta tarde. Dizer que é uma honra receber o Vice-Governador Orlando Pessuti e de igual maneira receber essas três mensagens que já teriam sido anunciadas pelo Governador Requião e que o Vice-Presidente Pessuti dá oficialmente a entrada e protocola aqui nesta Casa.

Agradecer a presença de todos os Srs. Secretários de Estado, os Srs. Prefeitos, os representantes de todas as centrais sindicais, os senhores e as senhorias, serão como sempre foram, muito bem recebidos nesta Casa. Podem ter a certeza de que a Mesa Executiva imediatamente fará a leitura da mensagem e passará à Comissão de Justiça para que seja discutida nesta Casa o mais rápido possível. Que venha para a votação em Plenário o mais rápido possível. Este é o compromisso que nós assumimos hoje publicamente.

Quero agradecer também os senhores representantes da Federação das Indústrias do Estado do Paraná. E se deixamos de mencionar algumas das lideranças aqui presentes, fica por conta da maneira bem singular com que nós fazemos esta Sessão na tarde de hoje, escancarando como sempre o fizemos, as portas aos homens e mulheres de bem que levam avante o nosso Estado.

Agradecemos ao Vice-Governador Orlando Pessuti, cumprimos pelo seu discurso, cumprimos pelas suas palavras, pela iniciativa e poder ter certeza Pessuti, que esta Casa irá aligeirar ao máximo possível esta mensagem. Havíamos ainda combinado entre a Liderança o Deputado Elio Rusch e o Deputado Romanelli para que essa Sessão o Pequenos Expediente pudesse ser utilizado pelos líderes sindicais. Conservando com o nosso Vice-Presidente Antonio Anibelli quero crer, deixo aqui inteiramente a vontade, mas quero crer que depois da defesa do Projeto feito pelo nosso Vice Governadora - Orlando Pessuti, pouco há que se acrescentar, se não dizer do privilégio de tê-los aqui e da certeza que vocês possa, ter de que esta Casa irá muito bem discutir essa mensagem de tamanha importância não só para o nosso Estado, mas também para todo o nosso País. Temos aí uma infinidade de Deputados inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente, no Grande Expediente, no Horário das Lideranças e sem dúvida nenhuma esse será o tema do dia. Ao agradecer a presença de todos eu suspendo a Sessão por alguns instantes para que nós possamos cumprimentar o nosso Vice-Governador juntamente com as lideranças aqui presentes.

Suspendo por cinco minutos.

(Sessão Suspensa por cinco minutos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A ata já foi lida e aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob os n.ºs CEE/CC 4160, 4173, 4174, 4175, 4176, 4177, 4178, 4179, 4180, 4181, 4182, 4183, 4184, 4185, 4186, 4187, 4188, 4189, 4190, 4191, 4192, 4193, 4194, 4196, 4198, 4222, 4301, 4305, 4370, 4371, 4372, 4373, 4374, 4375, 4376, 4377, 4378, 4379, 4380, 4381, 4382, 4383, 4384, 4384, 4385, 4386, 4406/09, 001/10, 183, 184, 191, 192, 238, 239, 270, 271 e 318/10 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, comunicando que o Sr. Roberto Requião - Governador do Estado sancionou os Projetos de Lei n.ºs **Anote-se - Arquivo-se.**

676/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Uniflor, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16332. **Anote-se - Arquivo-se.**

298/09: de autoria do Deputado Nelson Justus que, dispõe que é de responsabilidade das indústrias farmacêuticas, das empresas de distribuição de medicamentos e das farmácias, drogarias e drugstore, darem destinação final e adequada aos produtos que estejam com prazo de validade vencidos ou fora de condições de uso, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16322. **Anote-se - Arquivo-se.**

678/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Kaloré, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16333. **Anote-se - Arquivo-se.**

584/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar cessão de uso do imóvel que especifica, ao Município de Santo Antonio do Sudoeste, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16334. **Anote-se - Arquivo-se.**

672/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de São João, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16335. **Anote-se - Arquivo-se.**

606/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Altônia, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16336. **Anote-se - Arquivo-se.**

449/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a construir, por intermédio da COPEL Geração e Transmissão S/A, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, Pequena Central Hidrelétrica Cavernoso II, localizada no rio Cavernoso, sub-bacia 65, na bacia Hidrográfica do Rio Paraná, nos Municípios de Virmond e Cândói, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16323. **Anote-se - Arquivo-se.**

310/08: De autoria do Deputado Alexandre Curi que, denomina as Escola Estadual Professor Aniz Domingos, no Distrito de São Domingos no Município de União da Vitória, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16324. **Anote-se - Arquivo-se.**

452/09: De autoria do Deputado Alexandre Curi que, denomina Terminal Rodoviário Darvil José Caron, o

terminal localizado na Rodovia do Caqui, que liga a BR-116 a sede do Município de Campina Grande do Sul, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16325. **Anote-se - Arquivo-se.**

668/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Jardim Alegre, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16337. **Anote-se - Arquivo-se.**

572/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Araucária, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16338. **Anote-se - Arquivo-se.**

365/09: De autoria do Deputado Nelson Justus que, denomina Pedro Demezuk o trecho da BR-160, entre a sede do Município de Prudentópolis e o entroncamento com a BR-277, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16326. **Anote-se - Arquivo-se.**

666/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Jandaia do Sul, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16339. **Anote-se - Arquivo-se.**

671/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo doar o imóvel que especifica, ao Município de Formosa do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16327. **Anote-se - Arquivo-se.**

673/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Nova Prata do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16328. **Anote-se - Arquivo-se.**

675/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Sarandi, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16329. **Anote-se - Arquivo-se.**

674/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Jaguariaíva, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16340. **Anote-se - Arquivo-se.**

607/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Pranchita, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16341. **Anote-se - Arquivo-se.**

669/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Sertaneja, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16330. **Anote-se - Arquivo-se.**

667/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Primeiro de Maio, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16342. **Anote-se - Arquivo-se.**

670/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Formosa do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16331. **Anote-se - Arquivo-se.**

665/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Jandaia do Sul, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16343. **Anote-se - Arquivo-se.**

679/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Lapa, o qual convertido em Lei tomou o nº 16344. **Anote-se - Arquivo-se.**

677/09: Do Poder Executivo que, procede o ajuste orçamentário e de obras ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 5.425.115,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16321. **Anote-se - Arquivo-se.**

534/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo por meio do Departamento de Estradas de Rodagem-DER, efetuar cessão de uso do imóvel que especifica, ao Município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 16345. **Anote-se - Arquivo-se.**

580/09: Do Poder Executivo que, concede remissão dos débitos das Companhias de Desenvolvimento Municipais que especifica, para o Fundo de Desenvolvimento Econômico-FDE e com os denominados Ativos provenientes do processo de saneamento e privatização Bando do Estado do Paraná S/A, ambos de titularidade do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 16348. **Anote-se - Arquivo-se.**

624/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo contratar operação de crédito externo até o montante de US\$ 51.000.000,00, junto ao BIRD, para financiamento do projeto de Inclusão e Desenvolvimento Rural Sustentável, o qual convertido em Lei tomou o nº 16350. **Anote-se - Arquivo-se.**

689/09: Do Tribunal de Justiça que, dispõe que o produto da arrecadação da Taxa Judiciária, a que se refere o Decreto Estadual nº 962, de 23/04/32, mencionado no artigo 3º, inciso XIII, da Lei Estadual nº 12216, de 15/07/98, passa a constituir receita do Fundo da Justiça criado pela Lei Estadual nº 15942, de 03/09/08 e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 16351. **Anote-se - Arquivo-se.**

380/09: Do Tribunal de Justiça que, altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 16352. **Anote-se - Arquivo-se.**

735/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar cessão de uso da área de terras que especifica, ao Município de São José dos Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o nº 16366. **Anote-se - Arquivo-se.**

725/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Wenceslau Braz, o qual convertido em Lei tomou o nº 16360. **Anote-se - Arquivo-se.**

724/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Arapoti, o qual convertido em Lei tomou o nº 16349. **Anote-se - Arquivo-se.**

700/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao

Município de Barracão, o qual convertido em Lei tomou o nº 16361. **Anote-se - Arquivo-se.**

718/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar permuta do imóvel que especifica, com a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, o qual convertido em Lei tomou o nº 16358. **Anote-se - Arquivo-se.**

701/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Sertãozinho, o qual convertido em Lei tomou o nº 16362. **Anote-se - Arquivo-se.**

583/09: Do Poder Executivo que, institui o Fundo de Equalização do Microcrédito - FEM, com a finalidade de prover recursos financeiros de modo a garantir o subsídio ao pagamento de juros aos tomadores de empréstimos da modalidade microcrédito da Agência de Fomento do Paraná S/A, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16357. **Anote-se - Arquivo-se.**

154/09: Do Poder Executivo que, aprova um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 1.660.000,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16356. **Anote-se - Arquivo-se.**

702/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Astorga, o qual convertido em Lei tomou o nº 16363. **Anote-se - Arquivo-se.**

680/09: Do Poder Executivo que, dispõe que os créditos tributários relativos ao Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, lançados ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, correspondentes a fatos geradores ocorridos até 30/11/09, poderão ser pagos conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16355. **Anote-se - Arquivo-se.**

703/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Indianópolis, o qual convertido em Lei tomou o nº 16364. **Anote-se - Arquivo-se.**

719/09: Do Poder Executivo que, um crédito Suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 53.500.000,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16354. **Anote-se - Arquivo-se.**

715/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Nova Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 16365. **Anote-se - Arquivo-se.**

632/09: Do Poder Executivo que, introduz alterações na Lei nº 14260/03 (Lei do IPVA), o qual convertido em Lei tomou o nº 16353. **Anote-se - Arquivo-se.**

716/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Toledo, o qual convertido em Lei tomou o nº 16367. **Anote-se - Arquivo-se.**

717/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 16368. **Anote-se - Arquivo-se.**

699/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Rio Negro, o qual convertido em Lei tomou o n° 16359. **Anote-se - Arquivo-se.**

569/09: De autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli que, estabelece os limites dos Municípios de Curitiba e Pinhais, conforme especifica o qual convertido em Lei tomou o n° 16371. **Anote-se - Arquivo-se.**

620/09: Do Poder Executivo que, estabelece o quantitativo para regularização, dos cargos em comissão que especifica, que se destinam a atender a encargos de direção, da chefia ou de assessoramento superior nas Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 16372. **Anote-se - Arquivo-se.**

655/09: Do Ministério Público que, remunera para o 3° o artigo que antecede o artigo 4° da Lei n° 13665/02 e adota outra providência, o qual convertido em Lei tomou o n° 16381. **Anote-se - Arquivo-se.**

652/09: Do Ministério Público que, institui o Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Paraná - DEMP/PR, como instrumento oficial de publicação divulgação e comunicação de seus atos administrativos, o qual convertido em Lei tomou o n° 16382. **Anote-se - Arquivo-se.**

654/09: Do Ministério Público que, transforma cargos de Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 16384. **Anote-se - Arquivo-se.**

653/09: Do Ministério Público que, transforma cargos de Procurador de Justiça, na medida em que se tornarem vagos, os atuais 28 cargos providos de Promotor de Justiça Substituto em Segundo Grau do Ministério Público do Estado do Paraná, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 16383. **Anote-se - Arquivo-se.**

512/09: De autoria do Deputado Neivo Beraldin que, institui o Programa Leite das Crianças, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 16385. **Anote-se - Arquivo-se.**

570/09: De autoria do Deputado Pedro Ivo que, dá nova redação ao inciso VI do artigo 1°, da Lei n° 14978/05, que isenta do ICMS produtos da cesta básica, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 16386. **Anote-se - Arquivo-se.**

560/09: De autoria da Deputada Rosane Ferreira que, altera a redação ao parágrafo 5°, do artigo 2° da Lei n° 16239/09, que estabelece normas para criação de ambientes de uso coletivo livres de produtos fumígenos, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 16388. **Anote-se - Arquivo-se.**

500/08: De autoria do Deputado Dobrandino da Silva que, denomina Deputado Max Rosemann o Centro Integrado de Saúde da Mulher e da Criança do Município de Anahy, o qual convertido em Lei tomou o n° 16389. **Anote-se - Arquivo-se.**

720/09: Da Comissão Executiva que, adota diretrizes, altera, extingue, cria e transforma cargos do Quadro Próprio do Poder Legislativo do Estado do Paraná, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 16390. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o n° 565/09/ Ag Governo do Estado do PR do Sr. Luis Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros, no valor de R\$ 583.121,96 (quinhentos e oitenta e três mil, cento e vinte e um reais e noventa e seis centavos), destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse n° 226.006-35 no âmbito do Programa PAC/PPI - Intervenções em Favelas, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° 567/09/ Ag Governo do Estado do PR do Sr. Luis Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros, no valor de R\$ 118.059,47 (cento e dezoito mil, cinquenta e nove reais e quarenta e sete centavos), destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse n° 226.011-09 no âmbito do Programa PAC/PPI - Intervenções em Favelas, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° 569/09/ Ag Governo do Estado do PR do Sr. Luis Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros, no valor de R\$ 1.482.543,81 (um milhão, quatrocentos e oitenta e dois mil, quinhentos e quarenta e três reais e oitenta e um centavos), destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse n° 226.007-49 no âmbito do Programa PAC/PPI - Intervenções em Favelas, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° 575/09/ Ag Governo do Estado do PR do Sr. Luis Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros, no valor de R\$ 46.660,02 (quarenta e seis mil, seiscentos e sessenta reais e dois centavos), destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse n° 233.551-80 no âmbito do Programa FHNIS - Habitação de Interesse Social, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° 577/09/ Ag Governo do Estado do PR do Sr. Luis Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros, no valor de R\$ 11.315,43 (onze mil, trezentos e quinze reais e quarenta e três centavos), destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse n° 250.344-29 no âmbito do Programa FHNIS - Habitação de Interesse Social, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 579/09/ Ag Governo do Estado do PR do Sr. Luis Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros, no valor de R\$ 28.221,98 (vinte e oito mil, duzentos e vinte e um reais e noventa e oito centavos), destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse nº 251.438-71 no âmbito do Programa FHNIS - Habitação de Interesse Social, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 581/09/ Ag Governo do Estado do PR do Sr. Luis Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros, no valor de R\$ 123.000,00 (cento e vinte e três mil reais), destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse nº 233.429-81 no âmbito do Programa FHNIS - Habitação de Interesse Social, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 602/09/ Ag Governo do Estado do PR do Sr. Luis Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros, no valor de R\$ 266.899,24 (duzentos e sessenta e seis mil, oitocentos e noventa e nove reais e vinte e quatro centavos), destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse nº 226.006-35 no âmbito do Programa PAC/PPI - Intervenção em Favelas, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Repasse nº 226.006-35 no âmbito do Programa PAC/PPI - Intervenção em Favela, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 604/09/AG Governo do Estado do Paraná, do Sr. Luis Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros, no valor de R\$ 118.059,47 (cento e dezoito mil, cinquenta e nove reais e quarenta e sete centavos), destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse nº 226.011-09 no âmbito do Programa PAC/PPI - Intervenção em Favela, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 617/09/AG Governo do Estado do Paraná, do Sr. Luis Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros, no valor de R\$ 530.214,30 (quinhentos e trinta mil, duzentos e quatorze reais e trinta centavos), destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse nº 224.994-48 no âmbito do Programa PAC/ Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 619/09/AG Governo do Estado do Paraná, do Sr. Luis Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros, no valor de R\$ 123.000,00 (cento e vinte e três mil reais),

destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse nº 233.429-81 no âmbito do Programa FHNIS - Habitação de Interesse Social, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 623/09/AG Governo do Estado do Paraná, do Sr. Luis Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros, no valor de R\$ 316.222,72 (trezentos e dezesseis mil, duzentos e vinte e dois reais e setenta e dois centavos), destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse nº 226.006-35 no âmbito do Programa PAC/PPI - Intervenção em Favela, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 625/09/AG Governo do Estado do Paraná, do Sr. Luis Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros, no valor de R\$ 11.315,43 (onze mil, trezentos e quinze reais e quarenta e três centavos), destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse nº 250.344-29 no âmbito do Programa FHNIS - Habitação de Interesse Social, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 627/09/AG Governo do Estado do Paraná, do Sr. Luis Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros, no valor de R\$ 28.221,98 (vinte e oito mil, duzentos e vinte e um reais e noventa e oito centavos), destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse nº 251.438-71 no âmbito do Programa FHNIS - Habitação de Interesse Social, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 629/09/AG Governo do Estado do Paraná, do Sr. Luis Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros, no valor de R\$ 46.660,02 (quarenta e seis mil, seiscentos e sessenta reais e dois centavos), destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse nº 233.551-80 no âmbito do Programa FHNIS - Habitação de Interesse Social, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 631/09/AG Governo do Estado do Paraná, do Sr. Luis Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros, no valor de R\$ 123.000,00 (cento e vinte e três mil reais), destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse nº 233.429-81 no âmbito do Programa FHNIS - Habitação de Interesse Social, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 636/09/AG Governo do Estado do Paraná, do Sr. Luis Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros, no

valor de R\$ 11.315,43 (onze mil, trezentos e quinze reais e quarenta e três centavos), destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse nº 250.344-29 no âmbito do Programa FHNIS - Habitação de Interesse Social, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 639/09/AG Governo do Estado do Paraná, do Sr. Luis Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros, no valor de R\$ 28.221,98 (vinte e oito mil, duzentos e vinte e um reais e noventa e oito centavos), destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse nº 251.438-78 no âmbito do Programa FHNIS - Habitação de Interesse Social, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 641/09/AG Governo do Estado do Paraná, do Sr. Luis Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros, no valor de R\$ 507.558,26 (quinhentos e sete mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e vinte e seis centavos), destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse nº 226.006-35 no âmbito do Programa PAC/PPI - Intervenções em Favela, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 006/10/AG Governo do Estado do Paraná, do Sr. Luis Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros, no valor de R\$ 118.059,47 (cento e dezoito mil, cinquenta e nove reais e quarenta e sete centavos), destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse nº 226.011-09 no âmbito do Programa PAC/PPI - Intervenção em Favela, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 018/10/AG Governo do Estado do Paraná, do Sr. João Carlos J. Mendes - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, informando a celebração de Contratos de Repasse OGU/2009 entre a Caixa Econômica Federal e o Município de Piraquara, referente aos Programas PRONASCI e FHNIS - Urbanização, Regularização e Integração. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 019/10/AG Governo do Estado do Paraná, do Sr. João Carlos J. Mendes - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, informando a celebração de Contratos de Repasse OGU/2009 entre a Caixa Econômica Federal e o Município de Piraquara, referente aos Programas PRODESA. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs 025, 027, 28, 29 e 30/2010/AG Governo do Estado do Paraná, do Sr. João Carlos J. Mendes - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, informando a celebração de

Contratos entre o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER e a MDA/Caixa Econômica Federal, com o objetivo de reequipar bases físicas municipais do EMATER. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 026/10/AG Governo do Estado do Paraná, do Sr. João Carlos J. Mendes - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, informando a celebração de Contratos entre o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER e a MDA/Caixa Econômica Federal, com o objetivo de revitalizar os empreendimentos do Banco da Terra e do Crédito Fundiário por meio da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural de qualidade e contínua. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1058/09/SRHU/MMA do Sr. Ronaldo Hipólito Soares - Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - substituto, informando a celebração de convênio com o Estado do Paraná e a referida Secretaria, cujo objetivo é a Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Estado do Paraná e Elaboração do Plano de Gestão Integrada e Associada de Resíduos Sólidos. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1554/09/GAB/SDC/MAPA do Sr. Marcio Antonio Portocarrero - Secretário do Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, informando a celebração de convênio com o Instituto de Desenvolvimento da Organização Nacional de Excelência Administrativa - IABRAS e a referida Secretaria, com o objetivo de apoiar o projeto de formação e estrutura de um consórcio de exportação, composto por cooperativas e empresas produtoras de maçãs no Brasil, objetivando a ampliação da participação das mesmas no mercado internacional. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 065/A-5/4733 do Sr. Major Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato - Comandante do V Comando Aéreo Regional, informando a celebração de Convênio PROFAA (Programa Federal de Auxílio e Aeroportos), entre o Comando da Aeronáutica e o Governo do Estado do Paraná, com o objetivo de se proceder a ampliação do pátio de estacionamento de aeronaves do Aeroporto de Maringá. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AF/DEFIN/GTES-00677/2009 do Sr. Alfredo Gonçalves Nunes - Gerente da GTES/DEFIN/AF do Banco Nacional de Desenvolvimento Social, comunicando que o referido Banco liberou recursos financeiros para o Estado do Paraná, no âmbito do Contrato nº 2222441, no valor de R\$ 9.470.275,11 (nove milhões, quatrocentos e setenta mil, duzentos e setenta e cinco reais e onze centavos). **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 3658/09-DIRPP/DEPEN/MJ do Sr. André Luiz de Almeida e Cunha, Diretor de Políticas Penitenci-

árias do Ministério da Justiça, informando a celebração de Convênio SICONV nº 714430/2009 entre o referido Ministério e a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, objetivando a execução do Projeto de Curso - Grupo de Apoio às Ações Penitenciárias. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 3659/09-DIRPP/DEPEN/MJ do Sr. André Luiz Almeida e Cunha, Diretor de Políticas Penitenciárias do Ministério da Justiça, informando a celebração de Convênio SICONV nº 714420/2009 entre o referido Ministério e a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, objetivando a execução do Projeto Curso de Capacitação e Aperfeiçoamento para Gestores de Unidades Penais nas Áreas Administrativa, de Informática e de Segurança. **Ao conhecimento da Casa**

Sob o nº 3754/09-DIRPP/DEPEN/MJ do Sr. André Luiz Almeida e Cunha, Diretor de Políticas Penitenciárias do Ministério da Justiça, informando a celebração de Convênio SICONV nº 708944/09 entre o referido Município e a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, objetivando a execução do Projeto de Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 037/10-DIRPP/DEPEN/MJ do Sr. Alexandre Cabana de Queiroz Andrade, Diretor de Políticas Penitenciárias, substituto, do Ministério da Justiça, informando a celebração de Convênios SICONV nºs 714419, 704712 e 704651 entre o referido Ministério e a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, objetivando a execução do Projeto dos Projetos Formação Profissional para presos do regime fechado; aquisição de 05 veículos tipo camburão para transporte de presos; aquisição de equipamentos de informática para o funcionamento e desenvolvimento do INFOPEN; e o Convênio SICONV nº 709321, Projeto Criação da Central de Penas e Medidas Alternativas de Londrina e do Núcleo de Acompanhamento as Penas e Medidas Alternativas de Cambé. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 10/09/C.CAFÉ GAA do Sr. Sergio Brunale - Gerente-Adjunto de Administração da EMBRAPA Café, comunicando celebração de convênio com o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR e a referida instituição, objetivando integrar esforços entre as partes, para a execução, em regime de colaboração, de trabalhos de pesquisa agropecuária em prol do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, em benefício do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 27/CGFCC/SPOA/MDA da Sra. Rosimeire Gomes de S. da Silva, Coordenador Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade, substituta do Ministério do Desenvolvimento Agrário, comunicando a celebração do Terceiro Termo Aditivo ao Convênio nº 121/07 entre o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR e o referido Ministério. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 255/CGOF/SENASP do Sr. João Francisco Goulart dos Santos - Diretor do Departamento de Execução e Avaliação do PNPS - substituto do Ministério da Justiça, encaminhando relação de convênios celebrados em 2009 entre o referido Ministério e o Estado do Paraná, com o objetivo de dotar o Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná de infraestrutura moderna e aparelhada. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 08/02/10.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que por deliberação dos Deputados do Partido dos Trabalhadores, passarei a responder pela Liderança do PT nesta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

(a) PEDRO IVO

Mensagens

MENSAGEM Nº 003/10

Curitiba, em 18/01/10.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei propondo reajuste anual dos valores dos pisos salariais do Paraná, a vigorar a partir de 01/05/10.

A presente proposta resulta de estudos e de nota técnica apresentados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, e encaminhados pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, as quais a seguir apresento.

I. Os Grupos de Pisos Salariais

Os pisos salariais praticados no Estado do Paraná, nesta proposta serão compostos por quatro grupos, tendo-se como referencial os Grandes Grupos Ocupacionais - GGO de categorias profissionais definidos pela Classificação Brasileira de Ocupações - CBO desenvolvida pelo Ministério do Trabalho e do Emprego - MTE. Ressalte-se que a CBO se constitui no documento normalizador do reconhecimento, da nomeação e da classificação dos títulos e conteúdos do mercado de trabalho brasileiro.

Os grupos serão a seguir expostos, assim como as razões dos respectivos reajustes.

O Grupo IV corresponderá ao GC3 da CBO e envolverá os Técnicos de Nível Médio, compreendendo as ocupações cujas atividades principais requerem para o seu desempenho, conhecimentos técnicos e experiência de uma ou várias disciplinas das ciências físicas e biológicas ou das ciências sociais e humanas. Estas atividades consistem em desempenhar trabalhos técnicos relacionados com a aplicação dos conceitos e métodos em relação às esferas já mencionadas referentes à educação de nível médio.

Esta categoria compreende técnicos polivalentes (vários domínios de conhecimentos técnicos, como por

exemplo, mecatrônica); técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins, técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins; professores, leigos e de nível médio; técnicos de nível médio em serviços de transportes; técnicos de nível médio das ciências administrativas; técnicos de nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos; outros técnicos de nível médio (como por exemplo, de apoio à pesquisa e desenvolvimento).

Todavia, nesta categoria não enquadram os profissionais de nível superior cuja denominação “técnico” foi consagrada no mercado.

Denota-se que os trabalhadores deste grupo têm formação apurada e a proposta que ora se apresenta, terão um reajuste de 21,5% (vinte e um, vírgula cinco por cento), dos valores praticados em 2009.

O Grupo III corresponde ao GG7 e GG8 da CBO e envolve os trabalhadores da produção de bens e serviços industriais, compreendendo as ocupações cujas atividades principais requerem para o seu desempenho os conhecimentos e as atividades necessárias para produzir bens e serviços industriais, envolvendo os trabalhadores da produção extrativa, da construção civil e da produção industrial tanto de processos discretos, que mobilizam habilidades psicomotoras e mentais voltadas primordialmente à forma de produtos, quanto de processos contínuos, que demandam habilidades mentais de controle de variáveis físico-químicas de processos.

Esta categoria compreende os trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil; trabalhadores da transformação de metais e compósitos; trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica; montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais, joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins; trabalhadores das indústrias têxteis, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas; trabalhadores das indústrias de madeira e mobiliário; trabalhadores de funções transversais (tais como operadores de robôs, de veículos operados e controlados remotamente, condutores de equipamentos de elevação e movimentação de cargas, etc.) trabalhadores em indústrias de processo contínuos e outras indústrias, trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção; trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose e papel; trabalhadores de fabricação de alimentos, bebidas e fumo; operadores de produção, captação, tratamento e distribuição (energia, água e utilidades).

Entretanto, esta categoria não compreende trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e de manutenção cujas atividades são complexas e requerem aplicação de conhecimentos profissionalizantes obtidos em formação de escolas técnicas ou de nível superior.

Importante destacar que os trabalhadores do Grupo III, nesta proposta, terão um reajuste de 14,2% (quatorze, vírgula dois por cento), dos valores praticados em 2009.

O Grupo II corresponde ao GG4, GG5 e o GG9 da CBO e envolve os trabalhadores de serviços administrati-

vos; de serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados e de reparação e manutenção.

Esta categoria compreende escriturários e os trabalhadores de atendimento ao público e não compreende trabalhadores administrativos e de atendimento ao público cujas atividades são complexas e requerem aplicação de conhecimentos profissionalizantes obtidos em formação de escolas técnicas e de nível superior.

O GG4 compreende dois grandes subgrupos ocupacionais:

a. Aquelas ocupações que realizam trabalhos burocráticos, sem contato constante com o público cujas atividades principais requerem para o seu desempenho conhecimentos e experiências necessárias para ordenar, armazenar, computar e recuperar informações. As atividades consistem em realizar trabalho de secretária, digitar e/ou escanear e reproduzir texto e dados em computadores, realizar outros tipos de operação em equipamentos de escritório.

b. Aquelas ocupações de trabalhadores administrativos de atendimento ao público cujas atividades principais requerem para o seu desempenho conhecimentos e experiências necessárias para o fornecimento de serviços a clientes como os realizados por auxiliares de biblioteca, documentação e correios, operadores de caixa, atendentes.

O GG5 envolve os trabalhadores empregados em serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados, compreendendo as ocupações cujas tarefas principais requerem para o seu desempenho os conhecimentos e a experiência necessários para a prestação de serviços às pessoas; serviços às pessoas; serviços de proteção e segurança ou a venda de mercadorias em comércio e mercados. Tais atividades consistem em serviços relacionados a viagens, trabalhos domésticos, restaurantes e cuidados pessoais, proteção às pessoas e bens e a manutenção da ordem pública, venda de mercadorias em comércio e mercados.

Esta categoria compreende os trabalhadores dos serviços, vendedores e prestadores de serviços do comércio e não envolve trabalhadores de prestação de serviços e do comércio cujas atividades são complexas e requerem aplicação de conhecimentos profissionalizantes obtidos em formação de escolas técnicas ou de nível superior.

O GG9 da CBO envolverá os trabalhadores de reparação e manutenção, compreendendo as ocupações cujas atividades principais requeiram, para seu desempenho, os conhecimentos e as atividades necessárias para reparar e manter toda a sorte de bens equipamentos, seja para uso pessoal, de instituições, empresas e do Governo.

Esta categoria compreende os trabalhadores em serviços de reparação e manutenção mecânica; polimantenedores e outros trabalhadores da conservação, manutenção e reparação e não envolve trabalhadores de manutenção cujo exercício das atividades mobiliza conhecimentos técnicos profissionalizantes que são próprios da formação técnica de ensino médio e superior.

De relevante aspecto para a economia do Paraná, os trabalhadores do Grupo II, nesta proposta, terão um

reajuste de 11,9% (onze vírgula nove por cento), dos valores praticados em 2009, que corresponde a média estabelecida para os pisos I, III e IV de 2009.

O Grupo I corresponde ao GG6 da CBO e envolve os trabalhadores empregados nas atividades agropecuárias, florestais e da pesca, compreendendo as ocupações cujas atividades principais requerem para seu desempenho os conhecimentos e a experiência necessários para a obtenção de produtos da agricultura, da silvicultura e da pesca. Suas atividades consistem em praticar a agricultura a fim de obter produtos, criar animais, pescar ou criar peixes, conservar e plantar florestas.

Para os seguimentos que compõem o GRUPO I, a proposta de reajuste é de 9,5% (nove e meio por cento) dos valores praticados em 2009.

Ressalte-se que os trabalhadores desta categoria são de grande importância para o desenvolvimento da economia estadual, visto que desenvolvem suas atividades na exploração agropecuária; na pesca e na extração florestal; nos trabalhos da mecanização agropecuária e florestal. Todavia neste rol não estão incluídos os técnicos agropecuários (nível médio), pois estão compreendidos no Grupo IV.

II. Os Parâmetros de Reajustes

Inicialmente considera-se que o valor dos pisos salariais e 2010 será corrigido em:

- Grupo IV: 21,5% em relação ao Piso VI praticado em 2009.
- Grupo III: 14,2% em relação ao Piso V praticado em 2009.
- Grupo II: 11,9% em relação a média estabelecida para os Pisos II, III e IV praticados em 2009;
- Grupo I: 9,5% em relação ao Piso I praticado em 2009.

Assim, segundo este critério, no Paraná, os pisos salariais de 2010, deverão ser de:

- Grupo IV: R\$ 765,00;
- Grupo III: R\$ 714,00;
- Grupo II: R\$ 688,50;
- Grupo I: R\$ 663,00.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO - Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O piso salarial dos empregados integrantes das categorias profissionais, enumeradas na Classificação Brasileira de Ocupações (Grandes Grupos Ocupacionais), reproduzidas no Anexo I da presente lei, com fundamento no inciso V do artigo 7º da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 103, de 14/07/00, no Estado do Paraná, a partir de 01/05/10, será de:

Grupo IV - R\$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais) para os técnicos de nível médio, correspondentes ao Grande Grupo 3 da Classificação Brasileira de Ocupações;

Grupo III - R\$ 714,00 (setecentos e quatorze reais) para os trabalhadores da produção de bens e serviços industriais, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 7 e 8 da Classificação Brasileira de Ocupações;

Grupo II - R\$ 688,50 (seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos) para os trabalhadores de serviços administrativos, trabalhadores empregados em serviço, vendedores do comércio e lojas e mercados e trabalhadores de reparação e manutenção, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 4, 5 e 9 da Classificação Brasileira de Ocupações;

Grupo I - R\$ 663,00 (seiscentos e sessenta e três reais) para os trabalhadores empregados nas atividades agropecuárias, florestais e da pesca, correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 6 da Classificação Brasileira de Ocupações;

Parágrafo Único. A data-base para reajuste dos pisos salariais é 1º de maio.

Art. 2º Esta lei não se aplica aos empregados que têm piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo e aos servidores públicos municipais.

Art. 3º Os pisos fixados nesta lei não substituem, para quaisquer fins de direito, o salário previsto no inciso IV do artigo 7º da Constituição Federal.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 16099, de 01/05/09.

À Diretoria Legislativa.

Anexo I (art. 1º) CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES - ESTRUTURA AGREGADA	
GRANDE GRUPO 1: MEMBROS SUPERIORES DO PODER PÚBLICO, DIRIGENTES DE ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO E DE EMPRESAS, GERENTES	
11	MEMBROS SUPERIORES E DIRIGENTES DO PODER PÚBLICO
111	MEMBROS SUPERIORES DO PODER LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO
1111	Legisladores
1112	Dirigentes gerais da administração pública

1113	Magistrados
1114	Dirigentes do serviço público
112	Dirigentes de Produção, Operações e Apoio da Administração Pública
113	CHEFES DE PEQUENAS POPULAÇÕES
1130	Dirigentes de povos indígenas, de quilombolas e caiçaras
114	DIRIGENTES E ADMINISTRADORES DE ORGANIZAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO
1141	Dirigentes de partidos políticos
1142	Dirigentes e administradores de entidades patronais e dos trabalhadores e de outros interesses socioeconômicos
1143	Dirigentes e administradores de entidades religiosas
1144	Dirigentes e administradores de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos
12	DIRIGENTES DE EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES (EXCETO DE INTERESSE PÚBLICO)
121	DIRETORES GERAIS
1210	Diretores gerais
122	DIRETORES DE PRODUÇÃO E OPERAÇÕES
1221	Diretores de produção e operações em empresas agropecuária, pesqueira, aquícola e florestal
1222	Diretores de produção e operações em empresa da indústria extrativa, transformação e de serviços de utilidade pública
1223	Diretores de operações de obras em empresa de construção
1224	Diretores de operações em empresa do comércio
1225	Diretores de operações de serviços em empresa de turismo, de alojamento e de alimentação
1226	Diretores de operações de serviços em empresas de armazenamento, de transporte e de telecomunicação
1227	Diretores de operações de serviços em instituição de intermediação financeira
123	DIRETORES DE ÁREAS DE APOIO
1231	Diretores administrativos e financeiros
1232	Diretores de recursos humanos e relações de trabalho
1233	Diretores de comercialização e marketing
1234	Diretores de suprimentos e afins
1236	Diretores de serviços de informática
1237	Diretores de pesquisa e desenvolvimento
1238	Diretores de manutenção
13	DIRETORES E GERENTES EM EMPRESA DE SERVIÇOS DE SAÚDE, DA EDUCAÇÃO, OU DE SERVIÇOS CULTURAIS, SOCIAIS OU PESSOAIS
131	DIRETORES E GERENTES EM EMPRESA DE SERVIÇOS DE SAÚDE, DE EDUCAÇÃO, OU DE SERVIÇOS CULTURAIS, SOCIAIS OU PESSOAIS
1311	Diretores e gerentes de operações em empresa de serviços pessoais, sociais e culturais
1312	Diretores e gerentes de operações em empresa de serviços de saúde

1313	Diretores e gerentes de instituição de serviços educacionais
14	GERENTES
141	GERENTES DE PRODUÇÃO E OPERAÇÕES
1411	Gerentes de produção e operações em empresa agropecuária, pesqueira, aquícola e florestal
1412	Gerentes de produção e operações em empresa da indústria extrativa, de transformação e de serviços de utilidade pública
1413	Gerentes de obras em empresa de construção
1414	Gerentes de operações comerciais e de assistência técnica
1415	Gerentes de operações de serviços em empresa de turismo, de alojamento e alimentação
1416	Gerentes de operações de serviços em empresa de transporte, de comunicação e de logística (armazenagem e distribuição)
1417	Gerentes de operações de serviços em instituição de intermediação financeira
142	GERENTES DE ÁREAS DE APOIO
1421	Gerentes administrativos, financeiros e de riscos
1422	Gerentes de recursos humanos e de relações do trabalho
1423	Gerentes de comercialização, marketing e comunicação
1424	Gerentes de suprimentos e afins
1425	Gerentes de tecnologia da informação
1426	Gerentes de pesquisa e desenvolvimento
1427	Gerentes de manutenção

GRANDE GRUPO 2: PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS E DAS ARTES	
20	PESQUISADORES E PROFISSIONAIS POLICIENTÍFICOS
201	PROFISSIONAIS DA BIOTECNOLOGIA E METROLOGIA
2011	Profissionais da biotecnologia
2012	Profissionais da metrologia
202	PROFISSIONAIS DA ELETROMECCÂNICA
2021	Engenheiros mecatrônicos
203	PESQUISADORES
2030	Pesquisadores das ciências biológicas
2031	Pesquisadores das ciências naturais e exatas
2032	Pesquisadores de engenharia e tecnologia
2033	Pesquisadores das ciências da saúde
2034	Pesquisadores das ciências da agricultura
2035	Pesquisadores das ciências sociais e humanas
204	PROFISSIONAIS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

2041	Peritos criminais
21	PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS EXATAS, FÍSICAS E DA ENGENHARIA
211	MATEMÁTICOS, ESTATÍSTICOS E AFINS
2111	Profissionais da matemática
2112	Profissionais de estatística
212	PROFISSIONAIS DA INFORMÁTICA
2122	Engenheiros em computação
2123	Administradores de redes, sistemas e banco de dados
2124	Analistas de sistemas computacionais
213	FÍSICOS, QUÍMICOS E AFINS
2131	Físicos
2132	Químicos
2133	Profissionais das ciências atmosféricas e espaciais e de astronomia
2134	Geólogos e geofísicos
214	ENGENHEIROS, ARQUITETOS E AFINS
2141	Arquitetos
2142	Engenheiros civis e afins
2143	Engenheiros eletricitistas, eletrônicos e afins
2144	Engenheiros mecânicos
2145	Engenheiros químicos
2146	Engenheiros metalurgistas e de materiais
2147	Engenheiros de minas
2148	Engenheiros agrimensores e engenheiros cartógrafos
2149	Engenheiros de produção, qualidade e segurança
215	PROFISSIONAIS EM NAVEGAÇÃO AÉREA, MARÍTIMA E FLUVIAL
2151	Oficiais de convés e afins
2152	Oficiais de máquinas da marinha mercante
2153	Profissionais da pilotagem aeronáutica
22	PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, DA SAÚDE E AFINS
221	BIÓLOGOS E AFINS
2211	Biólogos e afins
222	AGRÔNOMOS E AFINS
2221	Engenheiros agrossilvípecuários
223	PROFISSIONAIS DA MEDICINA, SAÚDE E AFINS
2231	Médicos

2232	Cirurgiões-dentistas
2233	Veterinários e zootecnistas
2234	Farmacêuticos
2235	Enfermeiros
2236	Profissionais da fisioterapia, fonoaudiologia e afins
2237	Nutricionistas
224	PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA
2241	Profissionais da educação física
23	PROFISSIONAIS DO ENSINO
231	PROFESSORES DE NÍVEL SUPERIOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL
2311	Professores de nível superior na educação infantil
2312	Professores de nível superior do Ensino Fundamental (primeira a quarta séries)
2313	Professores de nível superior do Ensino Fundamental (quinta a oitava séries)
232	PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO
2321	Professores do Ensino Médio
233	PROFESSORES E INSTRUTORES DO ENSINO PROFISSIONAL
2331	Professores do Ensino Profissional
2332	Instrutores de Ensino Profissional
234	PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR
2341	Professores de matemática, estatística e informática do Ensino Superior
2342	Professores de ciências físicas, químicas e afins do Ensino Superior
2343	Professores de arquitetura e urbanismo, engenharia, geofísica e geologia do Ensino Superior
2344	Professores de ciências biológicas e da saúde do Ensino Superior
2345	Professores na área de formação pedagógica do Ensino Superior
2346	Professores nas áreas de língua e literatura do Ensino Superior
2347	Professores de ciências humanas do Ensino Superior
2348	Professores de ciências econômicas, administrativas e contábeis do Ensino Superior
2349	Professores de artes do Ensino Superior
239	OUTROS PROFESSORES DE ENSINO NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE
2392	Professores de educação especial
2394	Programadores, avaliadores e orientadores de ensino
24	PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS JURÍDICAS
241	ADVOGADOS, PROCURADORES, TABELIÃES E AFINS
2410	Advogados
2412	Procuradores e advogados públicos

2413	Tabeliães e registradores
242	ADVOGADOS DO PODER JUDICIÁRIO E DA SEGURANÇA PÚBLICA
2422	Membros do Ministério Público
2423	Delegados de polícia
2424	Defensores públicos e procuradores da assistência judiciária
25	PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
251	CIENTISTAS SOCIAIS, PSICÓLOGOS E AFINS
2511	Profissionais em pesquisa e análise antropológica e sociológica
2512	Economista
2513	Profissionais em pesquisa e análise geográfica
2514	Filósofos
2515	Psicólogos e psicanalistas
2516	Assistentes sociais e economistas domésticos
252	PROFISSIONAIS DE ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS E AFINS
2521	Administradores
2522	Contadores e afins
2523	Secretárias executivas e bilíngues
2524	Profissionais de recursos humanos
2525	Profissionais de administração econômico-financeira
253	PROFISSIONAIS DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PUBLICIDADE, MARKETING E COMERCIALIZAÇÃO
2531	Profissionais de relações públicas, publicidade, mercado e negócios
2532	Profissionais de comercialização e consultoria de serviços bancários
2533	Corretores de valores, ativos financeiros, mercadorias e derivativos
254	AUDITORES FISCAIS PÚBLICOS
2541	Auditores fiscais e técnicos da receita federal
2542	Auditores fiscais da previdência social
2543	Auditores fiscais do trabalho
2544	Fiscais de tributos estaduais e municipais
26	COMUNICADORES, ARTISTAS E RELIGIOSOS
261	PROFISSIONAIS DA COMUNICAÇÃO E DA INFORMAÇÃO
2611	Profissionais do jornalismo
2612	Profissionais da informação
2613	Arquivistas e museólogos
2614	Filólogos, intérpretes e tradutores
2615	Profissionais da escrita

2616	Editores
2617	Locutores, comentaristas e repórteres de rádio e televisão
2618	Fotógrafos profissionais
262	PROFISSIONAIS DE ESPETÁCULOS E DAS ARTES
2621	Produtores de espetáculos
2622	Diretores de espetáculos e afins
2623	Cenógrafos
2624	Artistas visuais e desenhistas industriais
2625	Atores
2626	Músicos compositores, arranjadores, regentes e musicólogos
2627	Músicos intérpretes
2628	Artistas da dança (exceto dança tradicional e popular)
2629	Designer de interiores de nível superior
263	MEMBROS DE CULTOS RELIGIOSOS E AFINS
2631	Ministros de culto, missionários, teólogos e profissionais assemelhados

GRANDE GRUPO 3: TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO	
30	TÉCNICOS POLIVALENTES
300	TÉCNICOS MECATRÔNICOS E ELETROMECAÂNICOS
3001	Técnicos em mecatrônica
3003	Técnicos em eletromecânica
301	TÉCNICOS EM LABORATÓRIO
3011	Técnicos de laboratório industrial
3012	Técnicos de apoio à bioengenharia
31	TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO DAS CIÊNCIAS FÍSICAS, QUÍMICAS, ENGENHARIA E AFINS
311	TÉCNICO EM CIÊNCIAS FÍSICAS E QUÍMICAS
3111	Técnicos químicos
3112	Técnicos de produção de indústrias químicas, petroquímicas, refino de petróleo, gás e afins
3113	Técnicos em materiais, produtores cerâmicos e vidros.
3114	Técnicos em fabricação de produtos plásticos e de borracha
3115	Técnicos em controle ambiental, utilidades e tratamento de efluentes
3116	Técnicos têxteis
3117	Coloristas
312	TÉCNICOS EM CONSTRUÇÃO CIVIL, DE EDIFICAÇÕES E OBRAS DE INFRAESTRUTURA
3121	Técnicos em construção civil (edificações)

3122	Técnicos em construção civil (obras de infraestrutura)
3123	Técnicos em geomática
313	TÉCNICOS EM ELETROELETRÔNICA E FOTÔNICA
3131	Técnicos em eletricidade e eletrotécnica
3132	Técnicos em eletrônica
3133	Técnicos em telecomunicações
3134	Técnicos em calibração e instrumentação
3135	Técnicos em fotônica
314	TÉCNICOS EM METALMECÂNICA
3141	Técnicos mecânicos na fabricação e montagem de máquinas, sistemas e instrumentos
3142	Técnicos mecânicos (ferramentas)
3143	Técnicos em mecânica veicular
3144	Técnicos mecânicos na manutenção de máquinas, sistemas e instrumentos
3146	Técnicos em metalurgia (estruturas metálicas)
3147	Técnicos em siderurgia
316	TÉCNICOS EM MINERALOGIA E GEOLOGIA
3161	Técnicos em geologia
3163	Técnicos em mineração
317	TÉCNICOS EM INFORMÁTICA
3171	Técnicos de desenvolvimento de sistemas e aplicações
3172	Técnicos em operação e monitoração de computadores
318	DESENHISTAS TÉCNICOS E MODELISTAS
3180	Desenhistas técnicos, em geral
3181	Desenhistas técnicos da construção civil e arquitetura
3182	Desenhistas técnicos da mecânica
3183	Desenhistas técnicos em eletricidade, eletrônica, eletromecânica, calefação, ventilação e refrigeração
3184	Desenhistas técnicos de produtos e serviços diversos
3185	Desenhistas projetistas de construção civil e arquitetura
3186	Desenhistas projetistas da mecânica
3187	Desenhistas projetistas da eletrônica
3188	Desenhistas projetistas e modelistas de produtos e serviços diversos
319	OUTROS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO DAS CIÊNCIAS FÍSICAS, QUÍMICAS, ENGENHARIA E AFINS
3191	Técnicos do vestuário
3192	Técnicos do mobiliário e afins

32	TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO DAS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, BIOQUÍMICAS, DA SAÚDE E AFINS
320	TÉCNICOS EM BIOLOGIA
3201	Técnicos em biologia
321	TÉCNICOS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
3211	Técnicos agrícolas
3212	Técnicos florestais
3213	Técnicos em aquicultura
322	TÉCNICOS DA CIÊNCIA DA SAÚDE HUMANA
3221	Acupunturistas, podólogos, quiropraxistas e afins
3222	Técnicos e auxiliares de enfermagem
3223	Ópticos optometristas
3224	Técnicos de odontologia
3225	Técnicos em próteses ortopédicas
3226	Técnicos de imobilizações ortopédicas
323	TÉCNICOS DA CIÊNCIA DA SAÚDE ANIMAL
3231	Técnicos em pecuária
324	TÉCNICOS EM OPERAÇÕES DE EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS DE DIAGNÓSTICO
3241	Técnicos em equipamentos médicos e odontológicos
3242	Técnicos e auxiliares técnicos em patologia clínica
325	TÉCNICOS DE BIOQUÍMICA E DA BIOTECNOLOGIA
3250	Enólogos, Perfumistas e Aromados
3251	Técnicos em manipulação farmacêutica
3252	Técnicos em produção, conservação e de qualidade de alimentos
3253	Técnicos de apoio à biotecnologia
328	TÉCNICOS EM NECRÓPSIA E TAXIDERMISTAS
3281	Técnicos em necrópsia e taxidermistas
33	PROFESSORES LEIGOS E DE NÍVEL MÉDIO
331	PROFESSORES DE NÍVEL MÉDIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL, NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIONALIZANTE
3311	Professores de nível médio na Educação Infantil
3312	Professores de nível médio no Ensino Fundamental
3313	Professores de nível médio no Ensino Profissionalizante
332	PROFESSORES LEIGOS NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIONALIZANTE
3321	Professores leigos no Ensino Fundamental
3322	Professores práticos no Ensino Profissionalizante

333	INSTRUTORES E PROFESSORES DE ESCOLAS LIVRES
3331	Instrutores e professores de cursos livres
334	INSPETORES DE ALUNOS E AFINS
3341	Inspetores de alunos
34	TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO EM SERVIÇOS DE TRANSPORTES
341	TÉCNICOS EM NAVEGAÇÃO AÉREA, MARÍTIMA E FLUVIAL
3411	Pilotos de aviação comercial, mecânicos de voo e afins
3412	Técnicos marítimos, fluviários e pescadores de convés
3413	Técnicos marítimos e fluviários de máquinas
342	TÉCNICOS EM TRANSPORTES (LOGÍSTICA)
3421	Técnicos em logística de transportes multimodal
3422	Despachantes aduaneiros
3423	Técnicos em transportes rodoviários
3424	Técnicos em transportes metroferroviários
3425	Técnicos em transportes aéreos
3426	Técnicos em transportes por vias navegáveis e operações portuárias
35	TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NAS CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
351	TÉCNICOS DAS CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
3511	Técnicos em contabilidade
3513	Técnicos em administração
3514	Serventuários da justiça e afins
3515	Técnicos em secretariado, taquígrafos e estenotipistas
3516	Técnicos em segurança no trabalho
3517	Técnicos de seguros e afins
3518	Agentes de investigação e identificação
352	TÉCNICOS DE INSPEÇÃO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
3522	Agentes da saúde e do meio ambiente
3523	Agentes fiscais metrológicos e de qualidade
3524	Profissionais de direitos autorais e de avaliação de produtos dos meios de comunicação
353	TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS
3532	Técnicos em operações e serviços bancários
354	TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO EM OPERAÇÕES COMERCIAIS
3541	Técnicos de vendas especializadas
3542	Compradores
3543	Analistas de comércio exterior

3544	Leiloeiros e avaliadores
3545	Corretores de seguros
3546	Corretores de imóveis
3547	Representantes comerciais autônomos
3548	Técnicos em turismo
37	TÉCNICOS EM NÍVEL MÉDIO DOS SERVIÇOS CULTURAIS, DAS COMUNICAÇÕES E DOS DESPORTOS
371	TÉCNICOS DE SERVIÇOS CULTURAIS
3711	Técnicos em biblioteconomia
3712	Técnicos em museologia e afins
3713	Técnicos em artes gráficas
3714	Recreadores
372	TÉCNICOS EM OPERAÇÕES DE CÂMARA FOTOGRÁFICA, CINEMA E DE TELEVISÃO
3721	Captadores de imagem em movimento
3722	Operadores de rede de teleprocessamento e afins
373	TÉCNICOS EM OPERAÇÕES DE EMISSORAS DE RÁDIO, SISTEMAS DE TELEVISÃO E DE PRODUTORAS DE VÍDEO
3731	Técnicos de operação de emissoras de rádio
3732	Técnicos em operações de sistemas de televisão e de produtoras de vídeo
374	TÉCNICOS EM OPERAÇÃO DE APARELHOS DE SONORIZAÇÃO, CENOGRAFIA E PROJEÇÃO
3741	Técnicos em áudio
3742	Técnicos em cenografia
3743	Técnicos em operação de aparelhos de projeção
3744	Técnicos em montagem, edição e finalização de filme e vídeo
375	DECORADORES E VITRINISTAS
3751	Designers de interiores, de vitrines e visual merchandiser (nível médio)
376	ARTISTAS DE ARTES POPULARES E MODELOS
3761	Dançarinos tradicionais e populares
3762	Artistas de circo (circenses)
3763	Apresentadores de espetáculos, eventos e programas
3764	Modelos
377	ATLETAS, DESPORTISTAS E AFINS
3771	Atletas profissionais
3772	Árbitros desportivos
39	OUTROS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO
391	TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO EM OPERAÇÕES INDUSTRIAIS

3911	Técnicos de planejamento e controle de produção
3912	Técnicos de controle da produção
395	TÉCNICOS DE APOIO EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
3951	Técnicos de apoio em pesquisa e desenvolvimento

GRANDE GRUPO 4: TRABALHADORES DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

41	ESCRITURÁRIOS
410	SUPERVISORES DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS (exceto de atendimento ao público)
4101	Supervisores administrativos
4102	Supervisores de serviços financeiros, de câmbio e de controle
411	ESCRITURÁRIOS EM GERAL, AGENTES, ASSISTENTES E AUXILIARES ADMINISTRATIVOS
4110	Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos
412	SECRETÁRIOS DE EXPEDIENTE E OPERADORES DE MÁQUINAS DE ESCRITÓRIOS
4121	Operadores de equipamentos de entrada e transmissão de dados
4122	Contínuos
413	ESCRITURÁRIOS CONTÁBEIS E DE FINANÇAS
4131	Auxiliares de contabilidade
4132	Escriturários de serviços bancários
414	ESCRITURÁRIOS DE CONTROLE DE MATERIAIS E DE APOIO À PRODUÇÃO
4141	Almoxarifes e armazenistas
4142	Apontadores e conferentes
415	AUXILIARES DE SERVIÇOS DE BIBLIOTECA, DOCUMENTAÇÃO E CORREIOS
4151	Auxiliares de serviços de documentação, informação e pesquisa
4152	Carteiros e operadores de triagem de serviços postais
42	TRABALHADORES DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO
420	SUPERVISORES DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO
4201	Supervisores de atendimento ao público e de pesquisa
421	CAIXAS, BILHETEIRO E AFINS
4211	Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)
4212	Coletadores de apostas e de jogos
4213	Cobreadores e afins
422	TRABALHADORES DE INFORMAÇÕES AO PÚBLICO
4221	Recepcionistas
4222	Operadores de telefonia
4223	Operadores de telemarketing

423	DESPACHANTES
4231	Despachantes documentalistas
424	ENTREVISTADORES, RECENSEADORES E AFINS
4241	Entrevistadores e recenseadores

GRANDE GRUPO 5: TRABALHADORES DOS SERVIÇOS, VENDEDORES DO COMÉRCIO EM LOJAS E MERCADOS	
51	TRABALHADORES DOS SERVIÇOS
510	SUPERVISORES DOS SERVIÇOS
5101	Supervisores dos serviços de transporte, turismo, hotelaria e administração de edifícios
5102	Supervisores de lavanderia
5103	Supervisores dos serviços de proteção, segurança e outros
511	TRABALHADORES DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE E TURISMO
5111	Trabalhadores de segurança e atendimento aos usuários nos transportes
5112	Fiscais e cobradores dos transportes coletivos
5114	Guias de turismo
512	TRABALHADORES DOS SERVIÇOS DOMÉSTICOS EM GERAL
5121	Trabalhadores dos serviços domésticos em geral
513	TRABALHADORES DOS SERVIÇOS DE HOTELARIA E ALIMENTAÇÃO
5131	Mordomos e governantas
5132	Cozinheiros
5133	Camareiros, roupeiros e afins
5134	Garçons, barmen, copeiros e sommeliers
514	TRABALHADORES NOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS E LOGRADOUROS
5141	Trabalhadores nos serviços de administração de edifícios
5142	Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros
515	TRABALHADORES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE
5151	Agentes comunitários de saúde e afins
5152	Auxiliares de laboratório da saúde
516	TRABALHADORES NOS SERVIÇOS DE EMBELEZAMENTO E CUIDADOS PESSOAIS
5161	Trabalhadores nos serviços de embelezamento e higiene
5162	Cuidadores de crianças, jovens, adultos e idosos
5163	Tintureiros, lavadeiros e afins, à máquina
5164	Lavadores e passadores de roupa, à mão
5165	Trabalhadores dos serviços funerários

5166	Trabalhadores auxiliares dos serviços funerários
5167	Astrólogos e numerólogos
5168	Esotéricos e paranormais
517	TRABALHADORES NOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA
5171	Bombeiros e salva-vidas
5172	Policiais, guardas civis municipais e agentes de trânsito
5173	Vigilantes e guardas de segurança
5174	Porteiros e vigias
519	OUTROS TRABALHADORES DE SERVIÇOS DIVERSOS
5191	Motociclistas e ciclistas de entregas rápidas
5192	Catadores de material reciclável
5193	Trabalhadores de serviços veterinários, de higiene e estética de animais domésticos
5198	Profissionais do sexo
5199	Outros trabalhadores dos serviços
52	VENDEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO
520	SUPERVISORES DE VENDAS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
5201	Supervisores de vendas e de prestação de serviços
521	VENDEDORES E DEMONSTRADORES
5211	Operadores do comércio em lojas e mercados
522	REPOSITORES E REMARCADORES DO COMÉRCIO
523	INSTALADORES DE PRODUTOS E ACESSÓRIOS
5231	Instaladores de produtos e acessórios
524	VENDEDORES A DOMICÍLIO, AMBULANTES E EM BANCAS
5241	Vendedores em domicílio
5242	Vendedores em bancas, quiques e barracas
5243	Vendedores ambulantes

GRANDE GRUPO 6: TRABALHADORES AGROPECUÁRIOS, FLORESTAIS E DE PESCA

61	PRODUTORES NA EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA
611	PRODUTORES AGROPECUÁRIOS EM GERAL
6110	Produtores agropecuários em geral
612	PRODUTORES AGRÍCOLAS
6120	Produtores agrícolas polivalentes
6121	Produtores agrícolas na cultura de gramíneas
6122	Produtores agrícolas na cultura de plantas fibrosas

6123	Produtores agrícolas na olericultura
6124	Produtores agrícolas no cultivo de flores e plantas ornamentais
6125	Produtores agrícolas na fruticultura
6126	Produtores agrícolas na cultura de plantas estimulantes
6127	Produtores agrícolas na cultura de plantas oleaginosas
6128	Produtores de especiarias e de plantas aromáticas e medicinais
613	PRODUTORES EM PECUÁRIA
6130	Produtores em pecuária polivalente
6131	Produtores em pecuária de animais de grande porte
6132	Produtores em pecuária de animais de médio porte
6133	Produtores da avicultura e cunicultura
6134	Produtores de animais e insetos úteis
62	TRABALHADORES NA EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA
620	SUPERVISORES NA EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA
6201	Supervisores na exploração agropecuária
621	TRABALHADORES NA EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA EM GERAL
6210	Trabalhadores agropecuários em geral
622	TRABALHADORES AGRÍCOLAS
6220	Trabalhadores de apoio à agricultura
6221	Trabalhadores agrícolas na cultura de gramíneas
6222	Trabalhadores agrícolas na cultura de plantas fibrosas
6223	Trabalhadores agrícolas na olericultura
6224	Trabalhadores agrícolas no cultivo de flores e plantas ornamentais
6225	Trabalhadores agrícolas na fruticultura
6226	Trabalhadores agrícolas nas culturas de plantas estimulantes
6227	Trabalhadores agrícolas na cultura de plantas oleaginosas
6228	Trabalhadores agrícolas na cultura de especiarias e de plantas aromáticas e medicinais
623	TRABALHADORES NA PECUÁRIA
6230	Tratadores polivalentes de animais
6231	Trabalhadores na pecuária de animais de grande porte
6232	Trabalhadores na pecuária de animais de médio porte
6233	Trabalhadores na avicultura e cunicultura
6234	Trabalhadores na criação de insetos e animais úteis
63	PESCADORES E EXTRATIVISTAS FLORESTAIS
630	SUPERVISORES NA EXPLORAÇÃO FLORESTAL E PESCA

6301	Supervisores na área florestal e aquicultura
631	PESCADORES E CAÇADORES
6310	Pescadores polivalentes
6311	Pescadores profissionais artesanais de água doce
6312	Pescadores de água costeira e alto-mar
6313	Criadores de animais aquáticos
6314	Trabalhadores de apoio à pesca
632	EXTRATIVISTAS FLORESTAIS
6320	Trabalhadores florestais polivalentes
6321	Extrativistas e reflorestadores de espécies produtoras de madeira
6322	Extrativistas florestais de espécies produtoras de gomas e resinas
6323	Extrativistas florestais de espécies produtoras de fibras, ceras e óleos
6324	Extrativistas florestais de espécies produtoras de alimentos silvestres
6325	Extrativistas florestais de espécies produtoras de substâncias aromáticas, medicinais e tóxicas
6326	Carvoejadores
64	TRABALHADORES DA MECANIZAÇÃO AGROPECUÁRIA E FLORESTAL
641	TRABALHADORES DA MECANIZAÇÃO AGROPECUÁRIA
6410	Trabalhadores da mecanização agrícola
642	TRABALHADORES DA MECANIZAÇÃO FLORESTAL
6420	Trabalhadores da mecanização florestal
643	TRABALHADORES DA IRRIGAÇÃO E DRENAGEM
6430	Trabalhadores da irrigação e drenagem

GRANDE GRUPO 7: TRABALHADORES DA PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS INDUSTRIAIS	
71	TRABALHADORES DA INDÚSTRIA EXTRATIVA E DA CONSTRUÇÃO CIVIL
710	SUPERVISORES DA EXTRAÇÃO MINERAL E DA CONSTRUÇÃO CIVIL
7101	Supervisores da extração mineral
7102	Supervisores da construção civil
711	TRABALHADORES DA EXTRAÇÃO MINERAL
7111	Trabalhadores da extração de minerais sólidos
7112	Trabalhadores da extração de minerais sólidos (operadores de máquinas)
7113	Trabalhadores da extração de minerais líquidos e gasosos
7114	Garimpeiros e operadores de salinas
712	TRABALHADORES DE BENEFICIAMENTO DE MINÉRIOS E PEDRAS ORNAMENTAIS
7121	Trabalhadores de beneficiamento de minérios

7122	Trabalhadores de beneficiamento de pedras ornamentais
715	TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS
7151	Trabalhadores na operação de máquinas de terraplenagem e fundações
7152	Trabalhadores de estruturas de alvenaria
7153	Montadores de estruturas de concreto armado
7154	Trabalhadores na operação de máquinas de concreto usinado
7155	Trabalhadores de montagem de estruturas de madeira, metal e compósitos em obras civis
7156	Trabalhadores de instalações elétricas
7157	Aplicadores de materiais isolantes
716	TRABALHADORES DE ACABAMENTO DE OBRAS
7161	Revestidores de concreto
7162	Telhadores (revestimentos rígidos)
7163	Vidraceiros (revestimentos rígidos)
7164	Gesseiros
7165	Aplicadores de revestimentos cerâmicos, pastilhas, pedras e madeiras
7166	Pintores de obras e revestidores de interiores (revestimentos flexíveis)
717	AJUDANTES DE OBRAS
7170	Ajudantes de obras civis
72	TRABALHADORES DA TRANSFORMAÇÃO DE METAIS E DE COMPÓSITOS
720	SUPERVISORES DA TRANSFORMAÇÃO DE METAIS E DE COMPÓSITOS
7201	Supervisores de usinagem, conformação e tratamento de metais
7202	Supervisores da fabricação e montagem metalmeccânica
721	TRABALHADORES DE USINAGEM DE METAIS E DE COMPÓSITOS
7211	Ferramenteiros e afins
7212	Preparadores e operadores de máquinas-ferramentas convencionais
7213	Afiadores e polidores de metais
7214	Operadores de máquinas de usinagem CNC
722	TRABALHADORES DE CONFORMAÇÃO DE METAIS E DE COMPÓSITOS
7221	Trabalhadores de forjamento de metais
7222	Trabalhadores de fundição de metais puros e de ligas metálicas
7223	Trabalhadores de moldagem de metais e de ligas metálicas
7224	Trabalhadores de trefilação e estiramento de metais puros e ligas metálicas
723	TRABALHADORES DE TRATAMENTO TÉRMICO E DE SUPERFÍCIES DE METAIS E DE COMPÓSITOS
7231	Trabalhadores de tratamento térmico de metais

7232	Trabalhadores de tratamento de superfícies de metais e de compósitos (termoquímicos)
7233	Trabalhadores da pintura de equipamentos, veículos, estruturas metálicas e de compósitos
724	TRABALHADORES DE MONTAGEM DE TUBULAÇÕES, ESTRUTURAS METÁLICAS E DE COM-PÓSITOS
7241	Encanadores e instaladores de tubulação
7242	Trabalhadores de traçagem e montagem de estruturas metálicas e de compósitos
7243	Trabalhadores de soldagem e corte de ligas metálicas
7244	Trabalhadores de caldeiraria e serralheria
7245	Operadores de máquinas de conformação de metais
7246	Traçadores e laceiros de cabos de aço
725	MONTADORES DE MÁQUINAS E APARELHOS MECÂNICOS
7250	Ajustadores mecânicos polivalentes
7251	Montadores de máquinas, aparelhos e acessórios em linhas de montagem
7252	Montadores de máquinas industriais
7253	Montadores de máquinas pesadas e equipamentos agrícolas
7254	Mecânicos montadores de motores e turboalimentadores
7255	Montadores de veículos automotores (linha de montagem)
7256	Montadores de sistemas e estruturas de aeronaves
7257	Instaladores de equipamentos de refrigeração e ventilação
73	TRABALHADORES DA FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO ELETROELETRÔNICA
730	SUPERVISORES DE MONTAGEM E INSTALAÇÕES ELETROELETRÔNICAS
7301	Supervisores de montagens e instalações eletroeletrônicas
731	MONTADORES E INSTALADORES DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS EM GERAL
7311	Montadores de equipamentos eletroeletrônicos
7312	Montadores de aparelhos de telecomunicações
7313	Instaladores-reparadores de linhas e equipamentos de telecomunicações
732	INSTALADORES E REPARADORES DE LINHAS E CABOS ELÉTRICOS E DE COMUNICAÇÕES
7321	Instaladores e reparadores de linhas e cabos elétricos, telefônicos e de comunicação de dados
74	MONTADORES DE APARELHOS E INSTRUMENTOS DE PRECISÃO E MÚSICAIS
740	SUPERVISORES DA MECÂNICA DE PRECISÃO E INSTRUMENTOS MÚSICAIS
7401	Supervisores da mecânica de precisão e instrumentos musicais
741	MONTADORES E AJUSTADORES DE INSTRUMENTOS DE PRECISÃO
7411	Mecânicos de instrumentos de precisão
742	MONTADORES E AJUSTADORES DE INSTRUMENTOS MÚSICAIS
7421	Confeccionadores de instrumentos musicais

75	JOALHEIROS, VIDREIROS, CERAMISTAS E AFINS
750	SUPERVISORES DE JOALHERIA, VIDRARIA, CERÂMICA E AFINS
7501	Supervisores de joalheria e afins
7502	Supervisores de vidraria, cerâmica e afins
751	JOALHEIROS E OURIVES
7510	Joalheiros e lapidadores de gemas
7511	Artesãos de metais preciosos e semi-preciosos
752	VIDREIROS, CERAMISTAS E AFINS
7521	Sopradores, moldadores e modeladores de vidros e afins
7522	Trabalhadores da transformação de vidros planos
7523	Ceramistas (preparação e fabricação)
7524	Vidreiros e ceramistas (arte e decoração)
76	TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS TÊXTIL, DO CURTIMENTO, DO VESTUÁRIO E DAS ARTES GRÁFICAS
760	SUPERVISORES NAS INDÚSTRIAS TÊXTIL, DO CURTIMENTO, DO VESTUÁRIO E DAS ARTES GRÁFICAS
7601	Supervisores da indústria têxtil
7602	Supervisores na indústria do curtimento
7603	Supervisores na confecção de vestuário
7604	Supervisores na confecção de calçados
7605	Supervisores na confecção de artefatos de tecidos, couros e afins
7606	Supervisores das artes gráficas
761	TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS
7610	Trabalhadores polivalentes das indústrias têxteis
7611	Trabalhadores da classificação de fibras têxteis e lavagem de lã
7612	Operadores da fiação
7613	Operadores de tear e máquinas similares
7614	Trabalhadores de acabamento, tingimento e estamparia das indústrias têxteis
7618	Inspetores e revisores de produção têxtil
762	TRABALHADORES DO TRATAMENTO DE COUROS E PELES
7620	Trabalhadores polivalentes do curtimento de couros e peles
7621	Trabalhadores da preparação do curtimento de couros e peles
7622	Trabalhadores do curtimento de couros e peles
7623	Trabalhadores do acabamento de couros e peles
763	TRABALHADORES DA CONFECÇÃO DE ROUPAS
7630	Profissionais polivalentes da confecção de roupas

7631	Trabalhadores da preparação da confecção de roupas
7632	Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário
7633	Operadores de máquinas para bordado e acabamento de roupas
764	TRABALHADORES DA CONFECÇÃO DE CALÇADOS
7640	Trabalhadores polivalentes da confecção de calçados
7641	Trabalhadores da preparação da confecção de calçados
7642	Operadores de máquinas de costurar e montar calçados
7643	Trabalhadores de acabamento de calçados
765	TRABALHADORES DA CONFECÇÃO DE ARTEFATOS DE TECIDOS E COUROS
7650	Trabalhadores polivalentes da confecção de artefatos de tecidos e couros
7651	Trabalhadores da preparação de artefatos de tecidos, couros e tapeçaria
7652	Trabalhadores da confecção de artefatos de tecidos e couros
7653	Operadores de máquinas na confecção de artefatos de couro
7654	Trabalhadores do acabamento de artefatos de tecidos e couros
766	TRABALHADORES DA PRODUÇÃO GRÁFICA
7661	Trabalhadores da pré-impressão gráfica
7662	Trabalhadores da impressão gráfica
7663	Trabalhadores do acabamento gráfico
7664	Trabalhadores de laboratório fotográfico e radiológico
768	TRABALHADORES ARTESANAIS DAS ATIVIDADES TÊXTEIS, DO VESTUÁRIO E DAS ARTES GRÁFICAS
7681	Trabalhadores de tecelagem manual, tricô, crochê, rendas e afins
7682	Trabalhadores artesanais da confecção de peças e tecidos
7683	Trabalhadores artesanais da confecção de calçados e artefatos de couros e peles
7686	Trabalhadores tipográficos linotipistas e afins
7687	Encadernadores e recuperadores de livros (pequenos lotes ou a unidade)
77	TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DE MADEIRA E DO MOBILIÁRIO
770	SUPERVISORES EM INDÚSTRIA DE MADEIRA, MOBILIÁRIO E DA CARPINTARIA VEICULAR
7701	Supervisores em indústria de madeira, mobiliário e da carpintaria veicular
771	MARCENEIROS E AFINS
7711	Marceneiros e afins
772	TRABALHADORES DA PREPARAÇÃO DA MADEIRA
7721	Trabalhadores de tratamento e preparação da madeira
773	TRABALHADORES DA TRANSFORMAÇÃO DA MADEIRA E DA FABRICAÇÃO DO MOBILIÁRIO
7731	Operadores de máquinas de desdobramento da madeira

7732	Operadores de máquinas de aglomeração e prensagem de chapas
7733	Operadores de usinagem convencional de madeira
7734	Operadores de máquinas de usinar madeira (produção em série)
7735	Operadores de máquinas de usinagem de madeira CNC
774	TRABALHADORES DE MONTAGEM DE MÓVEIS E ARTEFATOS DE MADEIRA
7741	Montadores de móveis e artefatos de madeira
775	TRABALHADORES EM ACABAMENTO DE MADEIRA E DE MOBILIÁRIO
7751	Trabalhadores de arte e do acabamento em madeira e do mobiliário
776	TRABALHADORES ARTESANAIS DA MADEIRA E DO MOBILIÁRIO
7764	Confeccionadores de artefatos de madeira, móveis de vime e afins
777	TRABALHADORES DA CARPINTARIA VEICULAR
7771	Carpinteiros navais
7772	Carpinteiros de carrocerias e carretas
78	TRABALHADORES DE FUNÇÕES TRANSVERSAIS
780	SUPERVISORES DE TRABALHADORES DE EMBALAGEM E ETIQUETAGEM
7801	Supervisores de trabalhadores de embalagem e etiquetagem
781	OPERADORES DE ROBÔS E EQUIPAMENTOS ESPECIAIS
7811	Condutores de processos robotizados
7813	Operadores de veículos subaquáticos controlados remotamente
7817	Trabalhadores subaquáticos
782	CONDUTORES DE VEÍCULOS E OPERADORES DE EQUIPAMENTOS DE ELEVAÇÃO E DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS
7821	Operadores de máquinas e equipamentos de elevação
7822	Operadores de equipamentos de movimentação de cargas
7823	Motoristas de veículos de pequeno e médio porte
7824	Motoristas de ônibus urbanos, metropolitanos e rodoviários
7825	Motoristas de veículos de cargas em geral
7826	Operadores de veículos sobre trilhos e cabos aéreos
7827	Trabalhadores aquaviários
7828	Condutores de animais e de veículos de tração animal e pedais
783	TRABALHADORES DE MANOBRAS SOBRE TRILHOS E MOVIMENTAÇÃO E CARGAS
7831	Trabalhadores de manobras de transportes sobre trilhos
7832	Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias
784	EMBALADORES E ALIMENTADORES DE PRODUÇÃO
7841	Trabalhadores de embalagem e de etiquetagem

7842	Alimentadores de linhas de produção
------	-------------------------------------

GRANDE GRUPO 8: TRABALHADORES DA PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS INDUSTRIAIS	
81	TRABALHADORES EM INDÚSTRIAS DE PROCESSOS CONTÍNUOS E OUTRAS INDÚSTRIAS
810	SUPERVISORES DE PRODUÇÃO, EM INDÚSTRIAS QUÍMICAS, PETROQUÍMICAS E AFINS
8101	Supervisores de produção em indústrias químicas, petroquímicas e afins
8102	Supervisores de produção em indústrias de transformação de plásticos e borrachas
8103	Supervisores de produção em indústrias de produtos farmacêuticos, cosméticos e afins
811	OPERADORES DE INSTALAÇÕES EM INDÚSTRIAS QUÍMICAS, PETROQUÍMICAS E AFINS
8110	Operadores polivalentes de equipamentos em indústrias químicas, petroquímicas e afins
8111	Operadores de equipamentos de moagem e mistura de materiais (tratamentos químicos e afins)
8112	Operadores de calcinação e de tratamentos químicos de materiais radioativos
8113	Operadores de equipamentos de filtragem e separação
8114	Operadores de equipamentos de destilação, evaporação e reação
8115	Operadores de equipamentos de produção e refino de petróleo e gás
8116	Operadores de equipamentos de coqueificação
8117	Operadores de instalações e máquinas de produtos plásticos, de borracha e moldadores de parafinas
8118	Operadores de máquinas e instalações de produtos farmacêuticos, cosméticos e afins
812	TRABALHADORES DA FABRICAÇÃO DE MUNIÇÃO E EXPLOSIVOS QUÍMICOS
8121	Trabalhadores da fabricação de munição e explosivos químicos
813	OPERADORES DE OUTRAS INSTALAÇÕES QUÍMICAS, PETROQUÍMICAS E AFINS
8131	Operadores de processos das indústrias de transformação de produtos químicos, petroquímicos e afins
818	OPERADORES DE OPERAÇÃO UNITÁRIA DE LABORATÓRIO (TRANSVERSAL PARA TODA INDÚSTRIA DE PROCESSOS)
8181	Laboratoristas industriais auxiliares
82	TRABALHADORES DE INSTALAÇÕES SIDERÚRGICAS E DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
820	SUPERVISORES DE PRODUÇÃO EM INDÚSTRIAS SIDERÚRGICAS
8201	Supervisores de produção em indústrias siderúrgicas
8202	Supervisores na fabricação de materiais para construção (vidros e cerâmicas)
821	OPERAÇÕES DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DE PRODUÇÃO DE METAIS E LIGAS - PRIMEIRA FUSÃO
8211	Operadores de instalações de sinterização
8212	Operadores de fornos de primeira fusão e aciaria
8213	Operadores de equipamentos de laminação
8214	Operadores de equipamentos de acabamento de chapas e metais
822	OPERADORES DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DE PRODUÇÃO DE METAIS E LIGAS - SEGUNDA FUSÃO

8221	Forneiros metalúrgicos (segunda fusão e reaquecimento)
823	TRABALHADORES DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, CERÂMICA E VIDRO
8231	Operadores na preparação de massas para abrasivo, vidro, cerâmica, porcelana e materiais de construção
8232	Operadores de equipamentos de fabricação e beneficiamento de cristais, vidros, cerâmicas, porcelanas, fibras de vidro, abrasivos e afins
8233	Operadores de instalações e equipamentos de fabricação de materiais de construção
8281	Trabalhadores da fabricação de cerâmica estrutural para construção
83	TRABALHADORES DE INSTALAÇÕES E MÁQUINAS DE FABRICAÇÃO DE CELULOSE E PAPEL
830	SUPERVISORES DA FABRICAÇÃO DE CELULOSE E PAPEL
8301	Supervisores da fabricação de celulose e papel
831	TRABALHADORES DA PREPARAÇÃO DE PASTA DE PAPEL
8311	Preparadores de pasta para fabricação de papel
832	TRABALHADORES DA FABRICAÇÃO DE PAPEL
8321	Operadores de máquinas de fabricar papel e papelão
833	CONFECCIONADORES DE PRODUTOS DE PAPEL E PAPELÃO
8331	Operadores de máquinas na fabricação de produtos de papel e papelão
8332	Trabalhadores artesanais de produtos de papel e papelão
84	TRABALHADORES DA FABRICAÇÃO DE ALIMENTOS, BEBIDAS E FUMO
840	SUPERVISORES DA FABRICAÇÃO DE ALIMENTOS, BEBIDAS E FUMO
8401	Supervisores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo
841	OPERADORES DE EQUIPAMENTOS NA PREPARAÇÃO DE ALIMENTOS E BEBIDAS
8411	Trabalhadores da indústria de beneficiamento de grãos, cereais e afins
8412	Trabalhadores no beneficiamento do sal
8413	Trabalhadores na fabricação e refino de açúcar
8414	Trabalhadores na fabricação e conservação de alimentos
8415	Trabalhadores na pasteurização do leite e na fabricação de laticínios e afins
8416	Trabalhadores na industrialização de café, cacau, mate e produtos afins
8417	Trabalhadores na fabricação de cachaça, cerveja, vinhos e outras bebidas
8418	Operadores de equipamentos na fabricação de pães, massas alimentícias, doces, chocolates e achocolatados
842	OPERADORES NA PREPARAÇÃO DE FUMO E NA FABRICAÇÃO DE CHARUTOS E CIGARROS
8421	Beneficiadores de fumo
8422	Charuteiros
8423	Cigarreiros
848	TRABALHADORES ARTESANAIS NA AGROINDÚSTRIA, NA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS E DO FUMO

8481	Trabalhadores artesanais na conservação de alimentos
8482	Trabalhadores artesanais na pasteurização do leite e na fabricação de laticínios e afins
8483	Padeiros, confeitadores e afins
8484	Trabalhadores em análises sensoriais
8485	Magarefes e afins
8486	Trabalhadores artesanais na indústria do fumo
86	OPERADORES DE PRODUÇÃO, CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO (ENERGIA, ÁGUA E UTILIDADES)
860	SUPERVISORES DA PRODUÇÃO DE UTILIDADES
8601	Supervisores da produção de utilidades
861	OPERADORES NA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA (CENTRAIS HIDRELÉTRICAS, TERMELÉTRICAS E NUCLEARES)
8611	Operadores de instalações de geração e distribuição de energia elétrica, hidráulica, térmica ou nuclear
8612	Operadores de instalações de distribuição de energia elétrica
862	OPERADORES DE UTILIDADES
8621	Operadores de máquinas a vapor e utilidades
8622	Operadores de instalações de captação, tratamento e distribuição de água
8623	Operadores de instalações de captação e esgotos
8624	Operadores de instalações de extração, processamento, envasamento e distribuição de gases
8625	Operadores de instalações de refrigeração e ar-condicionado
87	OPERADORES DE OUTRAS INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS
871	OPERADORES DE OUTRAS INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS

GRANDE GRUPO 9: TRABALHADORES EM SERVIÇOS DE REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO

91	TRABALHADORES EM SERVIÇOS DE REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO MECÂNICA
910	SUPERVISORES EM SERVIÇOS DE REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO MECÂNICA
9101	Supervisores em serviços de reparação e manutenção de máquinas e equipamentos industriais, comerciais e residenciais
9102	Supervisores em serviços de reparação e manutenção veicular
9109	Supervisores de outros trabalhadores de serviços de reparação, conservação e manutenção
911	MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E RESIDENCIAIS
9111	Mecânicos de manutenção de bombas, motores, compressores e equipamentos de transmissão
9112	Mecânicos de manutenção e instalação de aparelhos de climatização e refrigeração
9113	Mecânicos de manutenção de máquinas industriais
913	MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

9131	Mecânicos de manutenção de máquinas pesadas e equipamentos agrícolas
914	MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO VEICULAR
9141	Mecânicos de manutenção aeronáutica
9142	Mecânicos de manutenção de motores e equipamentos navais
9143	Mecânicos de manutenção metroferroviária
9144	Mecânicos de manutenção de veículos automotores
915	REPARADORES DE INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS DE PRECISÃO
9151	Técnicos em manutenção e reparação de instrumentos de medição e precisão
9152	Restauradores de instrumentos musicais
9153	Técnicos em manutenção e reparação de equipamentos biomédicos
9154	Reparadores de equipamentos fotográficos
919	OUTROS TRABALHADORES NA REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS
9191	Lubrificadores
9192	Trabalhadores de manutenção de roçadeiras, motosserras e similares
9193	Mecânico de manutenção de bicicletas e equipamentos esportivos e de ginástica
95	POLIMANTENEDORES
950	SUPERVISORES DE MANUTENÇÃO ELETROELETRÔNICA E ELETROMECHANICA
9501	Supervisores de manutenção eletroeletrônica industrial, comercial e predial
9502	Supervisores de manutenção eletroeletrônica veicular
9503	Supervisores de manutenção eletromecânica
951	ELETRICISTAS ELETRÔNICOS DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL, COMERCIAL E RESIDENCIAL
9511	Eletricistas de manutenção eletroeletrônica
9513	Instaladores e mantenedores de sistemas eletroeletrônicos de segurança
953	ELETRICISTAS ELETRÔNICOS DE MANUTENÇÃO VEICULAR
9531	Eletricistas eletrônicos de manutenção veicular (aérea, terrestre e naval)
954	MANTENEDORES ELETROMECHANICOS
9541	Instaladores e mantenedores eletromecânicos de elevadores, escadas e portas automáticas
9542	Reparadores de aparelhos eletrodomésticos
9543	Reparadores de equipamentos de escritório
99	OUTROS TRABALHADORES DA CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO
991	OUTROS TRABALHADORES DA CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO (EXCETO TRABALHADORES ELEMENTARES)
9911	Conservadores de vias permanentes (trilhos)

9912	Mantenedores de equipamentos de parques de diversões e similares
9913	Reparadores de carrocerias de veículos
9914	Mantenedores de edificações
992	TRABALHADORES ELEMENTARES DA MANUTENÇÃO
9921	Trabalhadores elementares de serviços de manutenção veicular
9922	Trabalhadores operacionais de conservação de vias permanentes (exceto trilhos)

GRANDE GRUPO 0: MEMBROS DAS FORÇAS ARMADAS, POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES	
01	MEMBROS DAS FORÇAS ARMADAS
010	MEMBROS DAS FORÇAS ARMADAS
0101	Oficiais Gerais das Forças Armadas
0102	Oficiais das Forças Armadas
0103	Praças das Forças Armadas
02	POLICIAIS MILITARES
020	OFICIAIS DE POLÍCIA MILITAR
0201	Oficiais Superiores da Polícia Militar
0202	Capitães da Polícia Militar
0203	Tenentes da Polícia Militar
021	PRAÇAS DE POLÍCIA MILITAR
0211	Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar
0212	Cabos e Soldados da Polícia Militar
03	BOMBEIROS MILITARES
030	OFICIAIS DE BOMBEIRO MILITAR
0301	Oficiais Superiores do Corpo de Bombeiros Militar
0302	Oficiais Intermediários do Corpo de Bombeiros Militar
0303	Tenente do Corpo de Bombeiros Militar
031	PRAÇAS DE BOMBEIROS MILITAR
0311	Subtenentes e Sargentos do Corpo de Bombeiros Militar
0312	Cabos e Soldados do Corpo de Bombeiros Militar

MENSAGEM N° 007/10

Curitiba, 21/01/10.

Senhor Presidente:

Nos termos do preceito contido no artigo 64, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciada por esse Poder Legislativo, a presente proposta de Emenda Constitucional, visando incluir artigo 140-A, assim como seus parágrafos 1° e 2°, à referida Carta.

A Carta da República dedicou à Nação brasileira capítulo contendo seus direitos sociais, sobretudo aqueles direitos que devem garantir a dignidade do cidadão, como educação, saúde, moradia, lazer, segurança, previ-

dência social, proteção à maternidade e à infância, trabalho, dentre outros.

Denota-se que os direitos sociais previstos constitucionalmente são de ordem pública, portanto invioláveis. Neste ponto, vale ressaltar a importância do trabalho na vida dos cidadãos, visto que dele advém a sua subsistência.

Garantir trabalho ao cidadão, por si só não significa cumprir preceito constitucional, é necessário voltar o foco para o *quantum* percebido pela pessoa por seu labor.

Revestido desse compromisso, o Governo do Paraná, apresenta a proposta de emenda constitucional, para que se confirme a medida, em anos anteriores tomada, de garantir ao trabalhador paranaense melhores

condições de vida e a melhor distribuição de renda, com melhores salários.

Assim sendo, entendo que essa Casa poderá aprovar e promulgar Emenda Constitucional acrescentando artigo 140-A e seus parágrafos 1º e 2º, à Carta Estadual, com a seguinte redação:

“Art. 140-A. Ficam instituídos os pisos salariais, no âmbito do Estado do Paraná, para empregados integrantes das categorias profissionais enumeradas na Classificação Brasileira de Ocupações, sendo que os reajustes mínimos deverão equivaler ao percentual do salário-mínimo nacional ou a variação do Produto Interno Bruto - PIB do Paraná, de dois anos atrás, acrescido da variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, do ano anterior, sendo escolhido o maior percentual.

§ 1º Lei anual disporá sobre os valores a serem atribuídos aos empregados, conforme os grupos e ocupações.

§ 2º Os pisos salariais a que se refere o *caput* deste artigo não se aplicam a empregados que têm piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo e aos servidores públicos.”

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

CASA CIVIL
Palácio das Araucárias

Curitiba, 22/01/10.

OF CEE/CC 211/10
Protocolo nº 10.364.909-9

Senhor Presidente:

Encaminho a V. Exa., para providências, a Mensagem nº 007/10, assinada pelo Sr. Governador em 21/01/10, relativa à proposta de emenda constitucional, para que se confirme a medida de garantir ao trabalhador paranaense melhores condições de vida e a justa distribuição de renda, com salários mais satisfatórios.

Cordialmente.

(a) RAFAEL IATAURO
Chefe da Casa Civil

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 097

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 702/07, item 03 da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 08/02/10.
(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 071

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, o uso do Grande Expediente da Sessão Ordinária a ser realizada no dia 08/03/10 - Dia Internacional da Mulher.

Sala das Sessões, em 08/02/10.
(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 072

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Nelson Cucolotto, ocorrido no dia 13/01/10, no Município de São João/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de seu filho, o Sr. Clóvis Mateus Cucolotto.

Sala das Sessões, em 08/02/10.
(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O homem, dentro da sua capacidade de pensar, procura explicações para a dádiva da vida, como também para o momento da partida. Podemos, portanto, colocar a vida como se fosse uma viagem. Vamos imaginar que um dia chegamos em uma estação ferroviária, compramos o bilhete e entramos no trem.

A partir deste momento, a única certeza que temos é que um dia esta viagem vai chegar ao seu ponto final. Porém, até esta data, muitos e muitos acontecimentos vão ocorrendo. Não sabemos, por exemplo, se a viagem será calma ou tumultuada. Não sabemos ainda, quem são as pessoas que vão estar ao nosso lado no vagão da vida.

A vida é assim. O imponderável pode acontecer a cada momento. E, o mais importante são os momentos bons que guardamos em nossa memória. Lembrar do Sr. Nelson Cucolotto, não pela partida, mas pelo que ele, com o seu carinho, trabalho e dedicação, semeou de bom para os seus cinco filhos e netos.

Se existe o dia da chegada, há também o dia da partida. Fica a lição de vida do Sr. Nelson. Uma história que deve ser lembrada e que, com absoluta certeza, gerou grandes ensinamentos às próximas gerações.

A nossa fé cristã nos faz acreditar que aconteceu apenas uma separação. Que um dia, dentro do plano divino, haverá novamente o reencontro. Enquanto isso, pedimos que Deus, dentro do seu infinito amor, acolha o Sr. Nelson na sua morada eterna.

Aceite os nossos sinceros sentimentos.

REQUERIMENTO Nº 073

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar,

pelo falecimento do Sr. João Bibiano da Silva, ocorrido no dia 02/02/10, no Município de Três Barras do Paraná/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Irene de Souza Paulino da Silva.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A dor e a tristeza da perda se instalam no coração de familiares e amigos. A morte, um dos mistérios de Deus, retira da nossa convivência pessoas que nos fazem bem, pessoas com as quais convivemos diariamente, pessoa que amamos.

Perdemos um amigo. Sempre quando perdemos alguém especial. Mas sabemos, dentro da nossa fé cristã, que a vida é um estágio para outra vida em outro lugar mais elevado. E é justamente neste outro lugar, na presença do Pai Criador, que seu João Bibiano da Silva, encontra-se ajudando, com seu talento, a tornar o céu ainda mais bonito.

Quando as dúvidas e incertezas começam a nos confundir, devemos perseverar na fé e acreditar que para tudo existe um propósito divino, muitas vezes desconhecidos pela nossa frágil condição humana.

João foi um dos fundadores de Três Barras do Paraná. Escolheu este Município para fincar raízes, constituir família, lutar pela comunidade e viver. Não demorou muito e uma saga colonizadora foi seguida por outras famílias de colonos, que mutuamente se ajudaram e construíram a base do que é o Município hoje.

Mostrando-se um líder nato, envolveu-se nos assuntos comunitários e participou ativamente em todas as grandes decisões. Nos últimos anos, pertenceu ao Conselho de Desenvolvimento Rural de Três Barras do Paraná, foi membro do Conselho do Sindicato Municipal de Saúde, Presidente do Sindicato Rural e Diretor da Copavel do entreposto de Três Barras do Paraná.

Temos absoluta certeza de que foi justamente no caminho da retidão, dos valores éticos e morais, que ele pautou a sua vida e, principalmente, procurou construir a sua história em cima de pilares sólidos da justiça, do amor ao próximo, da compreensão e da dedicação à esposa Irene, aos oito filhos e netos.

Que Deus, no seu amor infinito, receba o Sr. João Bibiano em sua morada eterna e console o coração de todos os que sofrem com sua partida.

Aceite os nossos sinceros sentimentos.

REQUERIMENTO N° 074

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, sejam enviados a Sra. Lenir Dalazen e a UNICAFES/PR, votos de pesar pelo falecimento de Ademir Dalazen, ocorrido em 05 de fevereiro do corrente ano.

Ademir Dalazen era casado com Lenir Dalazen, com quem teve dois filhos.

Sua trajetória nos movimentos sociais começou na Igreja, no início dos anos 80, participando da Juventude Agrária Católica e da Pastoral da Juventude. Entre 1982 e 1989 participou de diversos cursos de formação, viagens e intercâmbios, participou do grupo de teatro da juventude e de encontros promovidos pela Comissão da Pastoral da Terra (CPT), da qual foi membro do Conselho Regional e Estadual.

Em janeiro de 1986 filiou-se ao Partido dos Trabalhadores de Francisco Beltrão. No final dos anos 80 e início dos anos 90 integrou a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão, em seguida passou a integrar a direção da Assesoar como Secretário e depois Presidente no período de 1993 a 1998.

Na luta pelo acesso à terra, integrou o Movimento dos Sem-Terra a partir de meados dos anos 90, integrando o Conselho Estadual do movimento. Em 1997 foi um dos coordenadores da ocupação da Fazenda Marrecas (em 27/05/97), atual Assentamento Missões, onde passou a residir com sua esposa Lenir e os filhos Ligia e Elder.

No mesmo período, como membro da direção da Assesoar, ajudou a coordenar o Fundo de Crédito Rotativo e a conceber o Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural com Iteração Solidária, juntamente com outras lideranças do Sudoeste.

Foi um dos sócio-fundadores de Cresol Marmeleiro, em 1996, uma das cinco primeiras cooperativas do Sistema Cresol. Depois, em 1998, passou a compor a direção da Cresol Francisco Beltrão, desmembrada da cooperativa de Marmeleiro.

Na Cresol Beltrão, foi Vice-Presidente na segunda gestão e continuou atuando na instituição nos anos seguintes. Entre 2003/2004 atuou como representante do mandato do Deputado Federal Assis do Couto no Sudoeste do Paraná. Foi candidato a Vereador pelo PT de Francisco Beltrão nas eleições de 2004. O passo seguinte foi na criação da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Família e Economia Solidária em 2005, e em seguida foi escolhido para presidir a mesma organização em nível estadual (UNICAFES-Paraná), função desempenhada atualmente, já no segundo mandato.

A Região Sudoeste está muito triste pela perda deste homem que nunca mediu esforço para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná se solidariza com a família do Sr. Ademir Dalazen, a quem externamos votos de profundo pesar.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO N° 076

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar à família do ex-Prefeito de Maringá, Adriano José Valente falecido

neste final de semana (sábado às 00:00 h), vítima de um câncer no pâncreas.

Adriano foi Prefeito de Maringá de 1969 a 1972, tendo vencido as eleições contra o quase imbatível João Paulino.

Sua carreira política foi: Secretário da Prefeitura Municipal de Londrina; dirigente da UDN de Maringá; candidato a Prefeito de Maringá em 1964 (UDN) enfrentando Luiz de Carvalho; candidato a Prefeito de Maringá em 1968, vencendo João Paulino e Ardinial Ribas; Deputado Federal de 1975 a 1978 pela Arena; Deputado Federal de 1979 a 1982, pela Arena/PDS; candidato a Deputado Constituinte em 1986 (PDT); candidato a Prefeito de Maringá em 1988, pelo PDT e Presidente da Urbamar de 1996 a 2000. Foi fundador da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e constituiu o Parque do Ingá.

À família enlutada os pêsames deste Parlamentar e da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 077

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar à família Cardoso, pelo falecimento do Sr. Claudio Cardoso, ocorrido no dia 18 de janeiro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família Cardoso, através de correspondência a ser encaminhada.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 082

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 06 de fevereiro em Maringá, do Dr. Adriano José Valente ex-Prefeito do Município de Maringá.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 083

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 01 de fevereiro, do Sr. Antonio Delavalentino.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 090

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Luiz Spinato Ribeiro, ocorrido no dia 09/01/10.

Sr. Luiz era formado em engenharia civil pela Universidade Federal do Paraná e atuou ativamente no setor, tendo em função de sua profissão, trabalhado em diversas Cidades do Paraná. Como lazer dedicava-se ao aeromodelismo, paixão que difundiu entre seus netos e amigos.

Um homem independente e determinado que deixará saudades era pessoa reconhecida e querida pela comunidade.

Deixa viúva, três filhas, nove netos e seis bisnetos.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 093

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família do Sr. Adriano José Valente, ex-Prefeito de Maringá.

Valente nasceu em São Paulo, onde estudou e fez pós-graduação em Direito pela USP. Em 1952, o advogado chegou a Londrina, quando foi convidado para assumir o primeiro cargo político, de Secretário da Educação. Em 1953, o ex-Prefeito se mudou com a família para Maringá, quando passou a atuar como advogado.

Foi Prefeito de Maringá 1969 a 1972 pelo MDB e Deputado Federal por duas legislaturas 1975 e 1982.

Dr. Adriano marcou a história de Maringá com administração progressista.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 096

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado voto de profundo pesar, à família do Sr. Vereador Nelson Manoel da Mota, pelo seu falecimento, ocorrido no último dia 05/02/10, vítima de brutal assassinato, no Município de Sulina.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

É com profundo pesar que soubemos do falecimento do companheiro Vereador Nelson Manoel da Mota do PDT de Sulina, ocorrida no último dia 05 de fevereiro, onde foi brutal e covardemente assassinado. Tinha 49 anos e deixa viúva a Sra. Lindner da Mota.

O Vereador Nelson Manoel da Mota era agricultor. Foi sócio-fundador da CRESOL de Sulina, onde exerceu a função de conselheiro fiscal de 1997 a 2003. Por sua competência e dedicação em 2004 foi eleito Vice-Presidente, onde permaneceu no cargo até seu último dia de vida. Estava no seu primeiro mandato como Vereador do Município de Sulina e sua principal bandeira como legislador era a defesa da agricultura familiar.

Morador da Comunidade de Linha Capivara, Município de Sulina, deixa todos os familiares e amigos um sentimento de dor e saudade irreparável.

O tempo e a distância jamais apagarão do coração de todos que tiveram a felicidade de conhecê-lo, a lembrança e o carinho de um homem exemplar em sua família e em sua comunidade.

A Assembleia Legislativa do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor dos familiares do Vereador Nelson Manoel da Mota, companheiro do PDT, endereçando votos de profundo pesar e de solidariedade, e rogando a Deus que conforte a todos.

REQUERIMENTO Nº 109

Senhor Presidente:

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de votos de profundo pesar na ata dos trabalhos da presente Sessão, pelo falecimento do Sr. Milton Xavier da Silva da Cidade de Ponta Grossa/PR.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 110

Senhor Presidente:

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de votos de profundo pesar na ata dos trabalhos da presente Sessão, pelo falecimento do Sr. Luiz Hil Gemberg, da Cidade de Ponta Grossa/PR.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 078

Senhor Presidente:

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje,

voto de congratulações à população do Município de Colombo, através de seu Prefeito Jose Antonio Camargo, pelas comemorações de seu 120º aniversário no dia 05 de fevereiro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência do mesmo através de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal de Colombo.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 079

Senhor Presidente:

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à população do Município de Piraquara, através de seu Prefeito Gabriel Jorge Samaha, pelas comemorações de seu 120º aniversário no dia 29 de janeiro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência do mesmo através de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal de Piraquara.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 095

Senhor Presidente:

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações a Rádio Graúna FM - 95,3 de Cornélio Procópio, pelo seu aniversário de 30 anos bem como pela realização do Show de Shows, na pessoa de seu proprietário Sr. José Leite Cordeiro.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Emissora fundada em 06/01/80. Em fevereiro de 1983 foi adquirida por José Leite Cordeiro e consagrada como a primeira emissora FM do Paraná a introduzir a música sertaneja e um programa jornalístico em horário nobre. Iniciativa esta que contribuiu para o grande crescimento e consagração da emissora nos dias de hoje.

A partir de janeiro de 2006 a emissora decidiu segmentar seu público direcionando a programação ao estilo 100% popular com hits sertanejo, pop, axé, pagode, forró e romântico. Através de uma linguagem dinâmica e irreverente, atrai cada vez mais ouvintes à sua audiência. A talentosa e criativa equipe de profissionais dita tendências e leva entretenimento de qualidade a todos os ouvintes.

A Rádio Graúna para comemorar seus 30 anos de existência, promoveu o Show de Shows na avenida XV de fevereiro em Cornélio Procópio, no último domingo assistido por milhares de pessoas da região com a partici-

pação de Bruno e Marrone, Fernando e Sorocaba, Michel Telo, Guilherme e Santiago, Edson, João Carreiro e Capataz, Teodoro e Sampaio, Zé Henrique e Gabriel, Santiago e Querubim, Mato Grosso e Matias, Soraia Bauer e mais 15 duplas.

REQUERIMENTO Nº 105

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Deputado Estadual Enio Verri, em razão da posse na presidência Estadual do Partido dos Trabalhadores - PT.

Esta Assembleia deseja sucesso ao nobre Parlamentar nas referidas atribuições.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 108

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos legislativos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de São João do Triunfo pela passagem, no próximo dia 15 de fevereiro/10, de seus 121 anos.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Dr. Luiz de Lima, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. José Cezar Micharki bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a população de São João do Triunfo.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Nada mais reconfortante para nosso espírito cívico é a nossa fé que saudar o Município de São João do Triunfo, pela passagem de seus 120 anos de história, com seu atual Prefeito Sr. Dr. Luiz de Lima e o Sr. José Cezar Micharki, Vice-Prefeito e todos os Srs. Vereadores, que encaram o futuro com aquela invencível confiança transmitida pela população.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências em que os homens e as mulheres dão a vida pelo Município a vencer os desafios colocados em permanente transformação.

Gostaria de enfatizar, nesta oportunidade, a flagrante importância que o Município detém, referendada em nossa lei maior. O contato que, diuturnamente, o Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores exercitam junto ao povo, fazem dos mesmos destacados e genuínos interpretes dos mais legítimos anseios e interesses do cidadão perante as autoridades Municipais.

Conhecer de perto, no dia a dia, os hábitos, os costumes, as tradições e, principalmente, as aspirações de uma determinada coletividade retempera o espírito, aguça os mais legítimos sentimentos de solidariedade e

humanismo, abrindo os horizontes de qualquer ser humano do Município.

Ao contentamento da população de São João do Triunfo, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, como representante do povo, pois, estamos felizes todos nós que vemos hasteada a bandeira da esperança no templo do progresso.

REQUERIMENTO Nº 111

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente sessão de voto de congratulações ao Sr. Édison Morozowski, Presidente da Companhia Aeroportuária do Vale do Tibagi (CAVT) e ao Deputado Marcelo Rangel, pelo anúncio da previsão de geração de 10 mil empregos diretos e 100 mil empregos indiretos no novo Aeroporto Internacional dos Campos Gerais.

Requer ainda, que se dê ciência aos mesmos através do Gabinete Parlamentar do Deputado, nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 089

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. João Pedro Pereira Neto.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. João Pedro Pereira Neto, Presidente do Sindicato dos Servidores da Secretaria de Estado da Fazenda e Coordenação da Receita do Estado do Paraná, que representa a entidade, exercendo a coordenação, na defesa, proteção e representação das reivindicações e prerrogativas dos filiados. Atuando intensamente na luta pelos direitos e por melhores condições, fortalecendo e valorizando o sindicato, com determinação e perseverança para superar as dificuldades, ampliando o reconhecimento do setor que representa perante a sociedade, é um aglutinador da classe.

REQUERIMENTO Nº 091

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Gilmar Fatuch.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Gilmar Fatuch, um grande empreendedor do Paraná, que adquiriu experiência e se fortaleceu como empresário, destacando-se em sua área de atividade. Lutador e vencedor em um mercado profis-

sionalizado e competitivo. Um cidadão engajado no crescimento e no desenvolvimento socioeconômico e empresarial da comunidade paranaense. Empreendedor e dinâmico, tem em sua atividade um multiplicador de empregos que fomentam a economia.

REQUERIMENTO N° 092

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. João Alfredo Costa.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. João Alfredo Costa, um grande empreendedor do Paraná, que adquiriu experiência e se fortaleceu como empresário, destacando-se em sua área de atividade. Lutador e vencedor em um mercado profissionalizado e competitivo. Um cidadão engajado no crescimento e no desenvolvimento sociocultural e empresarial da comunidade curitibana. Empreendedor e dinâmico, tem em sua atividade um multiplicador de empregos que fomentam a economia.

REQUERIMENTO N° 075

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, e encaminhamento de Ofício à Secretaria de Estado da Educação, Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, objetivando priorizar a construção de uma nova sede para o Colégio Estadual Olinda Truffa de Carvalho, em Cascavel/PR, por diversos problemas estruturais do prédio atual.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Vários estudantes encaminharam e-mails ao Deputado Ademar Luiz Traiano queixando-se do péssimo estado de conservação do Colégio Estadual Olinda Truffa de Carvalho, ao mesmo tempo que solicitavam apoio para as providências necessárias.

O motivo do inconformismo dos estudantes foi a interdição da cozinha do Colégio pela vigilância sanitária de Cascavel/PR em novembro de 2009, pelas más condições da sua estrutura. A cozinha apresentava rachaduras e infiltrações. Para sanar a irregularidade e manter a merenda foi improvisada uma cozinha provisória.

Em contato recente (Janeiro/2010) com a direção do Colégio, o Deputado Traiano foi informado de que a readequação da cozinha já foi licitada e está em execução, mas contra a vontade da comunidade escolar.

Segundo a direção faz-se necessária a construção de uma nova sede para o Colégio, e não a simples readequação da cozinha. A readequação da cozinha não tem o

condão de solucionar os inúmeros problemas existentes, tais como os que dizem respeito a rede elétrica, problemas no teto e no telhado, aparecimento de goteiras toda vez que chove, e as diversas rachaduras e infiltrações nas paredes do colégio. A informação é que o colégio encontra-se em péssimas condições, cabendo ao Estado priorizar a construção de uma nova sede.

Observe-se que as aulas iniciam dia 08/02, que a readequação da cozinha ainda não está pronta e que a cozinha improvisada não está mais funcionando. Os alunos ficarão sem merenda.

A direção informa que já tem local para transferir os alunos caso haja a decisão de priorizar a construção uma nova sede para o Colégio Estadual Olinda Truffa de Carvalho neste período letivo.

Assim sendo, em atendimento a vontade da comunidade escolar, espera apoio dos nobres Pares para aprovação do presente requerimento, para que seja priorizada a construção da nova sede do colégio antes do fim do atual Governo.

REQUERIMENTO N° 070

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informação para o Sr. Rogério W. Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes, para informar o seguinte questionamento:

- Em relação à proibição do transporte de pranchas de surf em ônibus metropolitano (não dotados de bagageiros), em especial aos Municípios que compõem o litoral de nosso Estado, existem estudos por parte do Departamento de Estradas e Rodagem - DER, para rever tal proibição?

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Projeto de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 002

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica instituído, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Prêmio Médica Sanitarista e Pediatra Zilda Arns, que será entregue para personalidades, entidades sociais e instituições que atuem na proteção à maternidade, infância, juventude e idosos.

§ 1º Através de ato da presidência será comunicado aos Deputados prazo para a indicação de nomes concorrentes ao prêmio de que trata este artigo.

§ 2º A Comissão Executiva analisará as indicações e escolherá um nome a cada ano, para receber a premiação, realizando-se Sessão Solene para esse fim.

Art. 2º O prêmio será entregue pela Assembleia Legislativa do Paraná, uma vez por ano, em data a ser designada pelo Presidente da Casa.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A médica pediatra Zilda Arns marcou de forma inesquecível a história do Paraná e do mundo, com sua dedicação às crianças, através do belo trabalho na Pastoral da Criança. A Dra. Zilda Arns fundou e coordenava a Pastoral da Criança no Brasil, órgão de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Na última palestra que fez, em Porto Príncipe, capital do Haiti, concluiu com a seguinte frase: “Como os passáros, que cuidam de seus filhos ao fazer um ninho no alto das árvores e nas montanhas, longe dos predadores, das ameaças e dos perigos e mais perto de Deus, devemos cuidar de nossos filhos como um bem sagrado, promover o respeito a seus direitos e protegê-los.”

A vida dessa mulher forte é impressionante. Fez das dificuldades uma oportunidade para levar mais saúde e vida digna aos menos favorecidos economicamente.

O prêmio instituído através dessa resolução deve honrar aos cidadãos e entidades merecedores da premiação, pois carrega o significado de uma vida dedicada a levar vida e saúde às crianças e jovens do Brasil e do mundo.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 013/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É concedido passe livre às pessoas portadoras de deficiência e doenças crônicas, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo estadual, intermunicipal.

Parágrafo Único. Este benefício será concedido nos mesmos moldes do passe livre interestadual, estabelecido pela lei federal nº 8899, de 29/06/94 e regulamentações do Ministério do Transporte.

Art. 2º O Poder Executivo Estadual regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem o precípuo objetivo de auxiliar os portadores de deficiência e doenças crônicas,

carentes a locomovorem-se pelo Estado do Paraná, pois gozam deste benefício a nível interestadual.

Logo tal benefício sendo adotado aqui em nosso Estado fará justiça aos cidadãos deficientes e doentes crônicos que tanto necessitam.

PROJETO DE LEI Nº 014/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica acrescido o artigo 1-A, após o artigo 1º da Lei Estadual nº 12857 datada de 01/02/00, que passa a vigorar com o seguinte teor, mantendo-se os demais artigos inalterados:

“Art. 1-A O aluno que aplicar trote violento nos colegas ficará proibido de fazer estágio em órgãos públicos e de fazer concurso para cargos públicos nos três primeiros anos após a conclusão do curso.

Parágrafo Único. A instituição de ensino que deliberadamente incentive, permita ou facilite esse tipo de trote violento, dentro de suas dependências, será multada em 20.000 UFIRs.”

Art. 2º Os demais artigos permanecerão com a redação inalterada.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa aplicar punição objetiva para os estudantes e estabelecimentos de ensino que se envolvam deliberadamente na prática de trotes violentos, em clara manifestação de desrespeito ao ser humano. A legislação existente carece de artigo que aplique punibilidade objetiva por isso a inclusão deste artigo merece ser aprovada.

PROJETO DE LEI Nº 015/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecido que o Governo do Estado do Paraná poderá criar formas de compensação para os Municípios que receberam ou vierem a receber estabelecimentos penais, prisionais e correccionais de qualquer espécie, independente da origem dos recursos aplicados na construção destes.

Art. 2º A compensação de que trata o artigo 1º poderá se concretizar na forma de aplicação de recursos financeiros em obras e serviços de infraestrutura e melhorias locais, na mesma e exata relação dos gastos efetivados para a construção e instalação do estabelecimento

prisional ou correccional; ou qualquer outra compensação financeira que legalmente adequada.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal, que abrigará a instalação do estabelecimento prisional de que trata esta lei, deverá encaminhar uma relação de obras e ações prioritárias a serem atendidas na forma em que dispõe esta lei.

Art. 4º Fica permitida a criação de incentivos fiscais, a serem concedidos às empresas que auxiliarem na ressocialização de presos, através de projetos e convênios que proporcionem empregos, treinamento e educação para os presidiários.

Parágrafo Único. A Secretaria de Estado da Fazenda, juntamente com a Secretaria de Estado da Justiça poderá instituir as condições e a forma de concessão desses benefícios.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa corrigir uma injustiça histórica que atinge os Municípios que aceitam a incumbência de receber em seu território uma penitenciária ou qualquer outro tipo de estabelecimento penal, sem ter a garantia legal de que receberá algum tipo de benefício concreto para sua população.

Sabemos da imperiosa necessidade de aprimoramento do sistema prisional pátrio, porém não se pode admitir o sacrifício de poucos em benefício de muitos. Cabe-nos buscar a justiça social e neste caso nada mais justo que Municípios sejam compensados por isto, garantindo-lhes benefícios concretos, quando da definição do local a ser instalado este tipo de estabelecimento.

Temos ainda que a ressocialização de presos é assunto latente em todas as sociedades e é obrigação do Estado viabilizar meios para que estes cidadãos sejam recepcionados novamente pela sociedade, com condições de melhorar suas vidas e não mais cair na criminalidade.

Portanto, temos a certeza de que este projeto de lei será aprovado por esta Casa de Leis, para que possamos dar uma segurança adicional aos Municípios que recepcionarem estabelecimentos penais de qualquer espécie e garantir reais condições de ressocialização aos detentos paranaenses.

PROJETO DE LEI Nº 016/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Para assegurar o direito dos consumidores paranaenses de terem acesso a produtos lácteos de assegurada procedência e processamento adequado, a pre-

sente lei objetiva regulamentar o processo de produção do queijo artesanal, nos seguintes termos.

Art. 2º É considerado queijo artesanal o queijo confeccionado conforme a tradição histórica e cultural da região do Estado onde for produzido, a partir do leite integral de vaca fresco e cru, retirado e beneficiado na propriedade de origem, que apresente consistência firme, cor e sabor próprios, massa uniforme, isenta de corantes e conservantes, com ou sem olhaduras mecânicas.

Art. 3º Na fabricação do queijo artesanal serão adotados os seguintes procedimentos:

I - o processamento será iniciado até noventa minutos após o começo da ordenha;

II - a fabricação se fará com leite que não tenha sofrido tratamento térmico;

III - serão utilizados como ingredientes, culturas lácticas naturais como pingo, soro fermentado ou soro-fermento, coalho e sal;

IV - o processo de fabricação se desenvolverá com a observância das seguintes fases:

- a) filtração;
- b) adição de fermento natural e coalho;
- c) coagulação;
- d) corte da coalhada;
- e) mexedura;
- f) dessoragem;
- g) enformagem;
- h) prensagem manual;
- i) salga seca;
- j) maturação.

Art. 4º A qualidade do queijo artesanal e sua adequação para o consumo serão asseguradas por meio de:

I - fabricação com leite proveniente de rebanho sadio, que não apresente sinais clínicos de doenças infectocontagiosas e cujos testes oficiais de zoonoses, tais como brucelose e tuberculose, apresentem resultados negativos, de acordo com as normas da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB e seus órgãos auxiliares;

II - certificação das condições de higiene recomendadas pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - SEAB, observadas e as normas técnicas respectivas;

III - cadastro do produtor na Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - SEAB.

§ 1º O cadastramento na SEAB para os fins deste artigo será feito em escritório local do órgão, no prazo de trezentos e sessenta dias, individualmente ou por meio de entidade representativa, mediante a apresentação de carta-compromisso, com firma reconhecida, em que o produtor assuma a responsabilidade pela qualidade dos queijos produzidos, e do laudo técnico-sanitário da queijaria, preenchido e assinado por médico veterinário.

§ 2º A certificação de que trata o inciso II ocorrerá até sessenta dias após o cadastramento, prazo no qual a

SEAB atestará o cumprimento das exigências sanitárias e legais, não acrescentando qualquer despesa adicional ao órgão, que já executa o trabalho de fiscalização.

§ 3º A SEAB fiscalizará periodicamente a produção dos queijos, com a finalidade de assegurar o cumprimento das condições exigidas para a obtenção de certificado de qualidade, ainda que as exigências para cadastramento no órgão tenham sido atendidas pelo produtor.

§ 4º O Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER poderá estabelecer um programa de qualificação dos produtores voltado para o cumprimento das exigências necessárias à obtenção do certificado da SEAB.

Art. 5º A água utilizada na produção do queijo artesanal será potável e poderá provir de nascente, cisterna revestida e protegida do meio exterior ou de poço artesiano, observadas as seguintes condições:

I - ser canalizada desde a fonte até o depósito ou caixa d'água da queijaria ou do quadro de queijo;

II - ser clorada com cloradores de passagem ou outros sanitariamente recomendáveis, a uma concentração de 2 ppm (duas partes por milhão) a 3 ppm (três partes por milhão).

§ 1º As nascentes serão protegidas do acesso de animais e livres de contaminação por água de enxurrada e outros agentes.

§ 2º o reservatório a que se refere o inciso II deste artigo será tampado e construído em fibra, cimento ou outro material sanitariamente aprovado.

§ 3º A queijaria disporá de água para a limpeza e a higienização de suas instalações na proporção de 5L (cinco litros) para cada litro de leite processado.

§ 4º A água utilizada na produção do queijo artesanal será submetida a análise físico-química e bacteriológica, em periodicidade a ser definida pelo Poder Executivo na regulamentação desta lei.

Art. 6º Na instalação da queijaria ou quarto de queijo serão cumpridas as seguintes exigências:

I - localização distante de pocilga e galinheiro;

II - impedimento, por meio de cerca, do acesso de animal e pessoa estranhos à produção;

III - construção em alvenaria, segundo normas técnicas a serem estabelecidas em portaria pela SEAB.

Parágrafo Único. A queijaria ou quarto de queijo poderá ser instalado junto a estábulo ou local de ordenha, respeitadas as seguintes condições:

I - inexistência de comunicação direta entre o estábulo e a queijaria;

II - revestimento do piso do estábulo com cimento ou calçamento;

III - existência de valetas, no estábulo, para o escoamento das águas de lavagem e de chuva;

IV - existência de torneira independente para higienização do estábulo e dos animais.

Art. 7º A queijaria terá os seguintes ambientes:

I - área para recepção e armazenagem do leite;

II - área de fabricação;

III - área de maturação;

IV - área de embalagem e expedição.

Art. 8º As características técnicas dos equipamentos necessários à fabricação do queijo artesanal, bem como os critérios de higienização das instalações, equipamentos e fabricantes, serão definidos em portaria pela SEAB.

Art. 9º São obrigatórios, para a comercialização do queijo artesanal, o certificado da SEAB, a identificação do fabricante, a data de fabricação e o prazo de validade do queijo.

§ 1º Os produtos mantidos sob refrigeração receberão embalagem plástica segundo as normas técnicas vigentes.

§ 2º Para a comercialização do queijo curado não embalado, será exigida a impressão na peça, em baixo relevo, do número da inscrição estadual do produtor.

§ 3º Para a comercialização do queijo embalado, será exigido o cadastramento da embalagem e do rótulo na SEAB utilizando-se para isso os mesmo formulários adotados para produto com inspeção estadual.

Art. 10. O transporte do queijo artesanal se fará em veículo com carroceria fechada, sem a presença de nenhum outro produto, a fim de evitar deformação, contaminação ou comprometimento da qualidade e do sabor.

Art. 11. O queijo artesanal não embalado será acondicionado para transporte em caixa ou tubo plástico, de fibra de vidro ou similar, provido de tampa ou vedação.

Art. 12. Somente poderá ostentar no produto ou em sua embalagem a classificação queijo artesanal o queijo fabricado em conformidade com as disposições desta lei.

Parágrafo Único. O queijo artesanal produzido em área demarcado conterà, gravada no produto ou na embalagem, a indicação de sua região de origem.

Art. 13. No período de 30 meses contados a partir da publicação desta lei, ou até que existam no estado entrepostos em número suficiente para a maturação, o queijo artesanal será comercializado em até 60 dias.

Parágrafo Único. No período de 30 meses a que se refere o *caput* deste artigo, serão realizadas pesquisas científicas comprovando a inexistência de risco à saúde do consumidor.

Art. 14. O Banco Regional de Desenvolvimento do Estado poderá estabelecer programas de incentivo à produção do queijo artesanal, mediante o apoio financeiro para a qualificação técnica do produtor.

Art. 15. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 dias, assegurando-se à EMATER e ao

órgão de fiscalização sanitária animal da SEAB as condições necessárias ao cumprimento desta lei, sem a criação de novas despesas.

Art. 16. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala as Sessões, em 08/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A produção artesanal de queijos no Paraná, atividade que se pretende disciplinar com a proposição em análise, além das questões econômicas que lhe são inerentes, envolve aspectos sociais e culturais intimamente ligados à identidade de determinadas regiões do Estado do Paraná. O queijo artesanal, em suas variedades diversas, é produzido em várias regiões do Estado, mediante processos transmitidos de geração a geração, o que lhe confere características peculiares, reconhecidas pelos consumidores mais exigentes, que precisam ser resguardados legalmente.

Essa produção tradicional convive com um segmento industrial formado por laticínios de pequeno, médio e grande portes, grande parte dessa atividade é desenvolvida sob fiscalização dos serviços de inspeção sanitária, federal ou estadual, em obediência a normas específicas, que visam ao controle da qualidade dos produtos, mas restringem sobremaneira a fabricação do queijo artesanal a partir do leite cru. Ora, é exatamente nesse ponto que reside a discórdia entre os defensores da produção artesanal e aqueles que se apegam, a nosso ver de forma exagerada, à rigidez das normas de inspeção industrial.

Para os primeiros, o verdadeiro queijo artesanal, só pode ser elaborado a partir do leite integral de vaca, que não tenha sido submetido a nenhum tratamento térmico, ao passo que a legislação em vigor exige a pasteurização da matéria-prima. O assunto é controverso, mas pode ser equacionado, a exemplo do que ocorre na França, onde se produz uma gama de queijos finos, de excelente qualidade, exclusivamente a partir do leite cru.

Logo é necessário buscar meios para que o produtor tradicional tenha condições de exercer sua atividade dentro da legalidade. Assim, o projeto ora proposto define normas e procedimentos que visam garantir a qualidade integral do produto, inclusive quanto aos aspectos de indicação da origem do produto.

O modelo adotado, seguindo a experiência do Estado de Minas Gerais, é o francês, no qual se busca assegurar condições sanitárias e higiênicas satisfatórias em todas as fases do processo produtivo. Assim, devem ser observados cuidados com a saúde dos rebanhos, que devem ser livres de doenças infectocontagiosas, e com a limpeza das instalações e equipamentos, bem como com a comercialização do produto.

Outro aspecto relevante da proposição é o prazo de 30 meses concedido aos produtores para que se construam, em todo o Estado, entrepostos suficientes para a maturação do queijo artesanal.

Nesse período, deverão ser conduzidas pesquisas científicas que atestem a qualidade do produto produzido

nas condições estabelecidas no projeto e a inexistência de risco à saúde do consumidor.

Para não haver controvérsia quanto ao padrão que se pretende conquistar, a proposição prevê a possibilidade de rígido controle da produção por parte da SEAB.

Pode-se observar a consonância da proposta com os preceitos de ordem jurídica, constitucional e legal que versam sobre a matéria, conforme veremos mais adiante.

A fiscalização, o controle, o processamento e a produção dos alimentos, de forma geral, encontram-se na esfera de competência da vigilância sanitária, cabendo à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre o tema, segundo a prerrogativa assegurada pelo artigo 24, V, da Constituição Federal.

Tratando-se de legislação concorrente, compete à União estabelecer as diretrizes gerais, e às demais unidades federadas, suplementarmente, dispor sobre a matéria, atendendo as peculiaridades locais.

A União, por seu turno, fez editar a Lei n° 8080, de 19/09/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, fazendo inserir, entre as ações destinadas a este fim, aquelas que dizem respeito à vigilância sanitária.

A Lei n° 9712, de 20/11/98, versa especificamente sobre a matéria, enfatizando a existência de um sistema unificado de atenção à sanidade agropecuária, em articulação com o Sistema Único de Saúde.

Na mesma linha, a Lei n° 7889, de 23/11/89, que dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, reconhece, em seu artigo 1°, a competência administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para o exercício da prévia inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, atribuindo competência aos entes federados para o exercício da fiscalização de que trata a lei.

Nesse contexto, pretende-se disciplinar o fabrico do produto de que trata o projeto em tela, mediante a adoção de procedimentos próprios, que serão aplicados, única e exclusivamente, na produção dessa espécie de queijo.

O Ministério da Agricultura fez editar a Resolução n° 007, de 28/11/00, objetivando estabelecer requisitos específicos para a instalação e o funcionamento das queijarias minerais. Os procedimentos adotados por esse Ministério, caso sejam seguidos pelos produtores, podem implicar uma significativa perda de qualidade e descaracterização de um produto que se tornou conhecido em face das peculiaridades do seu fabrico.

O projeto em tela objetiva tornar-se disponível, no mercado, um produto com as características originais, preservando, inclusive, as tradições e a história do povo mineiro, sem, contudo, perder de vista os padrões de qualidade e higiene, que, por cento, serão assegurados não apenas pela técnica adotada, como também pelas instâncias fiscalizadoras.

Inexiste vício no que tange à instauração do processo legislativo por iniciativa parlamentar, uma vez que

os conteúdos dessa natureza não se inserem entre os arrolados no artigo 66 da Constituição paranaense, cabendo a esta Casa dispor sobre o tema, por força do preceito constante do artigo 53, XVI, do mesmo diploma legal, bem como se trata de matéria de defesa do consumidor.

Assim, em vista do exposto, contamos, uma vez mais, com o indispensável apoio de nossos nobres Pares para a aprovação de tão importante propositura.

PROJETO DE LEI N° 017/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica estabelecido que as emissoras de rádio que tocarem em sua programação diária um mínimo de 20% de músicas de artistas paranaenses terão direito a redução de percentual igual a 20% sobre a cobrança da alíquota do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, incidente sobre.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A redução na cobrança de ICMS é viável na medida em que se afigura como incentivo à produção musical local, afinal as produções paranaenses terão este benefício agregado indiretamente e o resultado será o incentivo direto à cultura local.

Logo ao propormos o presente projeto de lei, estamos incentivando os artistas paranaenses sem afetar substancialmente a arrecadação de impostos e trazendo um benefício inestimável à classe artística local.

PROJETO DE LEI N° 018/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Para assegurar o direito dos consumidores paranaenses de terem combustíveis com garantia de procedência e qualidade adequada, a presente lei objetiva regulamentar o processo de aquisição, transporte, estocagem, distribuição e revenda de combustíveis, nos seguintes termos.

Art. 2° Quem adquirir, transportar, estocar, distribuir ou revender produto combustível em desconformidade com as especificações fixadas pelo órgão regulador competente ficará sujeito às seguintes sanções administrativas:

I - multa;

II - apreensão do produto;

III - perdimento do produto;

IV - cassação da eficácia da inscrição, junto ao cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

§ 1° A desconformidade referida no *caput* deste artigo será comprovada por laudo elaborado pela Agência Nacional do Petróleo - ANP ou por entidades ou órgãos por ela credenciados ou com ela conveniados.

§ 2° Caberá ao PROCON-PR aplicar as sanções administrativas, respeitando o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme disposto na Lei Estadual n° 13986, de 30/12/02, e Decreto n° 2085, de 07/11/03.

§ 3° As sanções administrativas previstas nesta lei poderão ser aplicadas cumulativamente, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

§ 4° A pena de multa será aplicada nos termos previstos na Lei Federal n° 8078, de 11/09/90 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor).

§ 5° Aplicada a pena de perdimento, o produto apreendido será incorporado ao patrimônio do Estado.

§ 6° O interessado poderá interpor recurso para o Secretário da Justiça e Cidadania, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da ciência da decisão que aplicar a sanção administrativa.

Art. 3° Sempre que testes preliminares realizados imediatamente após a coleta de amostras do combustível revelam indícios ou evidências de desconformidade com as especificações fixadas pelo órgão regulador competente serão de pronto adotadas as seguintes providências, pelo agente fiscal, mediante termo próprio:

I - apreensão do combustível;

II - lacração e interdição do respectivo tanque ou bomba.

§ 1° A lacração e a interdição de tanque ou bomba de combustível não poderão exceder o período de 30 (trinta) dias, sem prejuízo do disposto nos parágrafos 1° e 2° do artigo 4°.

§ 2° Na hipótese de resistência do proprietário ou de empregados do estabelecimento, será requisitado o auxílio de força policial.

Art. 4° Serão coletados 3 (três) amostras de cada compartimento do tanque que contenha o combustível a ser analisado, classificadas como:

I - Amostra n° 1, denominada "prova", para ser encaminhada "Agência Nacional de Petróleo - ANP ou a entidade por ela credenciada ou com ela conveniada para a realização de ensaios relativos à qualidade do combustível, conforme as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente;

II - Amostra n° 2, denominada "testemunha", para ser entregue ao estabelecimento ou ao detentor do combustível;

III - Amostra n° 3°, denominada “contraprova”, para ser conservada no PROCON-PR.

Art. 5° Comprovada a desconformidade do produto, na forma estabelecida no parágrafo 1° do artigo 1° desta lei, o interessado será notificado, por via postal, para apresentar defesa administrativa ao PROCON-PR, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 1° Se, ao teor da defesa prévia, for requerida nova análise do combustível, a ser procedida na Amostra n° 2 (testemunha), a lacração e interdição de tanque ou bomba serão mantidas pelo tempo necessário para a realização do ensaio.

§ 2° Fica facultada a transferência do combustível para depósito de terceiro, a requerimento do interessado, local onde permanecerá até o desfecho da discussão administrativa.

§ 3° A nova análise do combustível será efetuada pela Agência Nacional do Petróleo - ANP ou por entidade por ela credenciada ou com ela conveniada, e correrá a expensas do interessado.

§ 4° Na hipótese de resultado divergente na Amostra n° 2 (testemunha), que ateste a conformidade do combustível com as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente, o PROCON-PR encaminhará a Amostra n° 3 (contraprova) à Agência Nacional do Petróleo - ANP ou a outra entidade por ela credenciada ou com ela conveniada, para realização de novo ensaio.

§ 5° Se a defesa for acolhida, haverá imediata restituição do produto.

Art. 6° Não apresentada a defesa ou corroborada, na conclusão do processo administrativo, a desconformidade do combustível com as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente, será imposta a pena de perdimento.

§ 1° Se não tiver condições técnicas para o processamento, o produto será retirado de circulação e inutilizado.

§ 2° O Poder Executivo adotará as providências necessárias à remoção, transporte e reprocessamento do produto, podendo para tanto firmar acordos ou promover contratações com órgãos públicos e empresas.

Art. 7° Será cassada a eficácia da inscrição, junto ao cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), nas seguintes hipóteses:

I - reincidência na prática da infração descrita no artigo 1° desta lei;

II - rompimento do lacre assegurado da inviolabilidade de bomba ou tanque colocado pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, pelo PROCON-PR, pelo Instituto de Pesos e Medidas do Paraná - IPEM, ou por órgãos conveniados.

§ 1° A reincidência referida no inciso I deste artigo pressupõe a prolação de prévia decisão administrativa definitiva, confirmatória da infração em causa.

§ 2° O rompimento do lacre a que se refere o inciso II deste artigo será documentado por termo circunstanciado.

Art. 8° Poderá ser desconsiderada a personalidade jurídica da sociedade quando o quadro societário do estabelecimento for integrado por pessoas interpostas.

Parágrafo Único. Na hipótese do *caput* deste artigo, serão notificadas e responsabilizadas as pessoas que, individualmente ou conluiadas em sociedade de fato, tiverem dado causa à infração descrita no artigo 1° ou contribuído para a prática do ato infracional.

Art. 9° Presume-se ocorrido dano ou prejuízo ao consumidor que comprovar haver adquirido, do estabelecimento varejista, combustível em desconformidade com as especificações fixadas pelo órgão regulador competente.

Art. 10. Sempre no interesse de incrementar a eficiência e a amplitude de sua ação em defesa dos consumidores de combustíveis do Estado do Paraná, poderá a Secretaria da Justiça e Cidadania, mediante convênio com a Secretaria da Fazenda, delegar à administração tributária as incumbências de apuração referida no artigo 1° e de imposição das penalidades previstas nesta lei, sem prejuízo do desemprego das atribuições que lhe são próprias.

Parágrafo Único. Na hipótese do *caput* deste artigo correrão no âmbito da Secretaria da Justiça e da Cidadania os procedimentos administrativos instaurados em consequências das sanções aplicadas pelos agentes da fiscalização tributária.

Art. 11. Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem o precípuo objetivo possibilitar ao Estado agir em defesa do consumidor, contra o abuso na comercialização de combustíveis adulterados e de péssima qualidade, assegurando ao consumidor o direito de ter a certeza sobre a natureza, procedência e qualidade dos produtos comercializados. É uma lei de ordem pública, que estabelece obrigações aos fornecedores, com o fim de evitar que os consumidores continuem a sofrer prejuízos.

Portanto pretende-se proteger o consumidor, já que visa a garantir que ele adquira combustível de qualidade, que atenda às especificações do Regulamento Técnico da Agência Nacional do Petróleo - ANP. Por força do artigo 24 da Constituição da República, o Estado membro tem competência para legislar concorrentemente com a União sobre essa matéria.

O projeto de lei cria uma obrigação para o particular em benefício do interesse público. Trata-se do exercício do poder de polícia da Administração Pública, conceituado por Caio Tácito, em “Poder de Polícia e seus Limites”, RDA 27/1, como “o conjunto de atribuições concedidas à Administração para disciplinar e restringir, em favor do interesse público adequado, direitos e liberdades individuais”. Na lição de Hely Lopes Meirelles, a polícia administrativa atua, preferencialmente, de maneira preventiva, agindo por meio de ordens, proibições e normas limitadoras e sancionadoras da conduta daqueles que exercem atividades que possam afetar a coletividade. Esse poder é inerente à toda a administração e se reparte entre todas as esferas administrativas da União, dos estados e dos Municípios.” No caso em tela, visando a garantir o fornecimento de um produto adequado ao consumidor, o poder público cria sanções para as distribuições de combustíveis e afins.

Com efeito, o presente projeto que se quer editar visa a disciplinar uma relação de consumo, daí a subsunção dessa hipótese aos termos do disposto no mencionado dispositivo constitucional, o qual abre ao Estado membro a via de legislação concorrente para dispor sobre a matéria.

Assim, em vista do exposto, contamos, uma vez mais, com o indispensável apoio de nossos Pares para a aprovação de tão importante propositura.

PROJETO DE LEI Nº 019/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o *caput* do artigo 13 e seu parágrafo 2º da Lei nº 4543, de 31/01/62, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. Os Policiais Militares formados em Medicina, Farmácia ou Odontologia, por escola oficial ou oficialmente reconhecida, que contem pelo menos, 5 (cinco) anos de efetivo serviço prestado à Corporação poderão passar mediante requerimento e independente de concurso para o Serviço de Saúde.

§ 2º O Policial Militar, que satisfazer as exigências desta Lei, será classificado no serviço de saúde, dentro da QAS, no posto inicial do qual será último integrante.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa proporcionar uma adequação, à Lei nº 4543, de 31/01/62, especificamente em seu artigo 13, pois tal como está abrange tão somente até Sargentos, não incluindo os Cabos e Soldados das fileiras da Polícia Militar.

Está adequação se faz necessária pois atualmente nos deparamos com uma nova sociedade paranaense, verificamos o crescente clamor, por uma Polícia mais qualificada, preparada, e o ensino superior se faz amplamente necessário aos profissionais da Segurança Pública.

Tal assunto no entanto para os legisladores em Janeiro de 1962 data de criação da lei em voga não se fazia tão pertinente e portanto não se imaginava que Cabos e Soldados conseguissem atingir o nível superior de formação acadêmica exigido pela redação desta lei.

Tanto que originalmente a redação é: *Art. 13. Os Oficiais, Subtenentes e Sargentos formados em...*

Queremos com esta propositura alterar esta redação para: “Art. 13 Os Policiais Militares formados em...”

Literalmente uma mudança muito pequena, mas que, vem de encontro a necessidade dos dias atuais da sociedade em nosso Estado.

Nada mais justo, legal e ético, na atual conjuntura social que nos encontramos, e enquanto legisladores, façamos esta mudança na lei, para que haja também, um incentivo a todos os integrantes da Polícia Militar sem distinção. Já que todos os profissionais desta gloriosa Corporação de nosso Estado, não só podem, mas se faz necessário que tenham uma formação de ensino superior.

Sendo assim contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação a presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 020/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Organização Cultural e Ecológica de Missal - ORCEMIS, com sede no Município de Missal e foro no Município de Medianeira.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

A Organização Cultural e Ecológica de Missal - ORCEMIS, foi fundada em 01/06/97, sem fins lucrativos, com finalidade de estimular o crescimento social e cultural do indivíduo e da comunidade, integrando harmoniosamente com as dimensões ecológicas, estimular a convivência entre gerações pela viabilização de espaços e práticas que atendendo as demandas dos diferentes grupos etários, favorecendo a uma constante integração entre eles.

A instituição em epígrafe vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de utilidade pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabe-

lecidos pela Lei Estadual nº 6994 de 10/01/78, que regulamenta matéria.

PROJETO DE LEI Nº 021/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Água Vida, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Água Vida, situado no Parque Tecnológico de Itaipu, fundado em 10/12/06, sem fins lucrativos, tem como objetivo principal: articular seus integrantes visando atender suas demandas informacionais e assegurar-lhes o acesso a conteúdos essenciais, para a elevação da qualidade das programações radiofônicas, de maneira a capacitarem-se a atuar como agentes de assistência técnica, ambiental e social, disponibilizar conteúdos para a comunicação motivacional, capacitação e qualificação para o trabalho e renda, assim como a melhoria dos meios de produção, trabalho e renda em condições de sustentabilidade e harmonia com o meio ambiente.

A instituição em epígrafe vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de utilidade pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994 de 10/01/78, que regulamenta matéria.

PROJETO DE LEI Nº 022/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto de Assistência Social, Cultural, Recreativa e Educacional de Cascavel/PR - IASCE, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Assistência Social, Cultural, Recreativa e Educacional de Cascavel/PR - IASCE, fundado em 19/12/06, sem fins lucrativos, tem como finalidades esti-

mular o espírito de solidariedade em comum entre os moradores da comunidade, no sentido de desenvolver e melhorar as condições de vida dos mesmos e da localidade, manter serviços assistenciais e cooperativos, inclusive através de convênios com órgãos públicos, filantrópicos e privados, manter trabalho de cultura, educação, saúde e lazer em benefício dos associados e moradores em geral.

A instituição em epígrafe vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade. Lei Municipal nº 4919 de 25/06/08.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de utilidade pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994 de 10/01/78, que regulamenta matéria.

PROJETO DE LEI Nº 023/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Norte, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária Norte, fundada em 25/10/06, sem fins lucrativos, tem como objetivo executar serviço de radiodifusão comunitária, bem como: dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade, oferecer mecanismos a formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social.

A instituição em epígrafe vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de utilidade pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994 de 10/01/78, que regulamenta matéria.

PROJETO DE LEI Nº 024/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Judô Irineu Schmidtke, com sede no Município de Quatro Pontes e foro no Município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Judô Irineu Schmidtke, fundada em 02/02/08, sem fins lucrativos, tem como finalidades principais, proporcionar aos seus associados a prática do judô e da educação física, promover, desenvolver e difundir dentro de suas possibilidades, o aprendizado e a prática do judô, incentivar o desenvolvimento físico e moral, por meio do judô entre seus associados.

A instituição em epígrafe vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade. Lei Municipal de Utilidade Pública nº 992/09 de 18/12/09.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de utilidade pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994 de 10/01/78, que regulamenta matéria.

PROJETO DE LEI Nº 025/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Educadores em Ação - EDUC AÇÃO, com sede e foro no Município de Pinhais.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/02/10.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

A Associação Educadores em Ação - EDUC AÇÃO, sem fins lucrativos, tem como objetivo dar assistência as famílias de alunos de escolas públicas em condições de extrema pobreza, desemprego, desnutrição, má alimentação, saúde visando manter esse aluno na escola e bem alimentado para que ocorra o aprendizado e não haja evasão escolar ou desistência por parte dos alunos por esses motivos.

A instituição em epígrafe vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de utilidade pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994 de 10/01/78, que regulamenta matéria.

O Sr. 1º SECRETÁRIO (**Teruo Kato**)
(**Termina de ler Expediente**)

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Começamos a semana num momento muito bonito. Eu até brincava com os Deputados ao lado, parece que a polarização que vai acontecer no Brasil já está começando, o Vice-Governador vir a esta Casa, que será Governador a partir de abril, com muita emoção anunciar o novo piso regional do Paraná. Abre o grande debate que vai acontecer no Brasil, sem nenhuma dúvida, entre uma postura que há muito tempo tem como projeto a distribuição de renda, a ampliação do mercado interno, o consumo de massa. Um Governo que vem executando essas propostas com sabedoria, unindo o Brasil e valorizando as pessoas que mais necessitam, que foram secularmente excluídas do processo de desenvolvimento; e uma visão mais antiga, neoliberal, que já está se expressando com certo radicalismo.

Quem lê o jornal O Estado de São Paulo e a própria Folha de São Paulo, com uma forma mais dissimulada, revela a radicalidade que acontece no País de posturas totalmente divergentes. O jornal O Estado de São Paulo, ontem, por exemplo, a manchete principal diz que o Governo Lula aumentou demais o número de funcionários públicos, inchando o Estado. A velha ideia do neoliberalismo, do estado mínimo, às vezes de uma forma dissimulada, atacando o lado oposto. Então, a campanha eleitoral já começou, não tenho dúvida, mostrando a divergência profunda que existe entre os dois projetos principais que vão se defrontar no processo eleitoral este ano.

Foi muito bonita a Sessão de hoje, com vários sindicalistas, inclusive com empresários. Conversava há poucos com o João Paulo Hover, lá de Ponta Grossa, que é empresário metalúrgico, ele até achou que a Mesa deveria abrir para que os sindicalistas falassem, não só os trabalhadores mas também os empresários, mas foi uma decisão da Casa e deve ser respeitada. Esse clima vai acontecer no Brasil, estamos percebendo isso, e isso é importante!

Nesse sábado recebemos Dilma Rousseff, nossa Ministra, e tivemos dois momentos marcantes aqui no Paraná. Assisti toda fala da Ministra aos Prefeitos, tínhamos mais de 200 Prefeitos na PUC de São José dos Pinhais, várias lideranças de partido. Os Ministros Reinhold Stephanes e Paulo Bernardo estavam lá, o Sr. Osmar Dias, Orlando Pessuti, e a Ministra mostrou muita capacidade, está muito preparada, conhece o Brasil como poucos, conhece a máquina do Estado Brasi-

leiro. Discorreu sobre a PAC que está acontecendo e sobre o projeto futuro; sobre temas da mais importância para os Prefeitos; a questão dos pequenos e médios Municípios; a lógica de crescimento econômico com distribuição de renda. E não só a infraestrutura tradicional, mas também a infraestrutura que vai distribuir renda nos Municípios. O saneamento básico, a rede de esgoto, a rede de água, a drenagem urbana.

A Ministra chegou a falar no PAC 2, de asfalto, de pavimentação para as ruas com tráfego menor. Discorreu sobre tecnologia de asfalto, onde o peso menor e os caminhões não passam, para ter financiamento e subsídio do Governo Federal; discorreu com muita propriedade a questão da Saúde; sobre o projeto do Governo Federal, em parceria com os Municípios e Estados, de construir milhares de creches no Brasil, para universalizar o acesso para as crianças mais carentes à educação infantil.

Foi um momento de rara oportunidade de reflexão sobre o Brasil. Ficamos muito satisfeitos pelo grande número de pessoas que estavam lá. E depois a festa, a militância do partido comemorando seus 30 na sede antiga na Associação BANESTADO em Colombo, que mostrou que a Dilma é uma candidata muito forte. Não é à toa que as pesquisas estão revelando seu crescimento. Se no Paraná ainda não cresceu tanto, tenho certeza que o início desse crescimento foi dado nesse último final de semana, com lideranças importantes de todo Estado do Paraná, não só lideranças institucionais, como Prefeitos, Deputados, mas também lideranças comunitárias, pessoas do povo, militantes políticos que vibraram na comemoração dos 30 anos do PT, ouvindo a nossa Ministra Dilma Rousseff, candidata do nosso partido à Presidência da República.

Quero concluir dizendo, Sr. Presidente, que apresentamos uma emenda semelhante a do Governador, assinada por Elton Welter e por vários outros Deputados. Está na Casa desde o dia 20 de maio de 2009, fixando pisos salariais anuais, tendo como data base 1º de maio, levando-se em conta no mínimo a reposição inflacionária dos últimos 12 meses, havida no âmbito do Estado do Paraná através da aplicação do maior indexador pertinente. Portanto, uma das propostas do Governador já está aqui nesta Casa, há quase um ano, e devemos valorizar o nosso Parlamento colocando, rapidamente, essa emenda parlamentar para ser aprovada por unanimidade por todos os Deputados.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Sr. Deputado Dr. Batista.

Deputado Dr. Batista (PMN)

O SR. DR. BATISTA

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, 1º Secretário Deputado Teruo Kato, 2º Secretário Deputado Jonas Guimarães, Deputada Cida Borghetti, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Presidente, Maringá perdeu um grande homem. Maringá perdeu um Prefeito cujo nome vai deixar muita saudade: Adriano José Valente, do antigo MDB de guerra. Adriano José Valente chegou no Estado do Paraná mais precisamente, Deputado Belinati, em Londrina. Já advogado formado, Adriano Valente, jornalista, transferiu-se em 1953 para Maringá, nasceu o Secretário da Educação, já com o sonho de crescer junto com Maringá. Ah, com seu trabalho, um trabalho voltado sempre para aquele menos favorecido Deputado Nishimori, Adriano Valente foi o quinto Prefeito de Maringá. É o Prefeito que ajudou a chegada da Universidade Estadual de Maringá. É o Prefeito que, hoje, na universidade estadual, sabemos os grandes Reitores que já passaram por lá. Temos, hoje, uma das melhores faculdades de medicina do País, Deputado Cheida.

Esse grande Prefeito Adriano José Valente era um sonhador que transformou a Cidade de Maringá. Sempre foi um sonhador e muito trabalhador, assim diziam seus filhos Rosa Valente e Alex Valente. Quando esse Adriano do velho MDB de guerra, saía na rua na Cidade de Maringá, Deputado Cheida, todos diziam: “Muito obrigado pelo que o senhor fez por esta Cidade, por essas obras”. Isso não tem dinheiro que pague para um filho, para uma filha, carregar aquele símbolo muito bonito da honestidade, da sinceridade, de serviços prestados a uma Cidade. Veja bem, temos o maior monumento religioso da América Latina a Catedral Nossa Senhora da Glória, em Maringá. Uma grande ajuda do ex-Prefeito que faleceu no sábado, aos 88 anos, Adriano Valente.

O Adriano Valente vai deixar uma saudade muito grande, Deputado Elton Welter, porque esse homem recebeu da Associação Comercial de Maringá nada mais nada menos do que a honraria máxima entregue e, foi uma honraria que só duas pessoas receberam em Maringá em 54 anos da Associação Comercial Industrial de Maringá. Vejam bem, o primeiro título foi entregue a nada mais nada menos do que o primeiro Arcebispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho. Imaginem bem, 54 anos da Associação Comercial. E o segundo ao ex-Prefeito Adriano Valente. E olha, há um ano, em novembro quando estive participando, junto com o Prefeito Sílvio Barros, junto com o Deputado Federal Ricardo Barros, todos autoridades de Maringá, o Deputado Nishimori esteve presente naquela ocasião, e mais 10 ex-Presidentes da Associação Comercial Industrial de Maringá. Vejam bem, o quanto Maringá se entristeceu, mas ele deixou lembranças boas, saudades boas.

Por isso que fiz um voto de profundo pesar aquele homem do MDB velho de guerra que nos deixou e com certeza está com Deus. E o trabalho que ele fez em Maringá vai ficar por todo tempo, como dizia um grande locutor esportivo, que Deus o tenha, ele vai ficar incrustado na ternura e na sinceridade naquele cantinho de saudade de cada um de nós maringaenses. A toda a família do ex-Prefeito Adriano Valente, temos aqui um

voto de profundo pesar e que, com certeza, de todos os Deputados de Maringá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito é o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, também me associo, Dr. Batista, ao saudoso Adriano Valente, com quem tive o privilégio de ser Deputado Federal.

A homenagem a Cambé, ao meu amigo Ney do Gás, que em uma festa bonita, sábado à noite na Câmara Municipal de Cambé, o Ney do Gás foi empossado, ele e a sua diretoria, na Federação das Associações de Moradores de Cambé. Parabéns ao Presidente Ney do Gás, grande batalhador pelos bairros, pela Cidade de Cambé, pela classe trabalhadora.

Recebo e-mail do nosso eterno promotor público, promotor de justiça, Dr. Joel Coimbra, que teve uma passagem brilhante por esta Casa, vítima até de algumas injustiças. O Dr. Joel Coimbra tem o nosso respeito, a nossa admiração, do povo de Maringá e do Paraná. O grande, o homem brilhante e culto, Joel Coimbra.

De Valdinei Timóteo Rocha: Antonio Belinati, eu Valdinei Timóteo Rocha (Ney do Gás) tenho à honra de convidar à V. Sa. para participar da minha solenidade de posse a frente da Diretoria da Federação das Associações de Moradores de Cambé, ter honra da sua presença é muito importante.

Joel Coimbra: Eita Belinati. Você continua aquele de sempre. Dia desses encontrei com a dona Antonieta. Nos cumprimentamos rapidamente, porque ambos estávamos com compromissos. Desejo a você sucesso redobrado no ano legislativo de 2010. Obrigado por me honrar com as notícias do seu trabalho e da Assembleia. Grande abraço. Joel Coimbra.

Da Luiza Fernandes: Sr. Deputado, percebo que 2010 para o senhor começou a todo vapor, já está traçando seus objetivos políticos e isso, ao meu ver, é muito importante, pois é de pessoas assim que o nosso Brasil precisa. Traçar metas a serem cumpridas e honrar os compromissos políticos deveria ser a obrigação do bom político, mas é o que a grande maioria não faz, para a decepção do povo brasileiro. Sr. Deputado, com todo respeito e carinho lhe admiro muito, pois eu e meu marido sempre falamos bastante da sua integridade política, isso nos deixa felizes de termos o senhor como Deputado do Paraná, que é o Estado onde moramos. Sr. Belinati, me sinto extremamente honrada, privilegiada se meus e-mails contribuírem para, de alguma forma, enriquecer ainda mais alguns de seus discursos ou projetos. Me perdoe se estou sendo muito ousada, mas é que me sinto à vontade sabe! A política hoje virou um

grande transtorno social, pois os nossos políticos não traçam metas para serem cumpridas em prol da sociedade, mas em benefício de si próprios, o que deixa a população indignada e sem nenhum avanço social em vários aspectos. Gosto muito de receber seus e-mails e apesar de não lhe conhecer acho que temos um visão igual das coisas que nos dedicamos a fazer à sociedade. Muito obrigada a se sinta-se totalmente à vontade para contar com muita colaboração no que estiver a meu alcance. Abraço. Professora Luiza Fernandes de Souza.

Do Grupo de Capoeira Restituição:

Boa tarde! Mais uma vez estamos entrando em contato com V. Sa. através deste e-mail. Somos da Cidade de Paranaguá/PR e gostaríamos de uma pequena ajuda sua.

Vimos por meio desta pedir a V. Sa. apoio ou instruções quanto a busca de recursos para o Projeto Restituição. Enviei um e-mail há uns sete meses atrás e V. Sa. me respondeu que estaria fazendo a leitura do mesmo na Sessão do dia seguinte, mas até agora não tivemos resposta. Este projeto visa trabalhar com pessoas dependentes químicas dando apoio para casas de recuperação, presídios e favelas, visto que o índice de pessoas viciadas através do crack tem aumentado cada vez mais. Esses dias saiu uma reportagem no jornal da nossa Cidade que eles fizeram uma pesquisa e chegaram a conclusão que 80% das prisões em Paranaguá são por causa de roubos, e na maioria das prisões são jovens sem antecedentes criminais que, por causa do vício, são induzidos a roubar para sustentar o mesmo. Atualmente existem mais de 10 centros de recuperação em nossa Cidade, mas a maioria deles não recebe recursos e dependem da ajuda de familiares dos internos para sustentarem o centro.

Analizando a seguinte questão chegamos à conclusão que na maioria dos dependentes de crack que existem em nossa Cidade, 70% já passaram por casa de recuperação e, na sua maioria, permaneceram por falta de recursos, pois uma mensalidade mínima para cada interno custa em torno de R\$ 200 e nem toda família tem essa disponibilidade de caixa para manter um filho num centro de recuperação. É aí que o Projeto Restituição entra. Através do ensino da capoeira em casas de recuperação, bairros pobres e presídios, podemos, através de recursos, ajudar esses lugares a sustentar os dependentes. Por exemplo num presídio onde o índice de jovens presos tem aumentado cada vez mais, se obtivermos ajuda de nosso Estado e Governo para termos recursos financeiros e acesso a esses lugares, numa roda de capoeira apresentada em um presídio, um jovem, um adulto que estejam presos, conhecendo nosso trabalho lá dentro, quando cumprirem a pena e saírem da cadeia eles irão nos procurar, com certeza. Se o senhor analisar, os piores bandidos que existem no nosso Brasil são ex-presidiários. Gostaríamos que V. Sa. analisasse nossa proposta com carinho, porque nossa intenção é, através

deste projeto, ajudar as pessoas, mas para isso precisamos estar totalmente disponíveis para este projeto, e sem recursos não conseguiremos mantê-lo. Qualquer projeto do Governo, seja ele grande ou pequeno, recebe recursos para mantê-lo, então temos neste e-mail um esperança de V. Sa. nos dar essa força, pois temos pessoas qualificadas para trabalhar com isso mas não temos como mantê-las. Fico no aguardo de sua posição quanto a esse assunto, mas gostaríamos que houvesse sinceridade de vossa parte. Se puder nos ajudar agradeceríamos muito, mas se não houver essa possibilidade gostaríamos que V. Sa. nos respondesse o e-mail nos comunicando, se possível.

Grato por sua atenção. Alex Martins - Presidente Projeto Restituição.

Da Vera Rubbo:

O que preciso confirmar com o senhor é a respeito do ônibus para Brasília. Recebi ligação da AMAI (Major Élio) para saber se poderíamos contar com a sua ajuda, conforme ficou falado na audiência em Campo Mourão já foram lotados alguns ônibus e existe fila de espera para que, se conseguirmos mais, seja completado. Aguardo sua resposta para possíveis encaminhamentos.

Do Joel Pedro Tulio:

Obrigado, Deputado, ou amigavelmente Belinati. Procurarei sempre colaborar com vosso trabalho dentro daquilo que julgo viável e procedente para aprimorar vosso trabalho de defender os interesses do nosso Estado e deste povo tão sofrido. Levei um pequeno susto alguns dias atrás, tive um mal súbito; não dei importância, mas como repetiu mais vezes fui até o Hospital Vita e lá fiquei direto na UTI. Graças a Deus foi um AVC leve, mas já estou me recuperando muito bem. Pena, ou sorte, que esqueci algumas coisas do passado. Isto chama-se stress do dia a dia; cortar grama, pescar, bater papo furado não mata! Não bebo, não fumo e jogo futebol. Cuide-se você também, faça exames periódicos. E vamos em frente, não podemos desistir das nossas metas, sonhos e principalmente, tanto eu como você, atender o povo. Você político, eu advogado, trabalhando mais de graça do que cobrando. Faz parte. Forte abraço. O Homem, lá em cima olha por nós. Sucesso.

E a certeza que a nossa equipe de trabalho, todos os nossos assessores em Londrina estamos prontos para servir o povo. Temos nosso endereço aqui embaixo, enquanto estamos falando, para quem quiser mandar e-mails.

Tem político que não gosta quando lemos e-mails. Não estamos aqui para agradar político, estou aqui para fazer o melhor de mim para o nosso povo, para quem precisa ser ajudado, que tem uma ideia, algum projeto, reivindicação. Encaminhamos para as nossas autoridades através da tribuna.

E-mail do Ivanir Aparecido, o popular Aiala, de Arapongas, autor do Projeto Praticar a Cidadania é Preciso. Ele dá uma sugestão interessante: a leitura obrigatória da Constituição Federal, do Brasil, em todas as escolas. Parabéns pela ideia! O jovem vai sair da escola com uma noção melhor da Constituição, da Carta Maior.

E-mail da Sandra Regina Soares de Brito: Caro Deputado Belinati, minha filha estuda na Escola Mábio Palhano, no Parque Ouro Branco, em Londrina. Ao levá-la até a escola descobri algo inaceitável. A professora me justificou que as crianças estão sem aula de informática, por corte de verba. Elas também perderam o direito do lanche, antes de entrar em sala de aula e começar a estudar. Nossa filha tem condições de se alimentar antes de ir para a escola, mas vejo as outras crianças carentes, que vão para escola sem alimentação, porque muitos pais não trabalham, não têm emprego, são de lares de famílias pobres. Dona Sandra Regina Soares, tomei a liberdade de encaminhar o seu e-mail para o Prefeito da Cidade de Londrina, Barbosa Neto. Creio que ele haverá de tomar uma providência, para colocar o lanche ali na escola.

E-mail do Acir Machado Cordeiro, que faz um apelo ao Secretário da Saúde. O que é relatado aqui não pode acontecer. Ele usa remédios de uso contínuo e não tem esses remédios na farmácia básica. Governador Requião, Secretário da Saúde, por favor, essa pessoa é de baixa renda, às vezes até desempregado, não tem o dinheiro, porque o preço na farmácia está uma loucura.

Converso com o Sr. Ireno, que é um antigo e exemplar servidor desta Assembleia, e ouço quanto ele gasta por mês para comprar na farmácia os medicamentos que precisa. Então, nas farmácias básicas não podem deixar faltar esses tipos de medicamentos. São de uso contínuo, que podem garantir a continuidade da vida das pessoas que precisam tomar esses medicamentos, mas que custam muito caro. Um aposentado, por exemplo, a aposentadoria dele vai toda para a farmácia. Então, autoridades do Paraná, não vamos descuidar com a saúde do nosso povo.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

De Foz do Iguaçu, João Batista: ele registra a nossa atuação como Deputado a fala da Dilma. “Olha, Deputado, se a Dilma está perto do Serra - ele quer dizer que a Dilma cresceu na pesquisa eleitoral - é porque eles usam de má-fé e estão fazendo campanha, pois o Lula leva a Dilma Guerrilheira a tiracolo e faz abertamente a campanha eleitoral. E a Justiça não faz nada”.

Não conheço a Dilma, acho que de todos os lados não se pode usar a estrutura pública que é mantida com o dinheiro do povo. Com os impostos do povo. O povo quando paga a luz, está pagando imposto, quando paga a água, quando compra remédio, quando compra roupa, no mantimento, calçado, brinquedo, transporte. E esse dinheiro não deve ser usado para a política, mas para fazer as obras que o Paraná precisa.

E para terminar, nossa querida Deputada Rosane Ferreira, aqui tem o novo salário-mínimo regional que o Requião está mandando para esta Casa, mas para pagar depois que ele deixar de ser Governador. É a partir de maio. Estou anunciando, mas vou apresentar uma emenda. Ora, se tem que aumentar o salário do povo,

vamos aumentar já a partir de 1º de fevereiro. Se for o caso, vamos reunir os Deputados sábado, domingo, à noite, para que esse projeto seja aprovado, mas não para vigorar a partir de maio porque o salário-mínimo nacional já está em vigor.

Um aparte ao Deputado Jocelito.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Só para dizer a V. Exa. que quem trouxe o projeto foi o Vice-Governador que vai ser o Governador.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Creio que Exa. também defende que o aumento tem que ser dado a partir de agora, porque na prateleira do supermercado já subiu o arroz, o feijão, o transporte. Então, para que esperar até maio para o trabalhador receber no final de maio ou começo de junho e que não é muito. Vamos dar o exemplo para o Brasil, antecipando este aumento para agora, de imediato, para o trabalhador sair do sufoco.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Minha saudação ao Presidente da Casa, Nelson Justus, aos Srs. Deputados e gostaria também de saudar a visita do Vice-Governador Orlando Pessuti a esta Casa, que trouxe mensagens importantes, às quais nós nos somamos juntos da defesa do salário dos trabalhadores, sobretudo dos terceirizados, que convivem conosco nesta Casa e que ganham menos que um salário-mínimo regional. Mas, há tanta gente que precisa desse aumento. O Deputado Belinati disse que: “Deveríamos fazer esse aumento desde já.” Acontece que a mensagem chegou hoje a esta Casa e tem um trâmite, tem que passar na CCJ e nas Comissões internas da Casa para depois o Plenário se manifestar. Então, de prático não adianta dizer o seguinte: amanhã já entra na folha, porque não é assim. Chegou hoje a mensagem, é muito bem-vinda, tem a nossa solidariedade, mas tem o tempo para que ela tramite.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, destaco a reunião que houve no aeroporto de São José dos Pinhais entre o Ministro Paulo Bernardo, o Vice Governador Orlando Pessuti e o Prefeito Ivan Rodrigues de São José dos Pinhais. Aliás o Prefeito Ivan Rodrigues de São José dos Pinhais tem sido muito feliz na articulação de reunir os Poderes do Estado e da União para canalizar recursos para aquele Município. Então o que se discutiu foi a construção da terceira pista, onde vai aumentar extraordinariamente a capacidade de movimentação de cargas e passageiros do nosso Aeroporto Afonso Pena.

Lá também estava o Prefeito de Londrina, Barbosa Neto, onde reivindica também a ampliação da pista do Aeroporto Governador José Richa em Londrina, bem

como a instalação do sistema ILS onde melhorará a movimentação do aeroporto de Londrina para alegria da população do Norte do Paraná. Também neste encontro em São José dos Pinhais vi a alegria do Prefeito de Pato Branco quando recebeu um caminhão do Corpo de Bombeiros onde vai permitir que ele possa movimentar o aeroporto de Pato Branco.

Essa reivindicação da ampliação do Afonso Pena em São José dos Pinhais já uma reivindicação de mais de 20 anos. Há uma reivindicação bastante organizada do empresariado paranaense, há uma liderança bastante expressiva do empresário Valmor Vaz que lidera a classe empresarial.

Também tenho certeza que a construção da terceira pista do aeroporto em São José dos Pinhais vai servir para melhor movimentação e para atender a movimentação de passageiros e cargas, não só do povo do Paraná, mas da população do MERCOSUL como um todo. Tenho esperança que esse aeroporto possa ser concluído, segundo informações do Ministro do Planejamento, em três anos, por aí. E o investimento seria em torno de R\$ 300 milhões.

Também quero destacar a importância do Ministro Paulo Bernardo, que tem estado presente constantemente em nosso Estado para celebrar convênios e estabelecer repasse de recursos para a nossa população do Estado do Paraná como um todo.

Saúdo mais uma vez também a presença, em São José dos Pinhais, do nosso Senador Osmar Dias que lá também esteve, não só reivindicando em nome do povo do Paraná, mas também esteve na reunião dos Prefeitos que houve em São José dos Pinhais fazendo as suas reivindicações legítimas, que é próprio de um Senador da República.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, encaminho para V. Exa. e para os Srs. Deputados que possamos atender a mensagem, e a visita do Vice-Governador Orlando Pessuti, para que essa mensagem tramite de forma mais rápida possível na Assembleia Legislativa, para que o Plenário desta Casa possa se manifestar a favor dos trabalhadores, aumentando o salário-mínimo, cuidando sim daqueles que mais precisam. É para isso que aqui chegamos à Assembleia Legislativa: para defender os mais humildes e, portanto, comungamos e colaboramos nessa intenção de melhorar o piso regional.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito é o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs., Deputados.

Novamente uso essa tribuna na tarde de hoje, primeiro para fazer uma referência a uma matéria que saiu neste final de semana, num jornal da Capital, uma matéria que é bastante longa, mas bastante interessante.

Deputado Reni Pereira, V. Exa. que é de Foz do Iguaçu, talvez tenha visto a matéria que saiu na Gazeta do Povo, caderno especial sobre a violência. Inclusive porque Foz do Iguaçu é uma das Cidades que tem um índice de violência - por conta de estar na fronteira e umas séries de situações - infelizmente, também bastante alto. Mas me chamou a atenção, porque a matéria, de certa forma, traz alguns dados que são extremamente preocupantes: primeiro que temos, por exemplo, no Brasil, que é a Política que mais mata no mundo todo é a PM brasileira. No Rio de Janeiro são 1 mil civis em ações de confronto. Entre 2003 e 2008, 6 mil e 800 casos. Nos Estados Unidos cerca de 300 pessoas morrem por ano em confronto. Aí uma série de dados, que acho que não é o caso de ficarmos relatando.

Mas o que me chama a atenção e que num determinado momento o próprio jornal coloca algumas ideias que seriam necessárias para termos uma Polícia melhor, uma delas é contra a violência policial, cidadania, ou seja, termos primeiro um número maior de policiais, e segundo, termos uma Polícia que tenha uma relação com a comunidade direta e não apenas uma relação, que temos hoje, que é uma relação basicamente - aliás herdada inclusive por conta de mais de 20 anos do regime militar - uma Polícia que apenas faz a repressão e não o processo de prevenção. Obviamente que neste processo, tenho insistido muito aqui, porque achamos muitas vezes que quando se fala em ter cidadania, em ter igualdade, esse é um discurso feito por um determinado segmento da sociedade. Na verdade isso não ocorre, não há perspectiva de reduzirmos a criminalidade enquanto não tivermos acesso pleno à justiça, de todo o cidadão do Brasil. Não há condição de reduzir a criminalidade enquanto tivermos situações absurdas, como tivemos recentemente aqui no Paraná, onde houve uma rebelião numa penitenciária, depois disso obviamente que se dá por resolvido o problema, quando sabemos que o problema não está resolvido.

Um dos principais erros que o Estado do Paraná continua cometendo, não só neste Governo mas também em Governos anteriores, é insistir que não podemos, não devemos e não teremos uma Defensoria Pública adequada àquilo que a população espera. Estou insistindo nisso já há algum tempo e vou continuar insistindo, porque não é possível que possamos achar que as coisas se resolvem sozinhas.

Nesse particular há uma referência muito positiva da Cidade de Maringá, que tem inúmeras iniciativas positivas, uma delas, Deputada Cida Borghetti que é de Maringá, do CONSEG de Maringá, junto com o policiamento, com o Judiciário, onde as pessoas são usuárias de drogas, são pessoas que são comprovadamente dependentes, não vão para a cadeia; ao contrário, fazem todo um processo de recuperação e uma tentativa de recuperação no sentido de terem um tratamento de saúde para que não tenham mais a dependência química. E o resultado é extremamente positivo. Inclusive o jornal cita que desde junho de 2008, quando passaram a fazer este projeto,

quando esta proposta foi adotada, os Juízes já enviaram 146 pessoas para esse órgão, como forma de pena alternativa. E o saldo, do total, apenas 4% tiveram reincidência criminal.

Porque experiências como esta não podem ser adotadas no Paraná todo? Não entendo porque não temos penas alternativas. Quero deixar aqui uma experiência que me parece trágica. Falei com um advogado no sábado, justamente por conta da Defensoria Pública, que depois desta rebelião ele foi até o CT2, onde estão presos por todos os tipos de crime, mas principalmente pessoas de 18, 19, 20 anos de idade, por conta do crack. Um deles preso com três pedras de crack. está lá desde o dia 18, 20 de dezembro. O que me surpreendeu foi a resposta dada pelo Juiz quando foi solicitada sua liberdade provisória, relaxamento de prisão, até porque ele é usuário, comprovadamente.

O que disse o Juiz, no seu despacho? Que como ele é usuário deve ficar preso, porque assim não terá condições de acesso às drogas. Meu Deus do Céu, este é um pensamento medieval! É medieval pensar que o Judiciário entende que colocando pessoas na cadeia, porque são usuários de drogas, não terão acesso às drogas. É como se fizéssemos com aqueles que tinha hanseníase, no século XIII, XIV, XV, que eram colocadas em masmorras para não contaminarem uma sociedade toda.

Quero voltar a este tema porque é um tema de Saúde Pública. Não posso aceitar que ainda em pleno século XXI ainda tenhamos este tipo de pensamento, que as pessoas acham que encarcerando jovens de 18, 19, 20 anos - e não estou defendendo traficante, antes que algum apressado possa entender assim, estou defendendo que tenhamos outro comportamento, que tenhamos penas alternativas - não adianta pensar que numa cela para 12 tenhamos 170 pessoas, e essas pessoas fiquem lá dentro como se não estivesse acontecendo nada. Não adianta pensar que as pessoas que estão cinco, 10, 15 gramas de maconha serão presas e não terão penas alternativas, elas sairão de lá melhores. Não adianta pensar que pessoas que estão na Colônia Penal Agrícola, que não têm advogado, a maioria absoluta não tem advogado, qualquer um os senhores, os Deputados que inclusive são da Comissão de Direitos Humanos que queiram ir até a Colônia Penal Agrícola vão saber, e volto a dizer que cada um tem sua responsabilidade, deve cumprir sua pena. Agora, não podemos colocar dezenas, centenas, milhares de pessoas sem sequer ter acesso a um advogado, para ter direito àquilo que não sou eu, não é o Presidente da Assembleia, a legislação determina que eles tenham acesso a advogado.

Então, a Defensoria Pública tem que ser implantada. Espero que o Vice-Governador se sensibilize quando assumir o Governo, que não tenhamos remendo. O Presidente desta Casa é advogado, o Presidente da CCJ é advogado, temos diversos Juristas aqui dentro que conhecem, sabem da necessidade, o Deputado Reni Pereira é advogado, sabem que temos necessidade de transformar isto que hoje está sendo um caos.

Falo que estamos vivendo hoje, novamente, um crime e uma crise anunciada. Não vamos ter ilusões. As rebeliões nos presídios do Paraná muito em breve vão acontecer com muito mais violência nas penitenciárias e também nas delegacias, com muito mais violência e com um número de vítimas muito maior. É literalmente uma crônica e um crime anunciado, porque sabemos que enquanto as pessoas estiverem sem nenhum tipo de acesso à Justiça, esta situação vai se repetir cada vez mais. E aí não há o que lamentar.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela condescendência. Quero voltar a este tema, que é um tema da Assembleia Legislativa, não é um tema de um Deputado, não é um tema de uma comissão. E só vamos ter um pouco de luz, talvez, quando pudermos trazer experiências como esta de Maringá, como outras que estão acontecendo na Região Metropolitana.

Entendemos que não dá para pegar um jovem de 18 anos que é detido com duas ou três pedras de crack, é considerado criminoso, jogá-lo lá por seis meses ou um ano, até que um Juiz olhe o processo e simplesmente encerre esse processo sem nada. Aí nós vamos ter cada vez mais criminosos de alta periculosidade.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi

Deputado Waldyr Pugliesi (PMDB)

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Governo do Estado encaminhou nesta segunda-feira a esta Assembleia a proposta de reajuste do piso salarial paranaense, que contempla reajustes de 9,5% até 21,5%. Mas antes de falar qualquer coisa a esse respeito, o Deputado Elton Welter, nosso companheiro do Partido dos Trabalhadores, estava lembrando a apresentação de uma emenda à Constituição que foi feita no mês de maio de 2009, mais precisamente no dia 20 de maio de 2009 e o nosso ex-Secretário do Governo Requião-Pessuti, Enio Verri, também do glorioso trintão Partido dos Trabalhadores, estava dizendo do trabalho que ele fez ainda como secretário no sentido de termos definitivamente um piso salarial regional que pudesse ser reajustado sob novos critérios e de maneira definitiva. O que quero dizer para esta Casa e para todos, é que na realidade aqueles que pensam de maneira assemelhada - me coloco entre aqueles que pensam dessa maneira progressista, como a atuação desses dois outros companheiros de outro partido - por que não ficarmos travando as mesmas batalhas para impedir que os avanços possam ser eliminados?

Aquilo que estamos vendo aqui hoje, nesta Casa, é o exercício da possibilidade de fazermos avanços. Até estava brincando com um querido líder sindical, porque está se fazendo uma proposta e aí o Deputado Belinati, como costumeiramente faz, ele sempre pede mais. Logi-

camente que com o Governo, com os líderes sindicais, com a presença do IPARDES, com a presença do DIE-ESE, quando se faz alguma coisa é porque foi muito bem estudada essa caminhada que está se começando a fazer. Então, se você oferece aumento de 20%, ele já vem querendo 120% a partir do minuto seguinte e as coisas não são assim. Quero fazer esse registro porque se trata de um assunto muito sério e pretendo voltar a ele. Porque o que dizem aqueles que não se conformam com o estabelecimento do salário-mínimo regional? Eles ficam falando em inflação e desemprego, mas os fatos, os acontecimentos desmentem as afirmativas, daqueles que se colocam contra. Essa posição foi adotada desde 2006 pelo Governo do Paraná. A inflação de Curitiba, veja bem, onde nós temos o novo salário-mínimo regional, ficou dois pontos abaixo do nível inflacionário nacional. Portanto o piso salarial não provoca inflação. E o que aconteceu? Os empregos formais aqui no Paraná cresceram. Então, é uma mentira daqueles que sempre vêm com essa argumentação dizendo que o novo piso salarial provoca desemprego e inflação.

Me lembro que era comum no tempo da ditadura, Deputado Enio Verri, a afirmação do Ministro Delfin Neto: “Olha, nós não podemos praticar aumentos porque voltará a inflação, o desemprego e a fome”. E ele matava meio mundo com o arrocho salarial. E os fatos hoje, para quem quiser ver com realismo, provam, novo salário-mínimo regional provoca emprego, provoca trabalho; e não o desemprego e a inflação. É nesse sentido, com muita clareza, que devemos caminhar, porque estamos dando um balizamento para outras coisas que podem acontecer, não só aqui no Paraná mas em todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É inevitável que possamos falar desse assunto que é a pauta política do Paraná de hoje, que é o envio da mensagem do Governo a essa Assembleia, propondo de forma inédita um piso salarial ao salário-mínimo às categorias de trabalhadores do Estado. Mas, é preciso também que se registre algumas coisas aqui. Hoje nós vimos os trabalhadores lotando as galerias da Assembleia Legislativa, e me lembro, até porque a minha origem é sindical, fui antes de mais nada sindicalista no começo da carreira política. E hoje vejo aqui o nosso Vereador de Campo Largo, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Campo Largo, Vereador Nelsão, que é também um líder sindical e trabalhador como todos nós.

Mas, me lembro que nas ruas gritávamos, Deputado Waldyr Pugliesi, gritávamos que o trabalhador unido jamais será vencido. E pela primeira vez, eu quero dizer a

V. Exa., que vi aqui as centrais sindicais unidas no dia de hoje. E essa foi a materialização daquela bandeira de lutas quando hoje CTB, a CGTB, a CUT, a Força Sindical, a Nova Central Sindical, enfim, sindicatos inclusive sem filiação a centrais, estarem aqui unidos em apoio a essa mensagem do Governo. Como não dizer que esse é um Governo dos trabalhadores, como não dizer que esse é um Governo que apoia a classe trabalhadora e que trabalha no sentido de fortalecer as suas lutas.

Deputado Waldyr Pugliesi, lembrava aqui do Delfim Neto, e gostaria também de lembrar de uma frase que o Delfim Neto gostava de dizer e que virou quase um bordão nacional, dizia ele, e todos nós lembramos disso: “É preciso crescer o bolo para depois dividir”. E hoje nós estamos vendo que era preciso dividir o bolo para que depois ele crescesse. Porque não há dúvida nenhuma que ganhando melhor o trabalhador consome mais; consumindo mais a economia gira mais; girando mais ela oxigena a própria vida.

Vejam o que disse o jornal Gazeta do Povo no dia de hoje: *A renda média do paranaense cresceu mais rapidamente que a média nacional e a desigualdade caiu de forma mais acentuada*. Constatando que o fato dos trabalhadores ganharem melhor fez com que a economia paranaense crescesse mais e reduzisse as desigualdades regionais.

O que nós políticos queremos? Mais do que isso, aqueles que têm as preocupações voltadas para o social? É claro que queremos mais dinheiro no bolso do trabalhador, queremos a redução das desigualdades sociais. Até porque com dinheiro no bolso o trabalhador sabe o que fazer. Não somos nós que vamos dizer para a dona de casa, que sabe administrar as finanças como ninguém, se equilibrando como uma trapezista numa corda fina e bamba, não somos nós que vamos dizer como administrar uma finança do lar, mas com dinheiro no bolso ela sabe fazer isso.

É por isso que o Delfim Neto errou flagrantemente. Não era preciso o bolo crescer para dividi-lo, era preciso para que ele crescesse. Esta é a grande lição que o Governo do Estado do Paraná dá para todos nós, dá ao Brasil. E os trabalhadores que aqui estiveram, que fizeram hoje um dos momentos mais bonitos da história do Paraná e vieram aqui para comemorar uma mensagem ou várias delas que, elevando o piso salarial faz com que o Paraná de destaque perante o Brasil. Não é só botar o Paraná na vitrine, mas é induzir um tipo de crescimento diferenciado. Mostrar ao Brasil, ao Piauí, ao Amazonas, ao Rio Grande do Sul que o que foi feito com essa metodologia não dói, não machuca; pelo contrário, promove os trabalhadores.

O Governo está fazendo a sua parte. Que padrões agora façam a sua.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa e telespectadores da TV SINAL.

Acompanhei aqui a apresentação das mensagens do Vice-Governador Orlando Pessuti, pessoa que além de estimar respeito muito. E acompanhei também as manifestações daqueles que acompanhavam. Acompanhei os discursos de alguns Deputados, em especial dos Deputados Neivo Beraldin e Waldyr Pugliesi, dos quais quero respeitosamente divergir.

Esta Assembleia Legislativa não pode, como pediu o Deputado Neivo Beraldin, vota com pressa essa mensagem. E também não pode ser incoerente, até porque lembro, no final do ano, quando o Presidente desta Casa pediu para que nós, quando votássemos a PEC nº 064, tivéssemos consciência do que estávamos votando. O Presidente Nelson Justus estava correto, porque se hoje alegamos que não podemos votar uma PEC porque pode comprometer as finanças do Estado, temos que ter a coerência também em relação ao salário-mínimo. Sou completamente a favor de aumentar o máximo possível, e se for possível aumentar esse valor que está na mensagem, mas acho que o mínimo que podemos fazer - e esta Assembleia deve fazer - é discutir, debater se essa afirmação do Deputado Waldyr Pugliesi realmente procede, se esse aumento formal de empregos e deu nesses que são beneficiados pelo piso salarial ou quanto cresceu o Paraná o piso salarial neste último ano, se houve demissões.

Entendo que o Paraná é forte, comporta pagar isso e que isso seria realmente uma melhoria para o trabalhador, mas se você começar a detalhar verá que hoje, para principalmente uma mulher que tiver o nível médio ou o nível superior, ela estará inviabilizada de trabalhar, porque ela não tem um piso nesse valor. O piso dela é, às vezes, até inferior que esse salário-mínimo.

Não podemos esquecer, por exemplo, que hoje milhares de serventes, faxineiras e copeiras recebem de empresas terceirizadas em torno de R\$ 500 por mês. Quer dizer, se elas fossem fazer a mesma função fora de uma empresa terceirizadas, elas não poderiam ser remuneradas. Já houve o compromisso de vários Deputados aqui de atrelar o salário das terceirizadas, porque trabalhador é trabalhador, não interessa se trabalha na empresa “a” ou “b” ou se vai lá na casa do José da Silva, da Maria da Silva, pedir emprego. Trabalhador é trabalhador; trabalho é trabalho, Deputado Waldyr Pugliesi. Então, não podemos ter uma medida e essa medida servir como dois pesos dependendo da situação. Quero dizer que temos que debater.

Não se trata de ser contra o trabalhador, se trata de estar ao lado do trabalhador e ver se isso não vai significar desemprego nesses que serão contemplados pelo piso. Não estou falando da economia do Paraná como um todo, mas desses que estão no piso. E isso é necessário, porque temos várias categorias brigando, inclusive os policiais militares.

Quero aqui render uma homenagem ao policial bombeiro militar, que faleceu ontem em Foz do Iguaçu: Edilson dos Santos de Paula. Um jovem que estava, Deputado Cheida, fazendo aquilo que milhares de policiais militares estão fazendo no Paraná para poderem sobreviver: um trabalho extra. Ele foi assassinado numa farmácia em Foz do Iguaçu. O que eles estão fazendo não é errado, é a sobrevivência.

Quando V. Exa pediu a coerência para tratarmos da PEC nº 064, vamos ter coerência, mas vamos também ter a mesma coerência para tratar dos assuntos inerentes à iniciativa privada no Paraná. Então, quero lamentar o falecimento desse jovem em Foz do Iguaçu. Meus pêsames à família dele e à toda corporação militar.

Quero dizer que não esperem de nós aqui da Assembleia, inclusive falei exatamente isso na Associação Comercial de Foz do Iguaçu, não esperem que os trabalhadores. Agora, o mínimo que podemos dar, o compromisso que eu assumo e vou levar à Assembleia e que possamos debater a capacidade de pagamento desse piso regional. Não é ser contra o trabalho, é ser responsável com o trabalhador e com o Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores que nos assistem pela televisão.

Primeiramente, quero cumprimentar o nosso Orlando Pessuti, nosso candidato, candidato do povo do Paraná, que não é de grupos que já assaltaram o Paraná, que não é candidato de velhas raposas. Orlando Pessuti é o candidato do povo do Paraná, um cidadão que vem lá do interior e que, certamente, fará um Governo como vimos aqui na Assembleia hoje: o povo adentrando esta Assembleia para receber, neste momento, o melhor salário do Brasil. Então, este é o Governo Pessuti, o Governador que haverá de cuidar dos trabalhadores sem aquela confusão de grupos econômicos por trás e assim por diante.

Também, Deputado Verri, aproveitando que V. Exa. chega aqui, cumprimentar a nossa futura Presidente Dilma, que esteve aqui no fim de semana, a guerrilheira que alguns estão falando. Mas, é bom ter um guerrilheiro para cuidar deste Brasil, porque tem que, de vez em quando, ser guerrilheiro mesmo para fazer a vontade do povo. Então, a nossa Ministra esteve aqui sábado e anunciou recursos para os Prefeitos, aquilo que V. Exa. já havia dito que liberaria, acompanhamos o encontro. A Ministra foi clara e objetiva, liberar recursos para os Municípios, a Defesa Civil pode dar o parecer que tudo vai ser liberado, não precisa de demagogia, querer fazer sacanagem com o povo mais humilde. Está de parabéns a Ministra que mandou, sem muita conversa, tem que fazer, tem que atender os Municí-

pios atingidos. V. Exa. esteve lá, outros Deputados, Deputados Federais e assim por diante.

Parabéns, Deputado Lobinho, o seu time ganhou do nosso. Parabéns para o Coritiba, ganhou com as calças nas mãos, mas ganhou. V. Exa. está de parabéns. E quando ganha, também tem que saber ser humilde para saber perder. Perdemos, mas é o melhor time do campeonato o Coritiba e, sem dúvida nenhuma, nós que conhecemos futebol sabemos que o Coritiba está com o melhor time. Com todo o respeito ao nosso Presidente Nelson Justus, mas o Coxa está melhor hoje.

Sr. Presidente, V. Exa. foi Secretário da Indústria e Comércio do Paraná, o senhor não fez nada por aquilo que está sendo feito no dia de hoje para a Cidade de Ponta Grossa e para os Campos Gerais. As indústrias que o senhor ajudou a trazer, Presidente Nelson Justus, tudo é porcaria perto do investimento que chega à Ponta Grossa, que estava sendo anunciado no Jornal da Manhã de ontem: *Aeroporto internacional de cargas. Dez mil empregos diretos e 100 mil empregos indiretos.*

Sr. Presidente, o que V. Exa. fez como Secretário de Estado é fichinha perto do que esse aeroporto vai trazer para Ponta Grossa. No jornal está o empresário Edson, que é o Presidente da Companhia Aeroportuária do Vale do Tibagi, que anunciou que já temos 400 milhões em caixa, só não sabemos mais quais são as empresas, não é para divulgar as empresas ainda, mas tem 400 milhões em caixa já para começar o aeroporto. E esse aeroporto vai revolucionar o desemprego do Paraná. O Paraná não terá mais desemprego. A região de Ponta Grossa não terá mais desemprego: são 10 mil empregos diretos e 100 mil empregos indiretos. Não sou eu que estou falando, é o jornal, a jornalista Patrícia Moreira Diogo entrevistou o presidente dessa companhia. E aqui ele coloca: 10 mil empregos diretos, 100 mil empregos indiretos.

Presidente Nelson Justus, V. Exa. que foi uma grande Secretário de Estado neste Paraná, o senhor perdeu feio para esses caras aqui. E o senhor tinha o poder na mão. Por que não fez mais? Os caras aqui, em uma única enxadada, 10 mil minhocas ou 10 mil empregos.

Que beleza, Deputados, é a revolução de Ponta Grossa e dos Campos Gerais: 10 mil empregos diretos são gerados, 100 mil empregos.

Não poderia ficar quieto. Como representante da região de Ponta Grossa estou propondo um voto de aplauso, hoje, a esse cidadão e ao Deputado companheiro, aqui, Rangel, que é parceiro dele nesse investimento. É um negócio histórico na vida de Ponta Grossa e dos Campos Gerais.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PTB/PR

Estava vendo que no Aeroporto Internacional de Guarulhos, São Paulo - a minha assessoria entrou agora na internet - que 100 mil pessoas transitam por ele, que liga este Estado a 23 Países e 75 Cidades brasileiras e

estrangeiras. São 370 empresas instaladas, 22 mil empregos diretos e 60 empregos de forma indireta. Tenho que comemorar, hoje, elogiar e aplaudir. Nunca vi uma coisa dessas. Fui por quatro anos Prefeitos e sofri para arrumar 3, 4 ou 5 mil empregos e isso, porque o Presidente Nelson Justus ajudava. Trouxemos as maiores indústrias. Hoje, a Sadia tem 1 mil e 300 empregos; Tetra Pak tem 500; Continental, 100 e poucos e etc. Então, essas grandes empresas têm 5 mil empregos, não mais do que isso.

Quando um cidadão, o Presidente da Companhia Aeroportuária do Vale do Tibagi, diz que vai fazer o maior aeroporto do mundo, com quatro pistas. Ouvi o Deputado Neivo Beraldin falar que estão conseguindo a terceira pista do Afonso Pena, que o Governo vai bancar. Esse negócio do emprego que anunciaram é fichinha, esse aumento do salário-mínimo e porcaria, perto do que vem agora com a geração de emprego desse novo aeroporto. Estou deveras emocionado e quase chorando. Nunca vi na história de Ponta Grossa, na região dos Campos Gerais, um aeroporto gerar tanto emprego. O cidadão que deu a entrevista, o Sr. Édson, disse que o aeroporto vai exigir a contratação de pessoas altamente qualificadas, em função da automação necessária do ramo. Mas se o aeroporto é automático, são máquinas que vão trabalhar. Corrijam-me se estou errado? Então, como é que vai gerar tanto emprego, se vai se à base de máquinas? Calma, Deputado Reni, não caia da cadeira! V. Exa. não se assuste e não fique com ciúmes do nosso aeroporto. O aeroporto de Foz do Iguaçu é fichinha, é um “aerportinho” perto do nosso que vem aí.

Deputado Péricles, V. Exa. que é um lutador por emprego. Cem mil empregos, meu Deus do céu! O Paraná não gera 100 mil empregos. Esperem um minuto. Quero enxugar as minhas lágrimas, porque estou muito emocionado com esse aeroporto.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Permite-me um aparte?

(Assentimento)

Escuto o senhor com respeito. Realmente, “a boca pequena”, muitas lideranças estão falando desse aeroporto.

Quando eu estive com o Paulo Bernardo, no lançamento das casas populares de Ponta Grossa e também na liberação de recursos havia alguns questionamentos de algumas lideranças. Comprometo-me de ajudar nesse caso. Posso falar com o Ministro Paulo Bernardo, com o Prefeito de Ponta Grossa, para fazer um debate amplo no seu programa, que é muito ouvido ou em outro, sobre essa questão do aeroporto, porque achei estranha essa matéria, onde empresários têm, parece que, 400 milhões para investir, mas não se pode dizer o nome do empresário. Acho que temos que debater com mais profundidade, para que tenhamos uma clareza do que se trata esse aeroporto para a nossa Cidade.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado, Deputado Péricles.

Queria trazer esta notícia para comemorarmos juntos porque é a revolução aeroportuária do Estado do Paraná. Nenhum Governador que passou, que já morreu, que virá ainda vai gerar tantos empregos como esse aeroporto que vai se instalar em Ponta Grossa. Já tem 400 milhões em caixa, só não dá para revelar os empresários ainda porque é segredo de Estado. Está fácil. É só revogar a lei em Brasília que proíbe aeroporto privados. Uma lei não permite isso hoje. Mas, lá em Brasília se resolve fácil, libera para fazer aeroportos. E vamos aguardar porque é uma revolução dos Campos Gerais. O Prefeito de Tibagi já fez até um decreto pegando uma área na Rodovia do Café, a esquerda tem um terreno que já colocaram área preservada para fazer o aeroporto.

Ficamos muito felizes. Estou apresentando essa moção hoje de aplauso a ideia que trouxe o Deputado Rangel e todos nós aprovamos, porque pensamos que é uma coisa que dá certo. E também ao Sr. Edson que é o Presidente da Companhia Aeroportuária do Vale do Tibagi. Vamos torcer que tudo isso aconteça, este é um ano de eleições, mais fácil das coisas acontecerem. Depois desse aeroporto de Ponta Grossa, na região dos Campos Gerais, o aeroporto aqui do Afonso Pena vai até fechar.

Tem o número de quantos aviões vão descer. Diz aqui: queremos suplantarmos em 10 anos o IDH da Capital, no que se refere a aviões, aumentando a qualidade de vida da população. Segundo o cidadão que está aqui, vamos ter capacidade de 750 mil pousos e decolagens por ano; 2 mil diários ou 83 voos por hora. Está aqui no Jornal da Manhã. Sr. Presidente, imagine se o senhor encontra essa forma de inventar a roda de novo? Certamente. V. Exa. não seria o Presidente da Assembleia hoje, seria o Presidente do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Stephanes Júnior.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Queria abordar dois temas. Um falar sobre aquilo que ocorre no Paraná. O MST, para variar, neste final de semana invadiu terras aqui no Paraná, pequenas e produtivas, mas por questões pessoais. Normalmente ele destrói as propriedades que invade, faz cárcere privado, explora as pessoas humildes, os seus líderes como massa de manobra. Dessa vez foram invadir a fazenda no Município de Ponta Grossa de um Tenente-Coronel aposentado da Polícia Militar, que é o Valdir Copete Neves, porque ele como uma pessoa da Polícia Militar que sempre combateu esse movimento, então decidiram invadir as terras dele. Isso mostra como esse movimento age e como ele é perigoso, e como ele é algo manipulado ideologicamente por partidos políticos. O que é muito ruim.

A reforma agrária se faz, ajudando o pequeno agricultor para que seu filho fique no campo. Você ajuda

alguém que tem vocação, que tem conhecimento e tem até um pouco de maquinário, mas que não tem capital para comprar a sua terra e produzir alimentos. Incentivando o pequeno agricultor você faz a reforma agrária. E a reforma agrária hoje, não é mais como em 1900 como as pessoas pensam que você dá uma enxada e a pessoa produz. Não. Requer conhecimento, vocação, estudo de mercado, é muito diferente disso. Isso só prejudica o Brasil. E para variar fazem as coisas agora do lado pessoal.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Vi alguns Deputados comentando da visita da Ministra Dilma e fazendo analogias a respeito de que vai polarizar a campanha, que estão empolgados. É muito bom que estejam empolgados. Mas o Brasil não merece isso. O Brasil não merece uma Dilma Rousseff, alguém que assaltava bancos, que sequestrava o pequeno empresário para exigir resgate para pagamento de dívidas, para comprar armas. Isso não é o que o Brasil precisa. O Brasil precisa de um estadista, de uma pessoa com outro tipo de visão. Não vou nem defender candidato A ou B.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Entendo que o senhor pode ter o seu candidato, eu tenho a minha candidata. Mas o senhor coloca coisas, por exemplo, que ela foi terrorista, coisas de um passado negro, do regime militar.

Ontem vi uma reportagem na televisão, o Presidente eleito do Uruguai foi uma das principais lideranças do grupo os Tupamaros. parecia toda uma história como eles agiram, fugiram da prisão. Acho inclusive que essas pessoas foram anistiadas. Esse não deveria ser um motivo elencado no debate político para denegrir a imagem de uma pessoa como a Dilma.

Sobre a fazenda em Ponta Grossa, gostaria também de colocar algumas questões. Esse é um debate complexo, profundo. Já existe uma ocupação perto daquela terra, o MST questiona a propriedade daquela terra, o MST acha que foi grilado pelo Coronel. O Coronel foi condenado recentemente pela Justiça paranaense por contratar milícias criminosas e por fazer uma série de crimes, plantar drogas para as pessoas, mentindo para a sociedade. Não é bem assim. Acho que as coisas tem que ser discutidas em profundidade. Um dia vou subir para colocar com mais profundidade essa questão. O senhor coloca só um lado da coisa, tem que colocar os dois.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Te dei espaço para isso, mas não concordo com nada. Essas ideias são muito atrasadas. Ou seja, você não pode porque no Uruguai elegeram um guerrilheiro, aqui querer a mesma coisa. O Brasil tem outra dimensão. Acho que o brasileiro não merece isso. Tem muita gente

preparada, muita gente com boas ideias, bem intencionadas para dirigir esse País.

Não alguém que fazia isso, sequestrava o pequeno empresário, pedia dinheiro para a família, para pegar esse dinheiro e dar para a guerrilha. Por exemplo: Vou assaltar um banco, ou a casa de um, do Ademar de Barros, o Prefeito de São Paulo, na época, para conseguir recursos. Não é assim, isso não é exemplo para nada.

A anistia aconteceu? Aconteceu a anistia. Sou a favor, igual ao pessoal do PT, tem que acabar com a anistia. Tem que colocar quem torturava, porque sequestro para mim é uma tortura. Ser sequestrado, maior tortura que essa não existe. Quem sequestrava pessoas, tem que acabar com a anistia, tem que ir para a cadeia. Isso inclui quase todos os líderes do PT.

Então, sou a favor, isso não pode ser uma coisa rotineira, ou realmente prescrever. Acho que a anistia, quem torturou, e sequestro é um tipo de tortura, não pode continuar livre e impune.

Na realidade era essa a mensagem que eu queria passar a respeito do MST, a respeito do futuro do nosso País, do que aconteceu no Paraná.

Concedo um aparte para o Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Parabéns pela sua atitude, V. Exa. tem um coração gigante, mas por outro lado quero dizer também a V. Exa.: vai ser um orgulho este País ter uma guerrilheira comandando o País. Uma guerrilheira que nos tempos da ditadura enfrentou os que matavam, assassinavam. Uma guerrilheira para colocar ordem nos caras.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Isso não serve para nós não. Pelo menos para mim, não. Mas, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Enio Verri.

Deputado Enio Verri (PT)

O SR. ENIO VERRI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Quero dizer que é um prazer estar de volta a esta Casa. Hoje três anos como Secretário de Estado do Planejamento, estou aqui de volta para poder contribuir junto com esse qualificado Plenário, os grandes debates sobre o Estado do Paraná. Espero poder estar à altura desta Casa, à altura do nível do debate que se apresenta aqui, às vezes tão complexo. Espero poder contribuir com ele.

O segundo aspecto, quero dizer que o motivo que me fez antecipar a saída da Secretaria de Estado do Planejamento, fui eleito pelo PT como Presidente Estadual deste partido. Nesse sábado passado, contando com a presença das lideranças do Paraná todo, além também dos nossos Ministros, do chefe de gabinete do Presidente Lula, Gilberto Carvalho, em especial da Ministra Chefe da Casa

Civil, Dilma Rousseff, tomamos posse. Uma festa muito bonita, festa da esperança, uma festa de trabalhadores, que não só estão muito satisfeitos com o que está acontecendo neste País, mas olham para frente e falam: “Neste País o futuro está sendo construído a todo instante”.

Não é mais aquele País, onde uma elite dirigia, uma elite se preocupava só com os lucros do grande capital, só com os interesses de alguns setores, mas é, de fato, um Governo que se preocupa com os movimentos sociais, com o Movimento Sem-Terra, com as centrais sindicais, como estavam conosco hoje aqui, com todos os setores do campo, com as minorias, com as políticas de gêneros, de raça. Temos hoje um outro País, que esperamos que continue com a eleição da Ministra Dilma, uma mulher com muita coragem, com muita capacidade, que não vendeu sua alma para a burguesia. Não nasceu em berço de ouro sendo filhinha de papai, se entregando aos interesses do capital, mas tem um compromisso, de fato, com os trabalhadores deste País. Não é uma pessoa de discurso fácil, mas é uma pessoa que mostra, na história da sua vida, a luta de quem quer ter um País cada dia mais justo, mais fraterno e mais igualitário.

Mas quero perder o meu tempo, também, para dizer sobre uma reunião muito importante que a Ministra Dilma fez com todos os Prefeitos do Paraná, onde antecipou o que vai ser o PAC-2.

E mais, como também na intervenção do nosso Líder Luiz Claudio Romanelli e também do Deputado Jocelito Canto já havia informado na semana passada, reuniu-se com os Municípios que foram atingidos por esta grande tempestade aqui no Estado. Os 31 Municípios, foi colocado pela Ministra, terão atendimento especial. Esses Municípios, por determinação dela, tanto o Ministro Reinhold Stephanes como o Ministro Paulo Bernardo, trarão toda a estrutura do Governo Federal, desde que esses Municípios tenham acertado a burocracia aqui na Defesa Civil do Governo do Estado, e todos assumiram que sim. Nesta reunião, onde estavam além da Ministra, os Ministros, os Prefeitos, e o Deputado Jocelito Canto junto comigo, ficou acertado que a estrutura do Governo Federal virá para cá, vai reuniu-se o mais breve possível com todos os Prefeitos, para liberar recursos de forma imediata, além de uma coisa óbvia que ela já havia assumido antes, que é a liberação do FGTS também. Isto já está garantido.

Tive oportunidade de intermediar, naquela última etapa onde foi o nosso Noroeste atingido, ali em Querência do Norte, Alto Paraná, até aqui o Vale do Ivaí, conseguimos, no final do ano, liberar valores substanciais: 1 milhão e meio para Querência; quase 1 milhão para São João do Ivaí; Amaporã, 500 mil; tivemos condições de intermediar que esses recursos já estão garantidos para esses Municípios por conta da tempestade anterior. E agora, acredito que mais um mês esses Municípios terão

acesso a recursos para que possam recuperar-se dessa tragédia que os acometeu.

Um outro aspecto que gostaria de colocar é sobre este documento que foi entregue hoje, que é sobre a política do salário-mínimo. Queria me prender a dois dados: o primeiro, a última Revista Exame, do dia 27 de janeiro, tem um artigo chamado: *O mínimo já não é tão mínimo*. Neste artigo, que na verdade é uma coluna, os jornalistas fazem uma observação sobre o quão é importante a postura retrógrada, ultrapassada, já vencida, de que salário alto causa inflação. Primeiro, por uma continha simples. Primeiro vem a inflação, depois o aumento do salário. Óbvio. Se tem uma inflação, o trabalhador perdeu seu poder aquisitivo, vem o reajuste, ele recupera seu poder aquisitivo. Portanto, o reajuste de salário, por mais justo que seja sempre chega atrasado. Primeiro os preços sobem para depois o salário subir. Esta é uma primeira constatação.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Outra: nosso País, nosso Estado, até pela maneira como foi dirigido pelos Governos anteriores, tanto do Governo do Paraná como deste País, sempre arrocharam os salários, sempre diminuíram os salários dos servidores públicos e da iniciativa privada, porque é muito mais fácil. Quando você tem uma situação de crise, com uma lei só você segura o salário de todo mundo, enquanto as outras variáveis econômicas, é bem mais difícil.

Está aqui, numa revista que não tem nada a ver, um campo democrático, um campo da Esquerda, está muito claro que o que fez este País desenvolver, o que fez a distribuição de renda ser mais justa foi o aumento real do salário, foi o aumento do poder aquisitivo da população. A população, hoje, gasta mais, consome mais. Ela pode ter sua motocicleta, comprar um carro, uma geladeira, uma televisão. Ela pode ter sua casa. Isto, quem construiu foi este Governo, altamente comprometido com o povo brasileiro. E aí tem a mensagem que nosso Vice-Governador Pessuti trouxe hoje. Uma proposta que mostra números muito interessantes. Primeiro, traz uma proposta de imediato, para que esta Casa vote. E peço o voto a favor, de um projeto que, de novo, aumente o poder real dos nossos trabalhadores, que não estão organizados em sindicatos. Segundo, traz uma PEC que permite que os trabalhadores possam ter a certeza de que, indiferente do próximo Governo, qualquer que seja, a correção do seu salário será garantido. Isto foi revolucionário no Brasil e vai ser revolucionário no Paraná.

Um outro aspecto importante é este papo de que o salário-mínimo apresentado é muito alto e é injusto. Senhoras e senhores, não é verdade. Estou com um dado interessante que coloquei para a imprensa e quero repetir para esta Casa. Vou pegar o setor técnico, o setor médico, que é o maior índice de salário. Estamos propondo um salário-mínimo regional de R\$ 765 para os trabalhadores do Grupo 4, que são técnicos de nível médio.

Fizemos uma pesquisa pegando o salário médio e admissão, de janeiro a novembro do ano passado, e o salário médio de admissão é de R\$ 922, ou seja, hoje no Paraná nenhum trabalhador de nível médio entra no emprego ganhando menos de R\$ 922, e nós propomos um salário de R\$ 765, mostrando que, primeiro, estamos apenas coordenando o mercado para um política salarial, segundo, o mercado já pratica preços superiores a esses e, em terceiro, isso aqui é um grande instrumento para o movimento sindical, para que a CUT possa usar isto aqui como base mínima para negociação com as categorias.

Falam do salário-mínimo de quem trabalha no campo, um salário de R\$ 663. Gente, nenhum cortador de cana da região de Campo Mourão, Maringá, Paranaíba ganha menos de R\$ 900 por mês, porque ele tem o salário-mínimo de ingresso na carteira e mais a produtividade, do que ele corta de cana. Hoje um cortador de cana, na Região Noroeste do Estado, passa de R\$ 1.000 por mês e nós estamos propondo um salário de R\$ 663. É uma política como essa que impulsiona o mercado, é uma política como essa que permite a justiça social e essa política aplicada há sete anos no Brasil e há quase quatro anos no Paraná, que faz do Paraná um modelo de enfrentamento à crise dentro do Brasil e faz do Brasil um modelo de enfrentamento à crise no mundo. Acho que é esse o passo. Vamos avaliar isto aqui, vamos discutir e, principalmente, vamos aprovar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Horário da Liderança:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário da Liderança do PMDB, com a palavra o Deputado Cleiton Kielse.

Liderança do PMDB: Deputado Cleiton Kielse

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna novamente falar de dois assuntos, que interessam e muito à sociedade paranaense e à sociedade brasileira. Mas, não poderia deixar de iniciar a minha fala simbolizando como conheci essa pessoa e como passei a respeitá-la a partir de um copo de água. Um copo de água que estava na mão, lá em Tunas do Paraná, em 1922, quando ela explicava que uma porção de açúcar e mais uma pequena porção de sal poderiam salvar uma criança. E eu ainda muito jovem, sem me identificar, fiquei observando os procedimentos de carinho que ela dedicava às mães que estavam lá, aos pais que estavam lá, mas principalmente a quase 300 crianças que estavam rodeando essa senhora, com quem com muito orgulho criei uma amizade, criei um vínculo que, como falei para a Deputada Cida Borghetti, nunca toquei no nome dela aqui, mesmo com a sua autorização. Fiz uma amizade muito grande com a Dra. Zilda Arns.

Essa senhora que estava em Tunas do Paraná, com toda a simplicidade do mundo, sem nenhuma segurança e com apenas uma menina dirigindo para ela o seu próprio carro, porque ainda não tinha o carro da Pastoral da Criança, - exemplificava para o primeiro Prefeito daquela Cidade de Tunas, o Ademar - e naquele momento ela puxou um pacotinho e começou a dar uma aula sobre a desnutrição, que assolava o Vale da Ribeira, que assolava metade dos Municípios dos Estados do Paraná, mas o exemplo mais forte que vejo é na nossa região do Vale da Ribeira, onde nós chegamos a ter índices de mais de 100 crianças em óbito por 1 mil durante o período de 1980, 1990.

A partir da criação da Pastoral da Criança, que foi em 1983, a Dra. Zilda Arns socorreu milhões de crianças, milhões de mães, milhões de pais que poderiam chegar em casa e ver seu filho no mínimo vivo, e tendo a razoabilidade de ter a confiança de uma mistura de farelo de trigo, de farelo de arroz, de sementes de diversas ordens, de abóbora, melancia, girassol, folhas de mandioca, batata-doce, abóbora, que eram ricas em vitamina B-1, B-2, e mais de 40 outras vitaminas que davam o mínimo de nutrição e tiravam da desnutrição estas crianças.

Estive com ela durante 15 vezes na Secretaria da Saúde, nas várias secretarias que davam apoio na área de assistência social, estive junto com ela e com a Dra. Fani Lerner, confesso aqui, estive com ela ainda com a primeira dama Débora Dias no primeiro momento de mandato, porque não sabia nem o que era ser Deputado em 1991. Estive com a Marlene também, esposa do Governador que sucedeu o Governador Requião; estive com a Dona Maristela, estive com os Secretários da Saúde Cláudio Xavier, agora com o Dr. Gilberto, tratando de diversos assuntos. Mas, eu tive um momento especial na minha vida, e na vida de um irmão que eu tenho, eu posso dizer que é de criação, que é o empresário Demóstenes Albernassi.

Em 2000, Presidente, me convidaram para gravar um disco, um amigo nosso que era produtor. Eu disse: “Não, eu não vou fazer um disco, eu sou Deputado, não tenho tempo para fazer isso”. E me disseram: “Não, você pode escolher a entidade, gravamos por nossa conta”. E nós gravamos esse disco, eu e o Demóstenes para a Pastoral da Criança, 100% exclusividade da renda para a Pastoral da Criança. E a Dra. Zilda insistia: “você pode usar a minha imagem, não use da Pastoral, use a minha imagem de Zilda Arns, que já está há alguns anos nos ajudando”. Isso toda vez eu dizia: “D. Zilda, eu não estou aqui para usar a sua imagem, eu estou aqui para ajudar a Pastoral da Criança, e nunca usar a sua imagem”. E infelizmente, a cerca de 60 dias atrás, quando conversamos com ela pela última vez, quando estivemos com o Dr. Gilberto, aonde ela já teria passado em mais de 50 Países depois daquele primeiro encontro em 1990 para 1991 e 1992 em Tunas, e fizemos uma amizade.

Conseguimos reduzir em nosso Estado uma mortalidade média de 51 em 1990, hoje em alguns Municípios para zero a mortalidade. Tenho Município que eu estou lá há oito anos com zero de mortalidade infantil, materno e materna infantil. Exames de pré-natal, uma correlação de acompanhamentos que eu aprendi com o sofrimento de muitos pais que perderam os seus filhos, e eu sou uma testemunha viva o que é ter quase a perda de um filho pela minha filha que quase perdi, de um problema diferente, decoração.

Mas, a D. Zilda, ela transpirava uma inspiração que abraçamos e que nunca falei sobre ela aqui. E ela dizia que era para eu falar. E eu falava nas reuniões, nos nossos Municípios sobre a Pastoral. Mas há 60 dias eu não sabia o que ela tinha de visão, mas o Dr. Milton Buabissi no dia do falecimento dela falou em libanês: “Maktub.” “Maktub”, é uma palavra que eu não sabia a tradução, mas traduzida dizia, estava escrito que ela não poderia sair desse universo, da concorrência, da busca pelo valor venal, metal, de uma maneira simples, por uma doença, por um atropelamento, por qualquer outra ação do tempo, que pudesse avançar em cima da D. Zilda. Tinha que ter um simbolismo tão grande quanto teve. Uma mulher que nasceu, muitas vezes, porque perdeu uma filha. Estive no velório da filha dela e ela confirmava que tinha doado todos os órgãos da filha. E voltou à mídia pedindo que os outros doassem os órgãos. Pedindo pela sua própria filha que deixou uma filhinha de três anos que morava com ela. Mas a D. Zilda fez muito.

Concedo um aparte para a Deputada Cida Borghetti.

A Sra. Cida Borghetti (PP)

Apenas para colaborar com esse importante pronunciamento que V. Exa. faz, um reconhecimento ao trabalho desta mulher e ficou registrada sua marca pelo mundo afora. Dra. Zilda Arns com sua simplicidade, com sua devoção a Deus, com sua fé, com sua prontidão em atender aqueles mais necessitados pode rolar o mundo. E eu também tive a honra e a oportunidade de acompanhá-la no plenário da ONU em Nova Iorque em 2001. Pudemos participar, juntamente com ela, num congresso importante sobre a criança e adolescente do terceiro mundo. Tive a honra de ser a sua secretária, ajudá-la com o material da Pastoral da Criança onde mulheres do mundo afora estavam ali para escutar o pronunciamento da Dra. Zilda Arns para salvar vidas.

Quero dizer também que Maringá no ano de 1990, teve uma das primeiras cozinhas a produzir a multimistura, naquele momento eu estava Presidente voluntária do PROVOPAR, nosso Prefeito Ricardo Barros pôde fazer uma parceria importante. Acompanhamos várias pesagens na Cidade, onde voluntárias cediam espaços de suas casas humilde ou não para receber crianças que, naquele momento, precisavam da multimistura.

Quero parabenizá-lo pelo brilhante pronunciamento e lembrar aqui desta mulher que também já foi sugerida para o prêmio Nobel da Paz.

Muito obrigada.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Gostaria que todos lessem esse jornal da Pastoral. Estamos imbuídos em dar continuidade a esse sonho que ela deixou em 2005, mas abriu a Pastoral do Idoso, já reascendendo em mais de 100 mil idosos essa vinculação sobrevida com qualidade de vida. Gostaria que ela estivesse viva para poder agradecê-la. Para poder, em nome de todos os Municípios do Paraná, reascender esta chama que não vai apagar nunca, tenho certeza, que é da esperança que ela dedicava e que meu pai, quando ela esteve no Tribunal de Contas, e que hoje também meu pai completa quatro anos de falecimento. Uma homenagem àquele que louvo todos os dias, não só por ser filho de uma pessoa especial, mas por ter sido um parceiro da Pastoral da Criança. Um parceiro que sabia o quanto era necessário, o quanto era o objetivamente uma pessoa como D. Zilda Arns simbolizava a sobrevida e a vida de milhões de crianças.

Passam hoje de 2 milhões de filhos da Pastoral da Criança. Hoje são 2 milhões e 600 mil cadastradas, atualmente coordenadas pela Pastoral aqui de Curitiba. Agradeço a esse empresário que gravou este disco conosco e tivemos oportunidade de doar uma carreta de cestas básicas, à época, para Dra. Zilda, incluindo também as fotos dela, que ela pediu que eu incluísse para que pudéssemos simbolizar.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Kielse, ouço com muita atenção seu pronunciamento e venho me somar a ele, por tudo aquilo que a Dra. Zilda fez à saúde no nosso País, em especial o cuidado que ela teve com as crianças do nosso planeta, tanto é que no dia que perdeu sua vida estava lá no Haiti onde um terremoto acabou assolando aquele País. Quero dizer que apresentei um projeto de lei, nesta Casa, propondo o nome dela como nome do Hospital Regional de Ponta Grossa. É uma homenagem a essa médica Dra. Zilda por tudo aquilo que ela fez ao nosso País e por todos aqueles que ela assistiu.

Obrigado.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Quero agradecer ao Presidente, a todos os Parlamentares, e continuar pedindo ajuda de todos os Municípios do Paraná. Faleceu a Dra. Zilda, mas nunca vai morrer a esperança que ela plantava, que absorvia e que levava a todos que a procurassem. Eu a conheci e sabia que aquela mulher de olhos doces, mas com uma firmeza na sua alma, faria a diferença. Como dizem, “Maktub”, estava escrito.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Não vou fazer uso do horário do nosso bloco, mas não posso deixar de registrar, depois do pronunciamento do Deputado Cleiton Kielse e a intervenção dos outros Deputados, que já protocolamos junto a esta Presidência e já foi acatado pelo nosso Presidente, no dia 08 de março, dia em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, teremos uma Sessão especial em homenagem à Dra. Zilda Arns, em que gostaríamos, novamente, que todos os senhores e senhoras aqui presente os ajudassem a fazer uma grande homenagem a essa que é, sem dúvida, uma grande mulher. É porque onde quer que ela esteja neste momento, continuará sempre a obra. Não tenho dúvida disso.

Então, no dia 08 de março, Deputada Cida, Deputada Beti, Deputada Luciana, todas juntas faremos uma grande homenagem a essa mulher, homenageando também as outras líderes da Pastoral da Criança, que continuassem esse brilhante trabalho.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Democratas. Bloco PSB/PRB/PV.

(Declinam).

PPS. Com a palavra o Sr. Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Todos sabemos que hoje está começando o ano letivo aqui no Brasil. Os alunos retornando às escolas, os professores também. Então, quero aproveitar este horário do nosso partido aqui, para desejar a todos os professores um excelente ano letivo, que seja um ano bastante produtivo. Hoje, vimos aqui um trabalho do Governo com relação a um projeto de aumento de salário-mínimo regional, vamos ver se o Governo terá a mesma sensibilidade de valorizar os professores.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tenho visto o Governo Federal veicular todo dia, em horário nobre, a propaganda em rede nacional incentivando a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais no ensino regular. Isso é muito bonito na teoria. Colocar um aluno que tem necessidades especiais junto com os demais alunos é bonito na teoria. Agora, na prática, para quem conversa com os professores, e eu tive o privilégio de ser professor, tive o privilégio de ser professor, na prática, colocar o aluno que tem necessidades especiais junto com os demais alunos e às vezes em salas superlotadas, na prática não funciona.

Quero reiterar aqui que, na minha opinião, o Governo Federal não está fazendo, isso não é correto. Se conversar com os pais dos alunos, eles não concordam, porque o aluno que tem necessidade especial o nome já diz: necessidade especial, ele tem que ter um profissional especial para que possa cuidar com mais carinho, com mais atenção e possa fazer desse um grande cidadão. Então, as APAEs, têm contado com profissionais capacitados, diretores preparados, pessoas especializadas para cuidar com muito carinho das pessoas que precisam e que têm necessidades especiais. Não dá para imaginar que o Governo Federal ainda insista em querer colocar os alunos que têm necessidades especiais, com os demais alunos da escola pública, às vezes salas lotadas. Então, não tem como imaginar.

Temos um projeto de lei, e como hoje estão começando as aulas, o nosso projeto de lei coloca a seguinte lei: “Fica vedada pelas instituições de ensino Paraná, a cobrança da taxa de material de ensino de uso coletivo”. Temos percebido e agora aconteceu novamente, às vezes o material que vai ser utilizado por todos os alunos tem empresas na área da Educação que estão cobrando. E o nosso projeto é para que não seja cobrado. Então, esse projeto está aqui há um ano na Assembleia Legislativa, quero só pedir a atenção da Presidência para que possa colocar em votação esse projeto, que é de nossa autoria, Projeto de Lei nº 035/09. Tenho certeza que isso vai ajudar muito os pais de alunos e alunas, porque chega nessa época o custo do material escolar é muito alto e além do custo do material escolar, tem mais os impostos e para as famílias fica muito alto arcar com esse custo. E aí acaba arcando, inclusive, com o custo de material de ensino de uso coletivo.

Gostaria de comentar, aqui, sobre a vinda do nosso Vice-Governador hoje à Assembleia Legislativa. Esteve dias desses o Governador, falou, fez seu pronunciamento. E quem ouve o Governador, ele tem uma capacidade de comunicação invejável, realmente consegue ter uma ótima comunicação com a população. E quem ouve o Governador imagina que o Paraná não existia antes dele ser Governador: está mil maravilhas, está excelente o Estado do Paraná, na visão do Governador. Ele falou inclusive, de reforma de estradas, só que precisa lembrar ao Governador de Corumbataí a Barbosa Ferraz, pegar um pedacinho de estrada e mostrar para o Governador como está praticamente intransitável. E assim para pegar esse exemplo apenas, eu poderia falar de outros, da falta de segurança, vi aqui que o Paraná vai investir menos de R\$ 1 bilhão em Segurança Pública este ano, no ano passado investiu mais. Está perdendo para São Paulo que investiu 10 bilhões e este ano vai investir 11 bilhões em Segurança Pública. Rio de Janeiro investiu 4 bilhões e este ano vai investir 4 bilhões e 200 milhões em Segurança Pública. O Paraná investiu o ano passado 1 bilhão, mais de R\$ 1 bilhão e este vai investir R\$ 843 milhões. Está investindo menos em Segurança Pública no Paraná.

Agora tem a discussão da PEC dos policiais militares e o Presidente já falou conosco que vai colocar em votação. Isso, segundo o próprio Governo vai trazer despesa. Vamos votar favoráveis para melhorar o salário dos policiais militares no Paraná. Porque queremos que melhore a Segurança Pública. Não tem como melhorá-la, senão melhorarmos também as condições de trabalho e salário dos policiais, tanto militares, quanto civis.

Ouvindo o Governador, quero deixar claro que o Paraná não é aquele Estado, conforme ele colocou. Tem pontos favoráveis? É claro que têm muitos a serem destacados, à questão da pequena empresa, o apoio que o Governo tem dado. Sou favorável a isso. Já votamos projetos beneficiando isso. Não dá para imaginar que seja tudo às mil maravilhas. Destacaria as questões da Segurança Pública e das estradas do Paraná, que precisam de apoio. Há outros que não vou destacar agora e vou deixar para as próximas oportunidades.

Outro assunto, falando ainda do Governo, que me chamou a atenção. Ele trouxe hoje vários projetos. Veio o Vice-Governador que falou bonito também. Percebi que em anos anteriores esses projetos também vinham para cá, para aumentar o salário-mínimo regional. Achei interessante que lotaram as galerias, de gente de sindicato, da CUT e de outros. Muito bonito! Aplaudiram o Vice-Governador, que vai apresentar um projeto - o Governo já apresentou - para aumentar o salário-mínimo regional. Excelente! Contem com o meu voto. Vou votar favorável. Espero que o Governo tenha a sensibilidade de repassar o mesmo aumento, para os funcionários públicos. Tenho certeza que todos os Deputados aqui vão trabalhar e ajudar para aumentar e melhorar o salário dos funcionários públicos, aqueles que fizeram concurso, para o mesmo aumento que estão dando no índice do salário-mínimo regional. Embora sejam índices diferentes, dependendo da categoria. Só que quem vai pagar o salário-mínimo regional não é o Governo, é a iniciativa privada. Chamamos isso na minha região, de “fazer cortesia com o chapéu alheio.” O discurso do Vice-Governador é que vai pagar o salário-mínimo regional?

Por exemplo, vamos trabalhar para aumentar o salário da empregada doméstica. Ele merece. Quanto melhor o seu salário, melhor a sua família. Também temos que trabalhar para aumentar o salário da professora, que vai pagar o salário da empregada doméstica.

Vi hoje a TV Educativa, jornalistas, expectativas de assessores, porque o Vice-Governador Pessuti, hoje, deve assumir o Governo. Há muita gente interessada nos cargos futuros de Governo, por algum período. O que queremos são bons discursos, como fez hoje o Vice-Governador aqui. Mas, queremos também na prática, melhores condições de trabalho para os policiais militares, mais policiais militares nas ruas para melhorar a segurança, mais policiais civis, para aumentar as condições da Segurança Pública no Paraná. Porque só discurso não enche barriga. Na prática, quem vai pagar o aumento do salário é a iniciativa privada e não o Governo.

Quando o Governo mandar no dia 1º de maio o aumento, ele poderia mandar também o aumento considerável para os funcionários públicos. Porque sempre o Governo, os anteriores, aumentou o salário do funcionário público, menos do que ele aumentou para a iniciativa privada pagar. Queremos que o funcionário público, também tenha o mesmo respeito que o Governo está dando para a iniciativa privada pagar, inclusive com algumas correções, porque se em anos anteriores o funcionário público recebeu menos, agora teoricamente deveria receber mais.

Essas são algumas das considerações que fazemos, Sr. Presidente, lembrando que é muito importante, gostaríamos que o Vice-Governador retornasse aqui quantas vezes quisesse, quando for Governador na posse, ele possa vir aqui falar dos seus projetos. Torcemos que faça um bom mandato, que respeite a população com sinceridade. Mas, precisa melhorar. Alguns exemplos das estradas que falei, precisa dar uma melhorada. A questão da Segurança Pública, a questão da Saúde. Temos visto pessoas reclamarem que é culpa do Prefeito, que está faltando remédios no posto de saúde. Aí tem aquelas filas, vai fazer um exame e “mas, é culpa do SUS”. A população não quer saber de quem é a culpa, quer saber que o Governador, eleito pelo povo, resolva os problemas. Que o Prefeito, o Deputado que foi eleito cobre as soluções para os problemas.

Esta é a nossa missão aqui na Assembleia Legislativa, estar atento aos discursos do Governador, do Vice-Governador, para que eles possam além de falar bonito, possam cumprir com os compromissos.

A minha região ainda carece da Estrada Boiadeira, só lembrando de promessas de Governo, que vão à época da eleição e dizem: “Oh, podem contar comigo, essa estrada vou mandar fazer, vai sair e tal”. A primeira ameaça que a estrada tem de ser construída está lá um grupo de pessoas tirando fotos, estourando foguetes, etc, e nada aconteceu. A estrada está lá que é só buraco, estrada de chão, difícil de passar até a cavalo, que dirá de carro. Culpa de quem? Dos Governos, destes e dos anteriores, tanto estaduais como federais, porque não fizeram a estrada.

Este ano é ano de eleição. Muitos políticos mudam a postura, passam a ser bonzinhos, pegar criancinhas no colo, falar bonito, prometer, vender esperança e cadê as obras que prometeram lá atrás? Por que não fizeram? Prometeram que a Segurança Pública seria a melhor do mundo e está sendo uma das piores. E não é por falta de trabalho dos policiais militares e civis. Eles trabalham e muito. É por falta de apoio do Governo, de contratação de policiais. Nem requerimento o Governo do Estado responde sobre a Segurança Pública. Precisamos entrar na Justiça, para conseguir buscar as informações porque o Governo deve estar com medo de responder. Ou não tem o que responder.

Olha um dado: violência com 197 mortes, da Região Metropolitana de Curitiba. Tem o mês mais violento em dois anos. Por falta de Segurança Pública.

Então, Sras. e Srs. Deputados, acho muito bom receber o Governador aqui, o Vice-Governador, os assessores, secretários. Fazem um bom discurso. Mas, na prática não está acontecendo tudo o que eles falaram. Estão deixando a desejar.

Não respondem requerimentos, as estradas não estão mil maravilhas que eles sempre criticam o Governo anterior, só que eles estão deixando a desejar. Só na minha região várias estradas com problemas. De novo, Corumbataí do Sul a Barbosa Ferraz, estrada pequena, mas que intransitável. Poderia citar outros exemplos? Quem vai de Terra Boa a Araruna, de Araruna para Campo Mourão e assim por diante. As pedagiadas, não preciso nem falar. Pedágio não baixou e não acabou, pelo contrário, aumentou. E tudo isso foram promessas de campanha lá atrás. Agora, vem de novo com candidaturas, para salvar o mundo e fica só no discurso. Fala bonito, mais infelizmente fica só no discurso.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo. Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em primeiro lugar Deputado Douglas Fabrício, reconheço que o senhor tem ao longo desses anos sido um crítico do Governo e de forma coerente faz uma oposição sistemática. E faz sei lá porque. Sinceramente não consigo reconhecer na sua base eleitoral uma crítica tão contundente, até porque as estradas da sua região estão em bom estado de conservação. Aliás uma dívida que o Governo Federal tinha conosco, porque o Governo do Paraná vinha fazendo a manutenção da rodovia que liga justamente Campo Mourão até a Cidade de Gurapuava, o Governo Federal depois de tantos anos está fazendo a recuperação da rodovia e de outras rodovias também.

Então, acho que V. Exa. ainda em outra região, que não a da COMCAM ou do Noroeste do Paraná. Penso que muitas vezes a sua crítica, é uma crítica fruto de um discurso oposicionista, porque não é real. Sabemos que temos problemas nas rodovias e o Governo está investindo esse ano 250, poderá investir até R\$ 350 milhões. Pegamos essas rodovias completamente destruídas, só com o pedágio, que foi um presentão que foi dado para as concessionárias. Agora, infelizmente quero dizer o seguinte: o seu discurso não se sustenta, porque sabemos que temos problemas.

Na área da Segurança Pública, sabemos que temos que promover reajuste salarial. Se um policial militar hoje ganha no mínimo R\$ 1 mil e 800. Sabe quanto ganhava um policial militar quando nós assumimos o Governo? Setecentos reais. temos que avançar muito. Mas, era uma época em que a Polícia tinha que emprestar álcool na Sabará Álcool do Ricardo Rezende para fazer rodar as viaturas que estavam caindo aos pedaços. Hoje não falta viatura e nem combustível, porque a Polícia está hoje trabalhando com dignidade. Temos hoje um sistema, tínhamos no Paraná em janeiro de 2003, 15 mil presos. Hoje temos 30 mil pessoas que foram retiradas do convívio. Dobramos a população carcerária. Isso é resultado do trabalho policial, da Polícia Civil e da Polícia Militar. Não dá para vir aqui e dizer a Polícia não trabalha, a Polícia isso, a Polícia aquilo. A Segurança Pública do Paraná é um problema? É um problema. Mas, não vamos falar em casos aqui, porque os delegados de Polícia estão trabalhando, a Polícia Civil está trabalhando, os policiais militares levantam todo dia e expõem a sua vida, o risco para combater a criminalidade.

Se temos os problemas das drogas, temos os problemas das drogas que é um problema grave do nosso tempo. Mas, não vamos aqui também querer colocar na lata do lixo o trabalho que é feito por profissionais qualificados da Polícia do Paraná. Acho que V. Exa. deveria fazer a crítica e faça a crítica, mas faça fundada na vida real. Faça os comparativos. Temos um processo de construção da realidade em que nós vivemos que é dialético. V. Exa. faz um discurso que não se sustenta. Inclusive da sua região.

O Vice-Governador Orlando Pessuti usou essa tribuna com propriedade para trazer a esta Casa a proposta da renovação do piso regional de salários. É uma forma proposta ousada, no momento em que o Paraná volta a crescer de forma sustentada, volta a crescer baseado naquilo que estamos fazendo, da nossa política fiscal, que dá tranquilidade para o setor produtivo trabalhar. Ao mesmo tempo, os estudos que foram realizados para ter um instrumento normativo, o mês de transferência de renda. É para isso que serve o piso.

As categorias profissionais, muitas inclusive já estão deixando de fazer convenção coletiva de trabalho, porque hoje, Deputado Enio Verri, temos que reconhecer, o efeito do piso é tão importante na economia e na distribuição de renda para o trabalhador que, muitas vezes, um sindicato patronal é tão forte que de certa forma ele coage os sindicatos dos trabalhadores. O que tem acontecido? O sindicato dos trabalhadores descobriu o seguinte: é melhor não fazer a convenção coletiva de trabalho e deixar que o salário do piso da categoria seja regulado pelo piso regional do salário-mínimo.

Por isso que é muito importante votarmos. Os estudos V. Exa. vão verificar e queremos fazer sim, vamos fazer a Audiência Pública para que possamos demonstrar claramente, cabalmente, o quanto é importante, como é que o piso esta alterando a realidade da renda do trabalhador paranaense. Por isso que temos que avançar.

Fez muito bem o Vice-Governador vir aqui e vermos todo o movimento sindical aqui presente. A Assembleia recebeu com alegria centenas de pessoas aqui hoje, justamente demonstrando a unidade do movimento sindical a favor desta proposta que é absolutamente fundamental para superar essa profunda desigualdade social da distribuição de renda que temos no Estado do Paraná.

Queria fazer um alerta às Sras. e Srs. Deputado e aos Prefeitos e Prefeitas do Paraná. O Deputado Durval Amaral, que não está aqui neste momento no plenário, mas ele comigo e junto com o Procurador-Geral do Estado do Paraná, o Carlos Frederico Marés Souza, estamos discutindo se havia necessidade ou não, face à Emenda Constitucional nº 062, que foi promulgada pelo Congresso Nacional em dezembro, se a Assembleia teria que votar uma lei para regular a nova modalidade de pagamento dos precatórios no âmbito do Estado do Paraná. Chegamos à conclusão que não, que por decreto o Poder Executivo pode regular o tema.

Mas o alerta, Presidente Nelson Justus, que quero fazer, Deputado Teruo Kato e demais Deputados que têm uma base municipalista, é de alertar os seus Prefeitos. Os Municípios vão ter que editar um decreto para definir qual vai ser a forma de pagamento que eles vão poder escolher. São duas formas: ou o Município vai dizer anualmente “vou retirar 1,5% da minha receita corrente líquida para pagar os precatórios atrasados. Ou vou pagar 1,5% por ano desse estoque de dívida.

Porque senão sabe o que vai acontecer, Sr. Presidente? Se o Município não definir por decreto, até o dia 9 de março, qual é a forma de pagamento, o dinheiro da sua conta para pagamento de qualquer conta, do pessoal, do que for, poderá ser sequestrado por ordem judicial e o Município vai perder o dinheiro se ele não regular a forma de pagamento.

Inclusive vou mandar a todas as Sras. e Srs. Deputados essa matéria, uma minuta de decreto elaborada pelo Carlos Frederico Martés de Souza, da Procuradoria, como Procurador-Geral do Estado do Paraná, grande doutor e professor na área de Direito, e por mim e pelo Deputado Durval Amaral - Presidente da Comissão de Justiça, que é indiscutivelmente um dos mais brilhantes advogado desta Casa, profissional na área de Direito, tributarista, é um tema absolutamente importante.

Quero chamar a atenção dos Prefeitos e, claro, dos Deputados que aqui estão, porque até o dia 9 de março, Prefeita ou Prefeito tem que editar o decreto. A minuta do decreto vou colocar no meu site, www.luisromaneli.com.br. Também quero conversar com a Assembleia Legislativa para colocar a minuta do decreto, mas mais do que tudo é importante que se possa, de fato, tratar do tema. Os Procuradores e Diretores Jurídicos dos Municípios têm que se aprofundar sobre o risco de perder dinheiro a partir do dia 9 de março. Tem que regular: ou paga 1,5 da receita corrente líquida ou paga 1/15.

Na verdade, o tema é complexo, porque haverá dois tipos de precatórios: 50% para pagamento de precatórios em ordem cronológica e 50% que vier a ser feito, no caso quando o Município faz um leilão para, de fato, pagar menos ainda em relação aos precatórios.

É um tema complexo, mas vou dizer, absolutamente importante para chamar a atenção. O Poder Executivo Estadual já vai regulamentar a matéria, via decreto, mas as Prefeitas e Prefeitos também têm que regulamentar, porque poderão perder o dinheiro, via sequestro, da sua conta corrente.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado pela tolerância. Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados, pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Parabéns pelo aviso. O alerta, realmente, é pertinente. E é importante que os Srs. Prefeitos, e em especial os Srs. Deputados, alertem as Prefeituras para este fato.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 003/10, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei propondo reajuste anual dos valores dos pisos salariais do Paraná, a vigorar a partir de 01/05/10. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Sobre a mesa, Mensagem nº 007/10, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando Proposta de Emenda Constitucional, visando incluir artigo 140-A, assim como seus parágrafos 1º e 2º. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Pedro Ivo, constante do expediente, comunicando que, por deliberação dos Deputados do Partido dos Trabalhadores, passará a responder pela Liderança do PT nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de resolução de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 06 (seis), de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 06 (seis), de autoria do Deputado Elton Welter, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 528/08, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que institui a Semana de Conscientização do Doador de Medula Óssea e estabelece prioridade no atendimento aos doadores em todo Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. COM EMENDA DA CSP. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CSP. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 613/09, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que proíbe a venda a menores de 18 anos a exposição pública de revistas, jornais, DVDs, CDs e cartazes em bancas, livrarias, locadoras de DVDs, CDs ou congêneres que comercializam com conteúdo erótico ou pornográfico. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDMCA. COM EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 702/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que denomina de Colégio Estadual Renascença Padre José Junior Vicente - Ensino Fundamental e Médio, situado no Município de Renascença. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 097, de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 702/07.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 564/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, institui a Semana Anti-droga nas Escolas Públicas e Privadas no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 638/09, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que institui o Dia do Ecumenismo no Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 694/09, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de utilidade pública a vez - Instituto UNIBRASIL para o Desenvolvimento da Ciência e Cultura, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 696/09, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, que declara de utilidade pública o Conselho dos Movimentos e Entidades Sociais de Apucarana - COMES, com sede e foro na Cidade de Apucarana. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 520/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que institui o selo de qualidade turismo no Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CIC. **Aprovada. (Publ. no DA nº 081/07, de 16/07/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 520/07

P A R E C E R :

Do Projeto de Lei

O Projeto de Lei nº 520/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, tem por escopo instituir o Selo de Qualidade Turismo, este será concedido a empreendimentos com personalidade jurídica que se dediquem à atividade turística no Estado do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça encaminhou ofício ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos o qual não realizou manifestação contrária em relação a matéria do presente projeto, em relação ao ofício encaminhado ao Secretário de Estado do Turismo, este se manifestou favorável a matéria tratada no projeto de lei.

Competência e Previsão Legal

Sobre o primeiro aspecto, vislumbra-se que os Estados detém de competência concorrente para legislar sobre a matéria apresentada, conforme artigo 24, inciso VII da Constituição Federal, vez que, disciplina sobre a proteção ao patrimônio turístico, por se tratar de um patrimônio do Estado.

Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, turístico e paisagístico; (grifo nosso).

No que concerne à competência legislativa, resguarda total prerrogativa da legitimidade estadual para legislar acerca de matéria apresentada, assegurada pela Constituição Federal.

A Lei Federal nº 8078, de 11/09/90, que institui o Código de Defesa do Consumidor, dispõe no artigo 55:

Art. 55. A União, os Estados e o Distrito Federal, em caráter concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, baixarão normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços.

Tais regras consagram constitucionalmente o direito à proteção ao patrimônio turístico.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei apresentado não apresenta nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98.

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade do presente projeto de lei, apresentado através de prerrogativa e competência administrativa parlamentar do Deputado Stephanes Júnior.

Conclusão

No que concerne à legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade do projeto de lei.

Sala das Comissões, em 10/11/09.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 520/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, tem por escopo instituir o Selo de Qualidade Turismo, o qual será concedida às empresas que se dediquem a atividade turística no Estado do Paraná.

A indústria do turismo é, reconhecidamente, um dos segmentos econômicos atuais com melhor desempenho, proporcionando benefícios em todos os níveis. Estatísticas mostram que o turismo mundial cresce a uma taxa média anual de 6% e se destaca como grande gerador de empregos.

No caso específico do Paraná, as qualidades ambientais, ampliadas pela exuberância da paisagem, do conforto climático e das características históricas, capacitam a tornar o Estado em um polo promissor no Brasil. Soma-se a isto a localização geográfica estratégica, tornando o Estado um local ideal para realização de eventos e convenções, principalmente do MERCOSUL.

O objeto do presente projeto de lei, a instituição do selo de qualidade, já foi empreendido em vários Estados do Brasil. Nestes Estados, as empresas de turismo tiveram um aumento significativo na qualidade do serviço prestado e principalmente na fidelização do turista.

O Paraná possui um grande potencial turístico, e ainda terá Curitiba como uma das sedes da Copa do Mundo de 2014. Portanto, a instituição deste selo terá uma grande importância no desenvolvimento do turismo no Estado.

Portanto, em face do exposto, opino favoravelmente à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 08/11/09.

(aa) FERNANDO SCANAVACA - Presidente

JONAS GUIMARÃES - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 224/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que institui que as escolas públicas e privadas conveniadas com o Estado do Paraná, devam dispor de embasamento teórico e prático em ecologia e preservação ambiental. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. e CECECT. **Aprovada. (Publ. no DA nº 046/09, de 11/05/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 224/09

P A R E C E R :

A proposição sob análise, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, institui que as escolas públicas e privadas conveniadas com o Estado do Paraná, devam dispor de embasamento teórico e prático em ecologia e preservação ambiental.

O projeto de lei não visa criar uma nova disciplina mas institui uma filosofia que alcançará todas as disciplinas.

A Secretaria do Meio Ambiente se manifestou nesse sentido destacando a importância do tratamento de tais conteúdos.

A Secretaria da Agricultura também se manifestou favoravelmente.

A Secretaria de Estado de Educação manteve-se silente sobre a matéria.

Por todo o exposto e pela importância da matéria na preservação de meio ambiente equilibrado, verifica-se que a proposição pode seguir seu trâmite regimental podendo ir às demais comissões e ter seu mérito analisado pelo Plenário.

O parecer é favorável à tramitação.

É o parecer

Sala das Comissões, em 30/11/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PROJETO DE LEI Nº 224/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, tem por finalidade instituir que nas escolas públicas e privadas conveniadas com o Estado do Paraná, a disposição de embasamento teórico e prático em ecologia e preservação ambiental.

No mérito o projeto em análise propõe que as escolas do Estado do Paraná, disponibilizem aos seus alunos embasamento teórico e prático a cerca da ecologia e preservação ambiental.

A proposição revela-se extremamente oportuna na medida em que institui em todas as escolas do Paraná, mais um expediente para o acesso a formação e informação a respeito da ecologia e preservação ambiental. Com efeito, a preocupação com a educação ambiental faz-se hoje tão importante quanto outras disciplinas básicas e imprescindível para a formação integral das crianças e jovens, assegurando-lhes o conhecimento teórico e prático necessário à sua postura e intervenção pessoal e profissional diante do planeta, que cada vez mais demanda cuidado e preservação.

No que tange a competência da Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia, verificou-se não haver ao projeto impedimento de qualquer natureza, razão pela qual emite-se parecer favorável. Considerando ainda a manifestação da CEMA e da SEAB, opina-se pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 04/12/09.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente
BETI PAVIN - Relatora

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 463/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que insere no calendário turístico oficial do Estado do Paraná, a Festa do Padroeiro São Sebastião, no Município de Joaquim Távora. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECIC. **Aprovada. (Publ. no DA nº 102/09, de 02/09/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 463/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei visa inserir, no calendário do Estado, a Festa do Padroeiro São Sebastião, a ser comemorada entre os dias 11 e 20 do mês de janeiro. Consoante a justificativa apresentada pelo nobre Deputado, tal festividade reúne inúmeros fiéis, que comemoram com novenas, procissões e missas, onde são distribuídas inúmeras graças e favores.

Fundamentação

Inicialmente, em que pese a matéria abrangida pela proposta legislativa, ora em análise, na qual se pretende a valorização cultural, cumpre à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legitimidade do autor, legalidade, bem como a técnica legislativa utilizada.¹

A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura², sendo, ainda, de incumbência do Estado garantir o pleno exercício

dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais³.

A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa⁴.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas⁵.

Ressalte-se, ademais, que as datas comemorativas de alta significação, para os distintos segmentos étnicos do País, serão fixadas mediante lei⁶, sendo esta de iniciativa, a *exempli gratia*, de qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa. Ainda, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Assim, configuradas a constitucionalidade e legalidade deste projeto de lei, opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

1. Art. 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se sobre todas as proposições quando ao seu aspecto constitucional, legal e jurídico e de técnica legislativa (...)

2. Art. 24, *caput* CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: IX - educação, cultura, ensino e desporto.

3. Art. 215, *caput*, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

4. Art. 190, *caput* da Constituição do Estado do Paraná.
5. DE MORAES, Alexandre. Direito Constitucional. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª ed. pg 808.

6. Art. 215, parágrafo 2º, CF/88. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 463/09

P A R E C E R :

O projeto epigrafo trata da inserção de data comemorativa no calendário turístico oficial do Estado do Paraná.

Esta proposta já foi aprovada na CCJ, atestando sua legalidade e constitucionalidade. Vindo a esta comissão temática, e partindo do artigo 33 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, ora *in verbis*.

Art. 33. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 6º À Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do MERCOSUL compete manifestar-se sobre as proposições relativas a agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo; defesa animal e vegetal, irrigação e insumos sobre proposições industriais e comerciais e sobre subvenções e favores a quaisquer dessas atividades; sobre as proposições relativas ao turismo interno, ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas de outros Estados e do exterior; e, manifestar-se, também, sobre proposições que se refiram ao Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

A partir disso, entendemos que o projeto tende a incrementar o setor do comércio e também por decorrência o setor industrial, haja vista o iminente aumento de visitação por parte de turistas, o que trará por efeito o aquecimento da atividade municipal como um todo.

Por ser assim e mais, por ter a convicção de que iniciativas como esta merecem apoio por esta Casa de Leis, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 08/12/09.

(aa) FERNANDO SCANAVACA - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 646/09, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que institui no calendário oficial do Estado do Paraná, o quarto domingo do mês de outubro como o Dia da Paz entre Torcidas. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 143/09, de 23/11/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 646/09

P A R E C E R :

A proposição sob análise, de autoria do Deputado Caíto Quintana institui no calendário oficial do Estado do Paraná, o quarto domingo do mês de outubro como Dia da Paz entre Torcidas.

Em síntese, a proposição, em um único artigo diz que haverá um dia para celebrar a paz entre as torcidas.

A proposição não diz quais serão as atividades desenvolvidas neste dia e, tampouco, se haverá uma intervenção estatal para garantir que exista a paz entre as torcidas.

De qualquer forma, a proposta pode estimular ações estatais e não estatais com vistas a garantir a paz nos estádios e fora deles.

Sem entrar no mérito da proposição e sem analisar a efetividade da mesma não há obstáculos à sua tramitação regimental.

Por estarem presentes os requisitos formais e legais, o parecer é pela constitucionalidade da proposição, podendo a mesma seguir seu trâmite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30/11/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
TADEU VENERI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 697/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, que declara de utilidade pública a Associação de Cooperação Agrícola dos Assentamentos da Reforma Agrária do Oeste do Paraná - ACARP OESTE, com sede e foro no Município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 151/09, de 07/12/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 697/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Professor Lemos, tem por objetivo declarar de utilidade pública estadual a Associação de Cooperação Agrícola dos Assentamentos da Reforma Agrária do Oeste do Paraná - ACARP OESTE, com sede e foro no Município de Cascavel/PR.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 708/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Associação Comercial e Empresarial de Rio Azul - ACIARA. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 153/09, de 09/12/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 708/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, tem por objetivo declarar de utilidade pública estadual a Associação Comercial e Empresarial de Rio Azul/PR - ACIARA, com sede no Município de Rio Azul e foro na Comarca de Rebouças, no Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, a Associação que se pretende declarar de utilidade pública possui o nome correto de Associação Comercial e Empresarial de Rio Azul/Paraná - ACIARA, consoante o respectivo Estatuto Social. Desta forma, sugere-se a emenda modificativa em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº 708/09

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno essa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Comercial e Empresarial de Rio Azul/Paraná - ACIARA, com sede no Município de Rio Azul e foro na Comarca de Rebouças no Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 070, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, **aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, apenas para dizer que nós concordamos, porque me pareceu extremamente interessante a preocupação do Pastor Edson Praczyk com os surfistas que frequentam o nosso Litoral, que também têm o direito de levar as suas pranchas de surfe quando obviamente utilizam o transporte coletivo. Penso que é razoável isso aqui, e acho que o DER deve e pode rever essa decisão, garantindo aos surfistas que não têm automóvel utilizarem o transporte levando a sua prancha. Ou seja, é só uma questão de adequar à realidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeito.

Requerimento nº 111, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)

Gostaria de agradecer ao nobre colega o voto de congratulações, mesmo porque na verdade acho que teria que se estender a todos os Parlamentares da Assembleia Legislativa, porque o apoio a esse empreendimento, que pode ser muito importante para o Estado do Paraná e para o Brasil, veio de todos os Deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Então agradeço, fico lisonjeado, e também estendo aos nobres Parlamentares de Ponta Grossa principalmente, porque este é um momento importante de união, precisamos nos unir, todos os Deputados, todos os políticos, no sentido de promover coisas positivas, empreendimentos importantes não só para uma região, mas para o Paraná e para o Brasil.

Então, quero agradecer o voto de congratulações e dizer, agradeço ao Deputado Jocelito, mas peço a ele que esse voto de congratulação também se transforme em apoio, porque neste momento é o que todos nós esperamos dos nobres Parlamentares.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu não estava aqui no momento do pronunciamento do Deputado Jocelito Canto, mas vejo agora esse voto de congratulações e posso aqui deixar - até não tenho como não votar a favor de tudo que é de interesse do Paraná, dos Campos Gerais e da nossa Cidade de Ponta Grossa - mas quero dizer que, até o momento, tem ideias, discursos sobre a implantação desse aeroporto na região dos Campos Gerais, mas não posso deixar de votar a favor da iniciativa do Deputado Jocelito Canto, onde faz esse voto a favor da iniciativa que o Deputado Marcelo Rangel apresentou. Mas quero deixar claro, até o momento, de concreto não existe nada ainda; existe sim uma vontade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Estamos entrando para a história do mundo, Sr. Presidente. Hoje é um dia histórico porque Ponta Grossa e os Campos Gerais vão receber o maior aeroporto do mundo. Dez mil empregos diretos, 100 mil empregos indiretos. É uma revolução. E como o Deputado Rangel trouxe aqui na Assembleia e pediu o nosso apoio, e todo mundo assinou, acreditando já nesse grande empreendimento, hoje é dia de revertermos a ele o elogio por conseguir gerar 10 mil empregos diretos e 100 mil empregos indiretos.

Então, temos que registrar nos Anais desta Casa, porque é algo que vai ficar para os nossos filhos e nossos netos. Acreditar, como disse o Deputado Marcelo Rangel, eu sempre acreditei na construção do hospital regional; ele não. O hospital está pronto. Espero que aconteça o mesmo com o aeroporto, que o aeroporto dos Campos Gerais, o maior do mundo, 10 mil empregos, realmente aconteça, porque neste ano de eleição só falta cavalo voar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero questionar à Mesa este requerimento.

O Deputado Jocelito foi à tribuna e, ironicamente, apresenta um requerimento, que é uma moção de aplausos, a um outro Parlamentar desta Casa, com base numa posição que este Parlamentar está defendendo. Os requerimentos, Sr. Presidente, devem obedecer, obviamente, são instrumentos de manifestação do pensamento, mas dirigido ao conjunto da sociedade, ou alguma entidade, ou a outros Poderes que integram o Estado do Paraná. Neste caso, não é possível que a Casa seja utilizada por conta de um debate político havido entre dois Parlamentares que representam uma mesma Cidade e que têm posições divergentes politicamente.

Esse requerimento tem que ser retirado, porque é antirregimental, é fruto de uma ironia feita pelo Deputado Jocelito Canto em relação à atuação do Deputado Marcelo Rangel.

Quero fazer questão de ordem que a Presidência deveria retirar da votação e este Plenário não deliberar sobre este tema, sob o risco de estarmos aqui abrindo um precedente perigoso do ponto de vista que Parlamentares farão requerimentos entre si, e penso que não é o caso. Não tinha visto ainda nenhum requerimento dirigido entre Parlamentares da forma como este requerimento foi apresentado à Mesa.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Encaminho no mesmo sentido que o Deputado Luiz Claudio Romanelli. Esse embate interno não contribui, não

penso que seja regimental, porque ao longo da minha vida pública jamais vi algo parecido. Solicito a V. Exa., Sr. Presidente, que retire, evitando constrangimento entre Parlamentares aqui desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Requerimento nº 095, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Gostaria de registrar que o Zé Leite, proprietário da Rádio Graúna, fez ontem, em Cornélio Procopio, uma festa belíssima, com mais de 20 mil pessoas, com forte apoio de todos os órgãos do Estado e do Município, com a participação de 33 duplas sertanejas famosas deste País que participaram para comemorar os 30 anos da Rádio Graúna da Cidade de Cornélio Procopio. É uma promoção tradicional da Rádio e o povo participa. Parabéns à família Rádio Graúna, especialmente ao Zé Leite, seus filhos, sua esposa, uma gente que dá de si para a Cidade e para a região. Está de parabéns o Zé Leite e a Rádio Graúna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

(Continua a leitura de requerimentos)

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, não vi V. Exa. votar o meu requerimento. Está aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não, nem colocamos para votar. **Retirado de ofício.**

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (Para Encaminhar)

Só para encaminhar, em nome de todos os Parlamentares desta Casa, dos Deputados Luiz Nishimori, Dr. Batista, Enio Verri, Quinteiro, que inclusive esteve conosco no passamento do ex-Prefeito Adriano Valente, ex-Deputado Federal por duas vezes, ex-Secretário, esse advogado pioneiro que chegou na nossa Cidade de Maringá e pode muito contribuir.

O Dr. Adriano Valente foi um dos fundadores da Universidade Estadual de Maringá. Então, fica aqui o nosso respeito à toda população de Maringá que pode tê-lo como Prefeito, um grande Prefeito, idealizador. Por isso Maringá é o que é hoje pela sucessão de bons Prefeitos, passando também pelo Dr. Adriano. Fica aqui a nossa homenagem a toda sua família e ao povo de Maringá.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Requerimentos nºs 072 e 073, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 074, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 082 e 083, de autoria do Deputado Dr. Batista, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 077, 078 e 079, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 071, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 075, de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 076, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 089 e 092, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 093 e 105, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 096, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 108, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 109 e 110, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 9, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - da Proposição n° 071/09

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n° 092, 775/07 e 462/09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 696/09

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 520/07, 224, 463, 646, 697 e 708/09

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 726/07, 464 e 711/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 007/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 6182, datado de 13/05/09, deste Poder,

R E S O L V E :

retificar, os assentamentos funcionais do servidor ANNI-BAL DUMONT, no sentido de corrigir o nível de enquadramento para NBB-03, em virtude de erro de digitação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 26/01/09

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Portarias

PORTARIA N° 145/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n° 619, datado de 28/01/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, a disposição do Governo do Estado a função desta Poder Legislativo, ROSANGELA DE FATIMA HOEBEL DOS SANTOS, matrícula n° 40272, para prestar serviços de assessoramento, junto à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, até 31/12/10, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/02/10.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA N° 176/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n° 173, datado de 19/01/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, a disposição da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, do Estado do Paraná, a funcionária deste Poder Legislativo, LINDAMIR COLONTONIO, matrícula n° 40984, para prestar serviços de assessoramento jurídico, até 31/12/10, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26/01/10.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 177/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 641, datado de 01/02/10, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar, a disposição da Prefeitura de Campo Largo, do Estado do Paraná, o funcionário deste Poder Legislativo, JAIRO GUAREZI, matrícula nº 40423, para prestar serviços de assessoramento, até 31/12/10, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03/02/10.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 178/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 180, datado de 19/01/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, a disposição junto ao Tribunal de Justiça, do servidor deste Poder Legislativo, LUIZ FRANCISCO DE FREITAS, matrícula nº 40922, para exercer assessoramento, até 31/12/10, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26/01/10.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 179/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 15916, datado de 18/12/09, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, a disposição funcional da servidora LETÍCIA CARNIEL PERDIGÃO MAIA, matrícula nº 2473, ao Governo do Estado do Paraná, para permanecer prestando serviços de assessoramento jurídico, junto à COMEL - Coordenadoria da Região Metropolitana de Londrina, até 31/12/10, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26/01/10.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 180/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 15916, datado de 18/12/09, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, a disposição funcional da servidora GISELI ANGELA CORDEIRO CAVALHEIRO, matrícula nº 8225, ao Governo do Estado do Paraná, para permanecer prestando serviços de assessoramento administrativo, junto à COMEL - Coordenadoria da Região Metropolitana de Londrina, até 31/12/10, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26/01/10.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 181/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 15917, datado de 18/12/09, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, a disposição do funcionário NELSON LAMBACH, matrícula nº 7055, para continuar prestando serviços junto à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, exercendo a função de assessor I, até 31/12/10, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26/01/10.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 182/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 15919, datado de 18/12/09, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, a disposição do funcionário WILLIAM CARLO CORDEIRO, matrícula nº 5611, ao Governo do Estado do Paraná, para continuar prestando serviços à Companhia de Habitação do Paraná, exercendo a função de assessor, junto à Diretoria de Relações Institucionais e Comunitárias, até 31/12/10, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26/01/10.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 183/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 15920, datado de 18/12/09, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, a disposição do funcionário JOSÉ CARLOS DE CARVALHO, matrícula nº 3247, para continuar prestando serviços de assessoramento, junto ao escritório de apoio de Foz do Iguaçu, da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, até 31/12/10, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26/01/10.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 184/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 15921, datado de 18/12/09, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, a disposição do funcionário CHAFFIC ASSEF BUAINAIN, matrícula nº 7002, ao Governo do Estado do Paraná, para continuar prestando serviços junto à Coordenadoria de Acompanhamento de Preços da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, exercendo a função de assessor III, até 31/12/10, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26/01/10.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 185/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 15922, datado de 18/12/09, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, a disposição da funcionária MARISA LIPINSKI DA FONSECA, matrícula nº 5231, para continuar prestando serviços junto à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, na Coordenação Administrativa do Projeto de Urbanização e Regulamentação Fundiária

do bairro Guarituba, até 31/12/10, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26/01/10.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 186/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 15923, datado de 18/12/09, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, a disposição do funcionário SILVIO CARLOS DALOMA VICENTE, matrícula nº 7885, para continuar prestando serviços junto à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, exercendo a função de assessor III, até 31/12/10, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26/01/10.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 187/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

lotar, na Diretoria Legislativa, a funcionária LESLIE BELQUIS LASPERG DE PAULA, matrícula nº 40514, para prestar serviços junto à Coordenadoria da Ata, Redação e Debates, a partir de 01/02/10.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/02/10.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral